



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Direito

André Luiz de Carvalho Matheus

A constituição do sujeito político na ocupação urbana Chiquinha Gonzaga: o caráter problemático do processo de conscientização

Rio de Janeiro

2019

André Luiz de Carvalho Matheus

A constituição do sujeito político na ocupação urbana Chiquinha Gonzaga: o caráter problemático do processo de conscientização

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pensamento jurídico e relações sociais.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Nery Falbo

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

M427

Matheus, André Luiz de Carvalho.

A constituição do sujeito político na ocupação urbana Chiquinha
Gonzaga: o carácter problemático do processo de conscientização /
André Luiz de Carvalho Matheus. - 2019.

131 f.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Nery Falbo.

Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Faculdade de Direito.

1.Espaços urbanos - Teses. 2.Administração municipal –Teses.
3.Conscientização – Teses. I.Falbo, Ricardo Nery. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito. III. Título.

CDU 349.4

Bibliotecária: Marcela Rodrigues de Souza CRB7/5906

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

André Luiz de Carvalho Matheus

A constituição do sujeito político na ocupação urbana Chiquinha Gonzaga: o caráter problemático do processo de conscientização

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pensamento jurídico e relações sociais.

Aprovada em 15 de março de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Nery Falbo (Orientador)

Faculdade de Direito – UERJ

Prof. Dr. José Ricardo Cunha

Faculdade de Direito- UERJ

Prof. Dr. Enzo Bello

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação é uma construção de muitos, ainda que impossível expressar toda minha gratidão por todos que contribuíram com ela, esse espaço é necessário para deixar registrado alguns nomes.

Para a constituição dessa pesquisa eu pude contar com o apoio de um grande orientador e amigo, Ricardo Falbo. Além de sua análise crítica rigorosa de um Professor refinado e militante a sua compreensão e profundidade conceitual das relações sociais a sua volta e do mundo, Falbo tem uma característica singular e intrínseca, possui sensibilidade de compreender e auxiliar todos seus alunos diante das dificuldades do dia-a-dia e do mundo acadêmico. O processo de orientação que começou ainda na graduação nos Grupos de Pesquisa na qual participei, sem sombra de dúvida, representou muito mais do que um aprendizado acadêmico, mas uma ampliação da forma como enxergo e analiso criticamente minha realidade a partir da minha concepção de mundo e, principalmente, a partir de seu exemplo de intelectual sensível e afetuoso nas relações com alunos, colegas e funcionários da UERJ. Diante de tudo, tomo a liberdade de apresentar-me aqui como amigo nessa trajetória de pesquisa. Sou grato por todo o apoio nessa trajetória acadêmica Falbo.

Agradeço Orlando Costa e Gabriel Rolemberg que se prontificaram a ajudar na pesquisa. Para quem faz pesquisa de campo sabe que algumas vezes se apresentar e pronunciar as palavras “pesquisador” e “UERJ” tem efeito de repelente para algumas pessoas. Fica aqui meu agradecimento.

Agradeço aos meus sócios Diogo Flora, Daniel Oliveira e Rodrigo Mangabeira, em alguns momentos em razão do mestrado e pesquisa precisei me ausentar do escritório e todos, além de compreenderem a situação, ajudaram em vários momentos. Ao Diogo Flora menção especial pela ajuda na revisão dessa dissertação e pelas trocas acadêmicas durante esse período.

Aos amigos do mestrado na UERJ onde buscamos sempre apoiar um ao outro nesse período novo de nossas vidas. Aos Professores do Programa de Pós-Graduação da UERJ, especialmente aos Professores da nossa linha de Teoria e Filosofia do Direito no qual se opuseram ao projeto elitista e segregador de transferência do campus Maracanã para o Centro do Rio e onde aprendi muito com a convivência e nas disciplinas oferecidas por esses Professores. Dessa forma agradeço aos Professores Ricardo Falbo, Guilherme Leite, Bethânia e Gustavo Siqueira e José Ricardo.

Agradeço também aos Professores José Ricardo Cunha e Enzo Bello, que compuseram banca de qualificação e agora participam dessa banca de defesa da dissertação. Me sinto prestigiado e contente por isso.

Agradeço a querida amiga Danielle Taha que se prontificou em fazer uma leitura atenta e fazer sugestões nessa dissertação.

Como não poderia deixar de ser, meu profundo agradecimento aos meus pais Sebastião Matheus e Bernadete de Carvalho, ao meu irmão Ricardo Matheus e minha cunhada e sobrinho, Arlete e Pedro. Todos de alguma forma contribuíram para o resultado final.

*Após demonstrar que todos são filósofos, ainda que a seu modo, inconscientemente – já que, até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na “linguagem”, está contida uma determinada concepção do mundo -, passa-se ao segundo momento, ao momento da crítica e da consciência, ou seja, seguinte problema: é preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção de mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (...) ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação deste trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, particular ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?
(GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 1*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 93-94.)*

Considerando que para o pensamento crítico (teoria crítica e pensamento pós-colonial) a crítica faz parte tanto da realidade histórica e social como da realidade teórica do campo das pesquisas acadêmicas e universitárias, é possível pensar a seguinte definição de pesquisa científica no Direito: campo da atividade crítica de fim teórico cuja trajetória é definida por momentos dialéticos que descrevem e relacionam dimensões práticas e

*teóricas referidas a campos específicos de relações
e conhecimentos que transcendem a ciência e que
são imanentes ao mesmo tempo à sua construção
enquanto campo de investigação.*

(FALBO, 2016, p. 279)

*Sempre confiáramos no povo. Sempre rejeitáramos
fórmulas doadas. Sempre acreditáramos que
tínhamos algo a permutar com ele, nunca
exclusivamente a oferecer-lhe.*

(FREIRE, Educação como prática da liberdade.

2017 p. 134)

RESUMO

MATHEUS, A. L. C. *A constituição do sujeito político na ocupação urbana Chiquinha Gonzaga: o caráter problemático do processo de conscientização*. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Com base no pensamento marxista, esta dissertação tem por objetivo problematizar a história da ocupação urbana Chiquinha Gonzaga, localizada na zona central da Cidade do Rio de Janeiro. A história desta Ocupação foi descrita pelo discurso de um de seus organizadores e revelou os sentidos do processo de conscientização de seus moradores. A linguagem do discurso revelou prática política que distinguia os sujeitos entre os que tinham e os que não tinham consciência crítica como requisito da ação política. Esta prática ocorreu em reuniões para a formação da Chiquinha Gonzaga e em assembleias para consolidação desta Ocupação. Ela traduziu concepção formal na explicação da constituição do sujeito político que exclui a própria história de vida do sujeito.

Palavras-chave: Ocupação Urbana. Consciência Crítica. Sujeito Político.

ABSTRACT

MATHEUS, A. L. C. *The constitution of the political subject in the urban settlement Chiquinha Gonzaga: the problematical nature of the of the process of political awareness development.* 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Founded on Marxist theory, this essay aims to discuss the history of the urban Occupation Chiquinha Gonzaga, located in the central area of Rio de Janeiro city. The history of this Occupation was described through the discourse of one of its organizers, which unveiled to some extent the meanings related to the process of developing the residents' political consciousness. The examination of the discourse revealed a political practice that established a distinction between those that possessed and those that did not possess critical consciousness as a requirement for political action. It was observed that this practice was predominantly adopted in the meetings for Chiquinha Gonzaga's formation and in the assemblies for the consolidation of this Occupation. Such practice is congruent with the formal conception that explains the constitution of the political subject without acknowledging the subject's personal history.

Keywords: Urban occupation. Critical Conscience. Political Subject.

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEIU	Área de Especial Interesse Urbanístico
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro
CEF	Caixa econômica federal
CISM	Conselho Internacional do Esporte Militar
COI	Comitê Olímpico Internacional
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CPI	Comitê Paraolímpico Internacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DETRO/RJ	Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associada
FLP	Frente de Luta Popular
FNHIS	Fundo Nacional para Habitação de Interesse Social
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPP	Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos
ITERJ	Instituto de Terras e Cartografia do Rio de Janeiro
MAR	Museu de Arte do Rio
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SEH	Secretaria do Estado de Habitação
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
SMU	Secretaria Municipal de Urbanismo
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

UPP Unidade de Polícia Pacificadora
VLT Veículo Leve Sobre Trilho

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	O ESPAÇO URBANO COMO CENÁRIO POLÍTICO-SOCIAL	20
1.1	Discussão teórico-metodológica: avanços e limites	20
1.1.1	<u>Introdução</u>	20
1.1.2	<u>A Epistemologia política de Gramsci e Freire</u>	21
1.1.3	<u>Teoria da metodologia</u>	25
1.1.4	<u>Dimensão técnica</u>	28
1.2	Rio de Janeiro: administração da cidade	32
1.2.1	<u>Introdução</u>	32
1.2.2	<u>Rio de Janeiro e a configuração histórica-social</u>	33
1.2.3	<u>Reformas urbanas e políticas públicas</u>	34
1.2.4	<u>Megaeventos e remoções: ocupações urbanas e resistências</u>	44
1.2.5	<u>Sistematização de fatos e perspectivação teórica</u>	53
1.3	Cidade em movimento: personagens da Chiquinha Gonzaga	58
1.3.1	<u>Introdução</u>	58
1.3.2	<u>Orlando Costa</u>	60
1.3.3	<u>João Barbosa</u>	68
1.3.4	<u>Gabriel Rolemberg</u>	72
1.3.5	<u>Sistematização das ideias e perspectivação teórica</u>	75
2	O INTELLECTUAL EM GRAMSCI E O EDUCADOR EM FREIRE	80
2.1	A contribuição de Antonio Gramsci	80
2.1.1	<u>O Intelectual de Antonio Gramsci e o Processo de Conscientização</u>	80
2.2	A contribuição de Paulo Freire	86
2.2.1	<u>O Educador de Paulo Freire e o Processo de Conscientização</u>	86
3	PRÁTICA E TEORIA EM RELAÇÃO	90
3.1	Construção e utilização do instrumento de análise: o processo de conscientização na ocupação Chiquinha Gonzaga	90
	CONCLUSÃO	100
	REFERÊNCIAS	104
	APÊNDICE A – Transcrição da entrevista de Orlando Costa	108
	APÊNDICE B – Transcrição da primeira entrevista de Gabriel Rolemberg	124

APÊNDICE C – Transcrição da segunda entrevista de Gabriel Rolemberg	128
---	-----

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasce de um desassossego. O propósito que me move neste trabalho surgiu ainda na graduação. No ano de 2012, fui convidado a participar como ouvinte no grupo de pesquisa Sociedade e Comunidade, Direito e Política, coordenado pelo Prof. Ricardo Nery Falbo, na linha de pesquisa Teoria e Filosofia do Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Este grupo de pesquisa se articulou com a experiência que conheci no estágio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e os contatos com algumas comunidades Quilombolas, principalmente com o Quilombo Urbano Sacopã, localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro. Pesquisa desenvolvida no âmbito do referido grupo problematizou a titulação das referidas comunidades do Rio de Janeiro. Assim, a partir desse grupo desenvolvemos trabalhos que foram apresentados em congressos acadêmicos: *“Marxismo, quilombo e direito à terra”*; *“Fases da Identidade Quilombola: Reconhecimento sem Luta?”*; *“Políticas Públicas de Justiça Social para os Quilombolas: Desencontros Teóricos e Empíricos entre o Universalismo Jus-Filosófico e as Peculiaridades das Comunidades e de seus Integrantes”*; *“Quilombolas: Identidade Construída pelos próprios grupos versus Identidade que lhes é atribuída pelo Estado Brasileiro. Incompatibilidades entre a realidade prática e o modelo teórico-filosófico e o exercício de direitos humano.”* e *“Quilombolas, colonialidade do poder e descolonização epistêmica”*. Também, um capítulo em livro organizado por Enzo Bello e Eduardo Manuel: *“Constitucionalismo, minorias e direitos fundamentais no Brasil”*. In: O Pensamento Pós e Descolonial no Novo Constitucionalismo Latino-Americano. E artigo em revista científica: *“Quilombolas e Direitos Humanos, na Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito”*.

Em 2014, apresentei, como forma de contribuição com essa pesquisa, minha monografia, cujo título *“Fases da identidade Quilombola: Da Identidade Atribuída à Identidade Construída”*. Busquei, dessa forma, problematizar os meandros por trás do reconhecimento do Quilombo Sacopã. Nessa pesquisa tive como objetivo investigar o reconhecimento da identidade quilombola como condição fundamental de constituição de direitos de toda comunidade quilombola. Como condição constitutiva de direitos, o reconhecimento da identidade quilombola funciona como direito fundamental fundante do qual dependem todos os demais direitos fundamentados na identidade quilombola.

De forma específica, o trabalho partiu da afirmação segundo a qual nem os direitos dos quilombolas e, enquanto possuidores de direitos, não constituem dados normativos genéricos resultantes nem de ordenamentos jurídicos particulares nem de declarações políticas universais. Uma das consequências quanto à aceitação desta forma de conceber os quilombolas e seus direitos significaria ignorar dimensão fundamental na construção da identidade quilombola e, por conseguinte, na afirmação de seus direitos: a luta histórica e social por reconhecimento.

A hipótese inicial e genérica do trabalho foi aprimorada, podendo-se perceber que a relação dialética entre identidade quilombola e direito quilombola se inscreve em diversos campos de luta. E a ideia de luta - por identidade e direitos - é definida segundo dois processos sociais que se articulam de forma mútua na sociedade mais ampla: a opressão, discriminação e exclusão por parte dos setores sociais do entorno quilombola; e a libertação, aceitação e inclusão por parte das comunidades.

Articulei ainda o empírico e o teórico, expressando reflexão de natureza teórico-epistemológica que foi orientada por problemas concretos. Traduziria essa preocupação por meio das seguintes perguntas: Que relação existe entre o empírico e o teórico? Qual o conteúdo factual das formulações teóricas? A teoria explica a realidade? A realidade afirma a teoria?

Uma vez reconhecido o campo e delimitado seu território socio-normativo-cultural, o campo quilombola foi perspectivado por mim como ator social que exerce demanda coletiva, que reúne e representa o interesse de seus membros enquanto integrantes de grupo social que demanda reconhecimento de identidade cultural específica, presente no campo contra-hegemônico, como atores e sujeitos capazes de interferir e modificar a ordem jurídica e social hegemônica vigente. Nesta qualidade, eles foram definidos como novo movimento social e, portanto, como ator e sujeito que demandam inclusão social do Estado brasileiro, a partir de reconhecimento, pela sociedade, de sua identidade cultural como integrante da sociedade brasileira, criando categorias sociojurídicas fundamentadas no acesso a bens e serviços mediante exercício de práticas culturais, independentes das clássicas categorias econômico-laborais de sujeito de direito.

Ainda, procurei reconhecer o campo quilombola como sujeito histórico que contribui para a ressignificação das relações Estado-sociedade e para a ressignificação do Direito enquanto instituição social que monopoliza um sistema de normas impostas à sociedade e que define acesso a bens e serviços mediante categorização e classificação de seus agentes. Trata-se de reconhecer o campo quilombola, portanto, como ator e sujeito contra-hegemônico capaz

de transformar o modo de se pensar o direito e suas fontes clássicas normativas, que foram criadas e impostas pelo Estado com fundamento na hegemonia. Desse modo, são sujeitos históricos capazes de interferir e alterar o sistema jurídico e social vigente, mediante demanda sociojurídica por reconhecimento de sua identidade histórico-cultural.

O principal objetivo, portanto, consistiu em considerar que, em realidade, a “comunidade quilombola” possui trajetória histórica e social de luta por reconhecimento que não se reduz às experiências do reconhecimento sob suas manifestações jurídicas e administrativas. Embora não se reduza a elas, tais formas de reconhecimento foram utilizadas pela abordagem teórica antropológica que conduziu e legitimou a realização da investigação no campo próprio da comunidade quilombola do Sacopã através da participação e da atuação da comunidade acadêmica. Sem querer afirmar que o reconhecimento jurídico foi legitimado pelo procedimento administrativo ou pela abordagem teórica e investigação antropológica de natureza acadêmica, o fato é que a ideia de luta por reconhecimento como luta por libertação recebeu menor relevo quando comparada com a questão da inclusão da comunidade quilombola no conjunto da sociedade.

Concomitante a essa pesquisa, durante a graduação em direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), nossa cidade se preparava para os chamados “megaeventos”¹. A cidade passou por profundas alterações na estrutura urbana para sediar a Copa do Mundo de futebol da FIFA, ocorrida em 2014, e os Jogos Olímpicos do COI, em 2016. Nesse cenário, os movimentos urbanos se destacaram como atores de resistências às políticas de remoções. Caso emblemático de resistência foi justamente a Ocupação Chiquinha Gonzaga, na zona portuária do Rio de Janeiro, que continua resistindo até o momento às tentativas de remoção da prefeitura. Enquanto diretor do Centro Acadêmico Luiz Carpenter (CALC), gestão 2011/2013, sempre procurei levar essa realidade para dentro da universidade e fizemos algumas palestras com esses moradores. Na militância política fora dos muros da UERJ, conheci lideranças de algumas Ocupações no Rio de Janeiro, o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), o Quilombo das Guerreiras e a favela do Metrô Mangueira, além de conviver com amigos que atuaram no famoso Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Todos viviam esse momento conturbado, articulando resistências contra políticas de desocupação de moradores em benefício da construção dos

¹ O Rio de Janeiro passou por uma onda de intervenções e obras digna de Pereira Passos, o prefeito que deu cara ao centro da cidade no início do século 20. Tendo como pano de fundo a preparação para a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016, corredores de ônibus foram abertos, instalações esportivas foram demolidas, comunidades inteiras removidas. Naquilo que parece a repetição da mesma história de sempre, o prefeito Eduardo Paes (PMDB) deu roupas novas para um processo já bastante conhecido das cidades brasileiras.

equipamentos urbanos necessários para os eventos que o Estado brasileiro tinha se comprometido a sediar.

Depois de finalizada a graduação e de um período sabático, voltei à UERJ para o mestrado em Teoria e Filosofia do Direito. Pretendia manter como horizonte de pesquisa os movimentos sociais. Minha intenção, agora, era focar a pesquisa nas Ocupações urbanas, mas com outra perspectiva. Explico. Na militância no Direito Para Quem? (DPQ) conheci um dos fundadores do coletivo e também organizador da Ocupação Chiquinha Gonzaga, Orlando Costa. Ele conviveu 3 anos na Ocupação enquanto era aluno de graduação na faculdade de direito da UERJ. A história dele me foi apresentada por amigos em comum, seus contemporâneos. O que me motivou a aprofundar a investigação do tema foi a perplexidade diante da seguinte questão: por que um militante que fez seu ensino médio no Colégio Naval, e depois iniciou a graduação na Faculdade de Direito da UERJ – Orlando não terminou o curso – e que tinha moradia fixa foi passar um período de sua vida contribuindo na organização da Ocupação Chiquinha Gonzaga? Depois de iniciados os encontros com Orlando Costa, uma nova pergunta se impôs para este pesquisador: o que causa a diferença entre o número elevado de pessoas que participam das assembleias em praças públicas e o número reduzido no cotidiano da Ocupação? Estas perguntas, fundamentadas naquelas perplexidades iniciais, orientaram a realização da pesquisa e a realização desse texto de dissertação de mestrado.

Este trabalho tem por objetivo entender e explicar o movimento social que é a Ocupação Chiquinha Gonzaga através de seu próprio processo de produção, com base em entrevista realizada com Orlando Costa. Nesta pesquisa de mestrado, procurei compreender como o processo de produção da consciência coletiva constitui a base do processo de formação do movimento social que é a Ocupação Chiquinha Gonzaga. Portanto, entender a estrutura e dinâmica desse processo é deveras importante.

Metodologicamente, essa preocupação de natureza teórica quanto à consciência coletiva produzindo movimento social vem associada a manifestações individuais das pessoas entrevistadas neste estudo. A questão teórica gira em torno da preocupação quanto ao que produz o movimento social. Assim, busquei entender: Como a consciência coletiva produz movimento social? Como a Ocupação Chiquinha Gonzaga historicamente se constituiu e se desenvolveu com base na prática e na ideia de consciência coletiva?

Para o campo intelectual em que me inscrevo, a transformação da sociedade brasileira é o horizonte. Isso não se faz sem estudo e engajamento ativo na práxis. Manter o *status quo* não exige muitos estudos e pesquisas, mas a sua mudança sim. Por isso, de maneira geral, o

campo progressista está associado a movimentos sociais, estudos, leituras e compreensões do mundo que nos cerca para tentar transformá-lo. É o que pretendo com essa pesquisa, em que apresento os resultados que obtive até o momento nesta dissertação de mestrado.

A dissertação é dividida em três partes. A dimensão empírica é apresentada na primeira parte, “O Espaço Urbano como Cenário Político-Social”. Na segunda parte, apresento a dimensão teórica, “O Intelectual em Gramsci e o Educador em Freire”. Na terceira parte, relaciono o empírico e o teórico, sob o título “Prática e Teoria em Relação”.

A primeira parte contém três capítulos. No primeiro, apresento a “Discussão teórico-metodológica: avanços e limites” utilizada na pesquisa, que é dividida em 4 itens. A introdução, em que apresento o capítulo. A “Epistemologia Política de Gramsci e Freire”. A razão da escolha desses autores e outros que trabalham a questão do intelectual e educador são justificados neste item. No item “Teoria Metodologia lanço mão do método de Karl Marx, concretizado no Materialismo Histórico e Dialético, e apresento a escola de Frankfurt e sua Teoria Crítica, essa metodologia é o horizonte desta pesquisa. Por fim, no item “Dimensão Técnica” descrevo a maneira como se procedeu a pesquisa e suas fases, das entrevistas ao modo como leio os autores. No segundo capítulo, apresento as políticas públicas urbanas dos governos estadual e municipal do período que compreende a constituição da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Assim, dos anos de 2004 até 2018, a dissertação apresenta as políticas urbanas dos respectivos governos, que interferiram de alguma maneira no cotidiano dos moradores da Ocupação. Existe uma relação com essas políticas através de um déficit habitacional no País e no estado do Rio de Janeiro conjugado com a expulsão, pelo Poder Público, de famílias e comunidades no momento em que as pesquisas empíricas eram realizadas na Zona Portuária do Rio de Janeiro. No próximo apresento as Ocupações urbanas da Zona Portuária que, junto com a Chiquinha Gonzaga, resistiram ao período de remoções causadas pelos grandes eventos. Como a dissertação não tem a questão urbana e a sociologia urbana como escopos fundamentais, optei por não apresentar os conceitos relativos a esta área. No terceiro capítulo, apresento as personagens da Ocupação Chiquinha Gonzaga. A narrativa que contribuiu com essa pesquisa, apresentada neste capítulo, foram os relatos de Orlando Costa, um dos primeiros organizadores da Chiquinha. Seu discurso revelou os sentidos do processo de conscientização de seus moradores. Como apresento no capítulo “teórico-metodológica, a pesquisa teve problemas no campo e, dessa forma, resgatei relato de João Barbosa, um dos primeiros moradores da Ocupação, e entrevistei Gabriel Rolemberg, militante das Brigadas Populares, atuante em outras Ocupações no estado, para que fosse

possível dar prosseguimento a este trabalho. As transcrições das entrevistas de Orlando Costa e Gabriel Rolemberg estão em apêndices ao final da dissertação.

Na segunda parte, “O Intelectual em Gramsci e o Educador em Freire”, divididos em dois capítulos, apresento o marco teórico que busco compreender mais profundamente e utilizo para dialogar com o empírico. Na conjuntura em que escrevo esta dissertação - 2018 e 2019 - o uso dos autores apresentados aqui praticamente me torna marginal perante o novo grupo político que administra o País. Nunca os nomes do comunista italiano Antonio Gramsci e do educador Paulo Freire estiveram tão em evidência na mídia e sociedade brasileira, mesmo que parte dela não saiba o que eles escreveram. No Brasil, o ataque ao pensador italiano se iniciou principalmente a partir dos escritos do “Guru Intelectual” do governo Bolsonaro, Olavo de Carvalho, que o acusa de ser o gênio por trás de um suposto marxismo cultural, apresentado como o responsável por um rompimento com o leninismo. Assim, juntamente com a Escola de Frankfurt, estes buscariam destruir toda a cultura ocidental. Segundo esse “guru”, o pensamento desses autores seria resultado de uma desilusão com o proletário internacional e a partir de uma reorientação, “o marxismo iria à forra por meio da auto-inversão: em vez de transformar a condição social para mudar as mentalidades, iria mudar as mentalidades para transformar a condição social”.² Por fim, pontua o pensador conservador, de forma persecutória, que universidades, mídia e todos os meios sociais no ocidente estão impregnados por “marxismo cultural”. O educador Paulo Freire, como grande sistematizador da educação popular, sofre ataques tanto de setores militares que combatem uma educação atuante – principalmente pelo fato de Freire ter alfabetizado camponeses –, quanto de grupos defensores da “Escola Sem Partido” que acusam sua obra de doutrinação marxista. Dessa forma, apresentar esses autores neste trabalho se mostra essencial.

No capítulo quatro, na segunda parte, apresento a contribuição de Gramsci através de sua concepção de intelectual. O que seria intelectual para Gramsci e que apresento neste trabalho? O intelectual se caracteriza como filho do seu tempo, ou seja, é curioso e comprometido com a ação coletiva na sociedade. No imaginário social, o intelectual é o indivíduo trancado em uma biblioteca e elaborador de estudos aprofundados sobre um determinado assunto, utilizando-se, para isso, de complexas teorias. Esse intelectual é importante por travar debates acadêmicos e por criar novos paradigmas para o conhecimento humano; mas, não são somente essas características do intelectual que Gramsci apresenta nos *Cadernos do Cárcere*. A produção acadêmica é percebida como uma importante faceta do

² Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/semana/06082002globo.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

intelectual, o modo como interpreta o mundo e gera conhecimento. Contudo, a outra faceta, que tomo como pressuposto para elaboração desta pesquisa, é a do intelectual vinculado a um grupo específico, engajada em debates públicos – orais e/ou escritos – com temas sempre contaminados pelas relações sociais, estando organicamente ligados a uma classe. Sigo no capítulo 5 com Paulo Freire, que preconizava a valorização da cultura do educando e a percebia como a chave de um processo de conscientização. Seu método busca compreender a realidade para poder transformar e reescrever essa realidade. A sua visão sociológica é centrada na conscientização - tema abordado e problematizado nessa dissertação - que se constitui a partir de preocupação com o processo educativo, o que não significa de maneira alguma ideologizar, ao contrário do que seus detratores costumam propagar.

Na terceira parte, “Prática e teoria em relação”, faço a relação entre o empírico e o teórico no capítulo 6, analisando o processo de conscientização na Ocupação Chiquinha Gonzaga e para isso, além dos autores até aqui mencionados, abordo os conceitos de “intelectual moderno”, de Karl Mannheim, “homem significativo”, de György Lukács, e o “educador” para Mészáros. Na conclusão, em vez de buscar trazer solução para um problema constatado em campo, como é de costume na área do direito, problematizo o que encontrei em campo. A intenção dessa pesquisa é contribuir com questionamentos sobre o que percebi nas falas dos entrevistados.

Nesta dissertação de mestrado sou orientado pela perspectiva da primeira geração da Escola de Frankfurt, que não se limitou a descrever o funcionamento da sociedade, mas pretendeu compreendê-la à luz de uma emancipação possível. Assim, a concepção epistemológica do trabalho científico dessa escola consiste em reconhecer que a realidade já faz a crítica. Na própria realidade encontramos as ideias e críticas que, ancoradas no mundo, permitem uma perspectiva teórica dos problemas que encontramos nela.

1 O ESPAÇO URBANO COMO CENÁRIO POLÍTICO-SOCIAL

1.1 Discussão teórico-metodológica: avanços e limites

1.1.1 Introdução

Preliminarmente, deve-se distinguir neste trabalho o objetivo geral e objetivo específico da pesquisa. Em lição de Miracy Gustin e Maria Dias “o primeiro refere-se ao produto da pesquisa que deseja obter” (GUSTIN; DIAS, 2006, p. 65), assim, no objetivo geral busca-se compreender a consciência do sujeito coletivo e demonstrar como ocorre mobilização de um determinado grupo para ocupar prédios públicos abandonados no centro do Rio de Janeiro.

O objetivo específico tem uma “natureza operacional”, dessa forma, “se referem às operações que deverão ser realizadas durante a pesquisa para que, ao final de seu cumprimento, chegue-se ao produto pretendido, atingindo o objetivo geral” (GUSTIN; DIAS, 2006, p. 66). O objetivo específico nesta dissertação, portanto, está referido à análise dos discursos produzidos com a apresentação, contextualização e descrição de dois momentos na própria história da ocupação quando da realização de audiências públicas e no interior dela para a sua consolidação. Essas audiências traduzem diálogos produzidos entre “organizador” e “organizado”, esses diálogos vem através da forma de uma elocução que obtive como um elemento da pesquisa de campo que são entrevistas realizadas com Orlando.

Os cientistas, em relação a um objeto de pesquisa, buscam sempre classificar e explicar fatos e atores de uma determinada área de conhecimento e tratam de preservá-las ou modificá-las. O cientista no campo da Física, para se ter como exemplo, quando lida com algum fenômeno no seu campo, caso tenha a necessidade de explicar os efeitos do calor, poderá recorrer a uma demonstração de que a água ferve sempre que for aquecida a 100 graus centígrados, assim, tantas vezes que for repetida essa experiência o resultado será o mesmo. Nas ciências sociais, há singularidades nos fenômenos, mesmo que as circunstâncias sejam repetidas, assim, como pressuposto do conhecimento científico nessa área é importante a questão da localização e como o observador se situa na pesquisa para apreender o real. A seguir explico e detalho o método utilizado na pesquisa de campo e a exposição da mesma neste trabalho.

1.1.2 A Epistemologia política de Gramsci e Freire

Chiquinha Gonzaga é o movimento popular urbano por moradia que ocupa desde 2003 um antigo prédio público. Neste trabalho, sua história não é definida nem por sua evolução nem por sua cronologia nem mesmo por seus acidentes. Parte-se da ideia de que “não há história sem discurso” e que “discurso é produção de sentidos.” (ORLANDI, 1990, p. 14).

Assim, a história da Ocupação Chiquinha Gonzaga, ou o discurso que constitui a história desta Ocupação, é definida quanto aos sentidos da conscientização – e de seu processo - enquanto mecanismo, etapa ou instrumento da prática política na formação e consolidação da referida Ocupação. Por outro lado, enquanto “materialidade específica do discurso” (ORLANDI, 1990, p. 28-29), a linguagem faz aparecer o sujeito deste discurso.

Aqui, Orlando Costa é o sujeito do discurso e o sujeito da linguagem na história da Chiquinha Gonzaga. Com trabalho formal e moradia formal, ele morou durante três anos na Ocupação e desempenhou a função de “organizador” quanto aos momentos da formação e consolidação da Chiquinha Gonzaga. Foi na condição de organizador desta Ocupação que, em março de 2018, em um misto de entrevista formal e conversa informal comigo e o Professor Doutor Ricardo Falbo, ele fez duas afirmações que permitem pensar o caráter problemático da articulação entre processo de conscientização e prática política no campo das ocupações em geral e da Ocupação Chiquinha Gonzaga em particular. Primeira: “No meio das discussões, a gente procurava também dar uma conscientizada. Na verdade, a meta era que a gente queria fazer um movimento mais consistente. Então, a gente procurava conscientizar as pessoas”. Segunda: “(...) muita gente ia nas reuniões e depois não teve coragem de ir [tomar parte da ocupação] (...)”.

Na primeira fala, a linguagem de Orlando Costa traduz principalmente a importância da conscientização das pessoas associada à preocupação com a fundamentação e concretização da Ocupação. Na segunda, a linguagem mais parece remeter ou ao desapontamento possível do sujeito ou à mera constatação pelo sujeito de uma situação de fato. O caráter problemático da relação entre processo de conscientização (consciência) e prática política (ocupação) pode ser definido por meio da problematização dos sentidos evidentes e isolados das linguagens do organizador da Ocupação. Que fatores explicam a diferença entre o número de pessoas presentes às reuniões públicas de conscientização para a ocupação e o número de pessoas que efetivamente compareceram para tomar parte da ocupação? Apesar de seu caráter mais formal, mecânico ou mesmo causal, este tipo de pergunta permite questionar a natureza do vínculo entre “conscientizador” e “conscientizado”.

Na fala de Orlando Costa, a linguagem “a gente” e “as pessoas” garante pensar a existência de uma relação que opõe de forma radical um “nós”, que tem conhecimento - e sabe - e possui história, a um “eles”, que não tem conhecimento - e não sabe - e não possui história. Nestes termos homogeneizadores e naturalizadores, a prática de conscientização política junto às camadas mais populares pode ter contribuído para a realização da Ocupação Chiquinha Gonzaga com a produção ao mesmo tempo de “exclusão” e de “inclusão” de oprimidos e subalternizados. O objetivo deste trabalho é investigar a natureza desta relação e os sentidos do discurso da consciência de Orlando Costa. Esta investigação será conduzida de acordo com as categorias “educador”, de Paulo Freire, e “intelectual”, de Antonio Gramsci. Para o primeiro, a condição de teorização da experiência do educando pelo educador consiste em “testar a sua forma dialética de pensar na *práxis* com o povo” (FREIRE, 2004, p.126). Para o segundo, “o erro do intelectual consiste em acreditar que se possa *saber* sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (...), isto é, acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (...) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação. (...) não se faz política-história (...) sem essa conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação (GRAMSCI, 1995, p. 138-139).

Paulo Freire (1921-1997) e Antonio Gramsci (1891-1937) possuem trajetórias políticas parecidas. A tomada e a elevação da conscientização dos “oprimidos” e “subalternos” são uma das inúmeras facetas dos pensamentos que aproximam estes dois “filósofos”. O trabalho que realizaram durante suas vidas de conscientização das massas aparecia para a elite conservadora e reacionária de seus mundos com todos os sinais de uma perigosa subversão. Seus pensamentos e atividades contribuíram para o desenvolvimento da conscientização e esclarecimento das massas populares e influenciaram pesquisadores e intelectuais em todo o mundo. As formas de repressão e as tentativas de silenciamento de suas vozes e de paralisação de seus cérebros deixaram marcas na história de suas ideias e concepções de mundo. Eles escreveram suas obras na prisão (Gramsci) ou no exílio (Freire).

Paulo Freire é conhecido principalmente pelo método de alfabetização de adultos que leva seu nome. Ele desenvolveu pensamento pedagógico, assumidamente político, com o objetivo de educar e conscientizar o aluno. Isto significou, em relação aos oprimidos da sociedade, levá-los a entender sua situação e agir em favor da própria libertação. Freire fazia parte da classe média pernambucana. No entanto, em sua infância vivenciou a fome e a pobreza com a crise de 1929, experiência essa que o levaria a se preocupar com os mais pobres e o ajudaria a construir seu revolucionário método de alfabetização. Em 1961, tornou-se diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade do Recife e, no mesmo

ano, realizou junto com sua equipe as primeiras experiências de alfabetização popular que levariam à constituição do Método Paulo Freire. O grupo de que fazia parte alfabetizou 300 cortadores de cana em apenas 45 dias, em 1964, ano em que iniciava a implementação do seu programa, mas o golpe militar acabou com seus esforços. Foi encarcerado pelo regime militar como traidor por 70 dias e, em seguida, conheceu a realidade e a experiência do exílio forçado no Chile. Freire morreu em 1997.

Antonio Gramsci, dirigente e fundador do Partido Comunista Italiano, nasceu em 23 de janeiro de 1891 em Ales, província de Cagliari, na Ilha de Sardenha, na parte mais pobre e mais atrasada da Itália. De família humilde, ele pôde, apesar das duras privações, realizar seus estudos na Universidade de Turim, onde, em 1915, aderiu ao socialismo. Gramsci organizou conselhos de fábricas e fundou o jornal *Ordine Nuovo*, que reuniu em seu entorno um grupo de intelectuais. Como secretário-geral do Partido Comunista, ele se elegeu deputado no período fascista. Com a opressão desencadeada pelo regime de Mussolini, os mandatos oposicionistas foram cassados, e Gramsci foi preso em 8 de novembro de 1926 e confinado na ilha de Ustica, perto de Palermo. Em seu julgamento, ficaram célebres as palavras proferidas pelo promotor responsável pela acusação: “Devemos”, dizia aos juízes, “inutilizar por 20 anos esse cérebro perigoso”. No cárcere, Gramsci descobriu e descortinou a ilusória “independência do intelectual” de tipo tradicionalista. Exigiu a formação de um novo tipo de intelectual, técnico e científico, capaz de organizar o trabalho e a classe trabalhadora. Os sintomas de tuberculose e o receio das autoridades fascistas quanto à criação de um mártir com a morte de Gramsci na prisão determinaram a soltura do autor dos *Cadernos do Cárcere*. Três dias após sua liberdade, Gramsci morre em 27 de abril de 1937.

A relação que existe entre conhecimento e política é clara para Gramsci, que deixa explícito em toda sua obra seu norte epistemológico, organicamente vinculado aos subalternos, assim, “[A epistemologia é] um dos ambientes da disputa que se trava pela direção e dominação da formação econômica e social, o conhecimento torna-se uma arma, um instrumento de luta, uma força material, que é utilizada pelos que almejam consolidar a estrutura societária de classe.” (MARTINS, 2008, p. 283). Gramsci desvela a politização do conhecimento e, nas palavras do autor de *Marx, Gramsci e o conhecimento. Ruptura ou continuidade?*:

Ele passa a colocar-se basicamente duas tarefas gnosiológico-políticas, quais sejam: 1) conhecer qual é a visão de mundo que orienta a vida das diferentes classes e grupos sociais e a de seus indivíduos, além de também tentar desvendar como essas visões são elaboradas, disseminadas e

“cimentadas” no meio social; 2) conceber um processo pelo qual se poderá superar a visão de mundo das classes subalternas, promovendo-lhes a elevação cultural, uma *catarses*, que possibilite aos subalternos tornar-se uma “classe para si”, movimento necessário à reforma moral e intelectual pretendida pelo comunista revolucionário sardenho. (MARTINS, 2008, p. 283-284).

A importância do arsenal conceitual de Gramsci, tanto teórica como metodológica, é pertinente a pesquisa realizada, pois “a sua metodologia histórico-social se contrapõe ao determinismo economicista da tradição ortodoxa marxista e jurídicista da dogmática jurídica, Gramsci oferece uma perspectiva de análise calcada na centralidade da política e na sua articulação com outros setores da vida social. Caracteriza-se, portanto, como consistente para a construção da pesquisa proposta, diante da complexidade do processo de compreensão dos objetos teórico e real de investigação em questão.” (BELLO, 2013, p. 44).

Nessa dissertação não trabalhei todos os conceitos dos principais autores do marco teórico, Antonio Gramsci e Paulo Freire, foram lidos e analisados conceitos específicos que contribuíram para a pesquisa. A obra de Gramsci é dividida em antes e depois de sua prisão pelo regime fascista na Itália, no período pré-cárcere suas publicações eram sobre literatura e teoria política e os textos publicados em jornais operários; na prisão duas obras ganham repercussão internacional, as Cartas do Cárcere, em que eram dirigidas a parentes e amigos, e os Cadernos do Cárcere, uma vasta obra reunida em 32 cadernos com 2.848 páginas que trazem reflexões do autor. O educador Paulo Freire, assim como Gramsci, possui uma vasta obra, dessa forma irei lançar mão apenas de 4 livros, a saber: “*Educação como Prática da Liberdade*”; “*Educação e Mudança*”; “*Pedagogia da Tolerância*” e “*Pedagogia do Oprimido*”. Assim, para precisar mais minha pesquisa não irei analisar conceitos como “Hegemonia”, “Bloco Histórico”, “Revolução Passiva”, “Partido Político”, entre outros, usarei apenas duas categorias que permitem prosseguir com a pesquisa: Intelectuais e Consciência Crítica.

Para esses “educadores e intelectuais” revolucionários, o processo de conscientização e libertação do “oprimido” pela educação constitui campo de trabalho em que a teoria e a prática, a cultura e a política se confundem, e a pesquisa e a ação teóricas e práticas se misturam com a ação social e a consciência política. Com o objetivo de melhor compreender a natureza da relação que articula o processo de conscientização e a prática política no campo da história da Ocupação Chiquinha Gonzaga, suas principais categorias teórico-práticas (“educador” e “intelectual”) serão abordadas e confrontadas com os conceitos “intelectual moderno”, de Karl Mannheim, e “homem significativo”, de György Lukács, o papel do

“educador”, de István Mészáros, numa tentativa de “construção” de uma “lente teórica” que permita “ver” os sentidos do processo de conscientização na história da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

1.1.3 Teoria da metodologia

A teoria crítica da Escola de Frankfurt, surgida entre as duas guerras mundiais, tem lugar de destaque no desenvolvimento do pensamento marxista. O que a distingue das demais “escolas” não são tanto os princípios teóricos, mas sim os objetivos metodológicos que priorizam o reconhecimento das ciências empíricas. Suas metas básicas eram a incorporação, de uma forma sistemática, de todas as disciplinas de pesquisa social científica em uma teoria materialista da sociedade, estabelecendo uma relação de mútua fertilização entre a ciência social e a teoria marxista (OUTHWAITE, et al., p. 1993).

Quando Max Horkheimer assumiu a direção do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, em 1930, em seu discurso de posse foi introduzido um programa de teoria crítica da sociedade. Nos anos que se seguiram, Horkheimer veio a elaborar com Herbert Marcuse essa abordagem intelectual até 1941 no Instituto. Assim o pressuposto que fundamentou a teoria crítica da escola era

lançar uma ponte sobre o abismo que separava a pesquisa substantiva e a filosofia, fundindo esses dois ramos do conhecimento em uma única forma de reflexão modelada na filosofia hegeliana da história”. (...) “As pressuposições básicas de tal concepção da filosofia da história foram extraídas, tanto por Horkheimer quanto por Herbert Marcuse, da tradição do pensamento marxista (OUTHWAITE, 1993, p. 242).

O programa que norteou os trabalhos do Instituto baseou-se em três eixos disciplinares, a saber: a análise econômica de uma fase pós-liberal do capitalismo, que ficou a cargo de Friedrich Pollock; uma investigação sociopsicológica da integração de indivíduos através da socialização, realizada por Erich Fromm; e, uma das mais conhecidas, a análise cultural dos efeitos da cultura de massa, que se concentrou na indústria cultural, realizada por Theodor W. Adorno e Leo Lowenthal.

Nos anos 30, diante do fascismo, o Instituto concebia o trabalho de pesquisa como forma reflexiva ligada ao movimento operário, pois mantinha a concepção positiva para a condição da emancipação, que permitiria às forças de produção fossem se libertarem das formas capitalistas de sua organização. No final da mesma década esse mundo idealizado desmoronou, em termos de política com o fascismo e nazismo (OUTHWAITE, 1993, p. 243).

Uma crítica da razão que colocava em questão a possibilidade de mudanças sociais através de uma revolução começou a despontar no Instituto, tendo Theodor Adorno como representante mais destacado dessa nova concepção. O seu desenvolvimento intelectual será marcado pela experiência do fascismo e irá se tornar cético em relação às ideias do progresso no materialismo histórico. Além disso, com a influência de Walter Benjamin, faz “suas primeiras tentativas de tornar os métodos estéticos de interpretação frutíferos para a filosofia materialista da história” (OUTHWAITE, 1993, p. 243). A obra “Dialética do esclarecimento”, que escreve com Horkheimer nos anos 40, será a expressão dessa fase adorniana em uma filosofia negativa da história.

A teoria crítica, com origem que se confunde com o marxismo, não se caracteriza pela sua relação com o direito.

Ela corresponde a uma tradição de pensamento e a um campo de reflexão e pesquisa inaugurado em 1924 por Max Horkheimer e colegas seus, que fundaram, na Universidade de Frankfurt, o Instituto de Pesquisa Social, com o objetivo de produzir e divulgar trabalhos vinculados ao marxismo e de explicar, do ponto de vista histórico, a organização e a consciência dos trabalhadores industriais. De sua ambição inicial quanto a um projeto interdisciplinar não fazia parte o direito enquanto esfera cognitiva (FALBO, 2015, p. 15).

O autor de *Teoria tradicional e teoria crítica* elenca tarefas fundamentais que devem ser cumpridas pela Teoria Crítica, quais sejam, em um primeiro momento a teoria que se denomina crítica deve ter ancoragem na realidade como parte dela, aqui ela cumpre seu papel de imanência. Em um segundo momento ela “deve mostrar os elementos não desenvolvidos da realidade, que permitem compreender os horizontes de sua própria superação. A teoria cumpre seu papel de transcendência”. (FALBO, 2015, p. 15). Dessa forma, para que seja cumprida essa tarefa a teoria deve ser capaz da crítica como condição metodológica, é o que busco apresentar neste trabalho, pois “Assim, ao cumprir seu papel de imanência e transcendência através da crítica, à teoria são também associadas as tarefas de compreensão e mudança da realidade social”. (FALBO, 2015, p. 16).

Para Horkheimer a falta de crítica, em relação aos modelos teóricos de investigação, acarretou na proximidade da ontologia de fenômenos naturais e de fenômenos sociais com a propagação de modelos abstratos definido por ele como teoria crítica.

A laboriosa atividade de colecionar, em todas as especialidades que se ocupam com a vida social, a compilação de quantidades enormes de detalhes sobre problemas, as pesquisas empíricas realizadas através de enquetes

cuidadasas ou outros expedientes, que, desde Spencer, constitui uma boa parte dos trabalhos realizados nas universidades anglo-saxônicas, oferecem certamente uma imagem que aparenta estar mais próxima exteriormente da vida em geral dentro do modo de produção industrial do que a formulação de princípios abstratos e ponderações sobre conceitos fundamentais, em gabinete, como foi característico de uma parte da sociologia alemã. Mas isto não significa diferença estrutural do pensamento. (HORKHEIMER apud FALBO, 2015, p. 16).

Em outras palavras, o autor busca criticar a existência de uma teoria que tem como escopo uma abordagem de cima para baixo sem contato e preocupação com o real. Karl Marx, em sua obra, *Contribuição à crítica da economia política*, apresentou a importância do concreto nas análises da vida social, obra que influenciou o autor frankfurtiano:

O melhor método será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva; assim, em economia política, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, numa observação atenta, apercebemos de que há aqui um erro. A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes de que se compõe. Por seu lado, essas classes são uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que se repousam, por exemplo o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população teríamos uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples. Partindo daqui, seria necessário caminhar em sentido contrário até chegar finalmente de novo à população, que não seria, desta vez, a representação caótica do todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas. [...] O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. (MARX, 2003, p. 247- 248).

Segundo Marx, o método correto seria reconhecer o concreto como ponto de partida, portanto, os pesquisadores deveriam se orientar através de percepção imediata e da representação “como modo de apropriação e de reprodução do concreto enquanto concreto pensado, e nunca como forma de produção do concreto”. (FALBO, 2015, p.18). Assim como Marx, Gramsci assevera que para apreensão correta do objeto e seus detalhes é imperioso “[...] fixar que toda investigação tem seu método determinado e constrói uma ciência determinada, bem como o método desenvolveu-se e foi elaborado conjuntamente ao desenvolvimento e à elaboração daquela determinada investigação e ciência, formando com ela um todo único.” (GRAMSCI, 1995a, p. 163 apud MARTINS, 2008, p.268). Para esses autores, que aqui apresento, a consciência dos sujeitos críticos é o reconhecimento de que a

contradição do mundo em que estamos inseridos é resultado da produção humana e histórica, tanto econômica como cultural, que tem relações mútuas e são impostas ao homem pelo próprio homem, em uma determinada circunstância histórica. Assim, Ricardo Falbo pontua que:

No sentido horkheimiano do termo, a realidade concreta existe como resultante da consciência crítica de seus sujeitos, e ela está referida a sujeitos críticos em dois sentidos: o do sujeito cognoscente (o pesquisador, o *eu*) e o do sujeito cognoscível (o pesquisado, o *tu*). No entanto, qualquer que seja o seu sentido, o sujeito crítico se identifica e é identificado historicamente com o *seu próprio mundo*, com o todo (*sistema global*) e com suas partes (*sistema econômico, sistema cultural*). (FALBO, 2015, p. 20)

Na apresentação de *O Capital*, Marx sistematiza sua estratégia metodológica que seria o instrumento para pesquisar o modo de produção capitalista e as relações de produção e circulação, “reconhece que cada estágio do desenvolvimento social tem uma lei própria; com o desenvolvimento diferente das forças produtivas, mudam as relações sociais e as leis que a regem.” (BELLO, 2013, p. 29). Assim, Marx e Engels se posicionam contra a compreensão contemplativa, meramente abstrata, sem levar em conta os acontecimentos concretos na sociedade humana e, também, “despenderam energias dentro da tradição materialista, para salientar o caráter fundamental da empiria, consubstanciado pelo processo histórico: espaço da existência, atuação e realização dos homens entre si e perante a natureza.” (BELLO, 2013, p. 29).

Por tudo isso, a Teoria Crítica, diferente da Teoria Tradicional, tem a mudança do mundo e modo como concebemos um tipo diferente de processo de produção de conhecimento como horizonte. Assim, essa pesquisa foi realizada com os ensinamentos dos seus métodos de pesquisa e o emprego do método histórico-social. Com a realização de pesquisa empírica busquei a aplicação prática dos conceitos dos autores elencados neste trabalho, além disso, uma abordagem política e utilização do pensamento marxista, pouco estudado no direito.

1.1.4 Dimensão técnica

Inicialmente, a proposta da pesquisa era voltar ao local para trabalhar com a apreensão da experiência concreta e observação direta com o uso da observação não participante na Ocupação Chiquinha Gonzaga. Durante o período de duração do mestrado - 2 anos (2017 e

2018) - busquei contatos com moradores que permanecem no prédio ocupado. No entanto, o contato com os moradores e a possibilidade de visitar a ocupação para prosseguir com a pesquisa foi refutado. A ocupação Chiquinha Gonzaga sofreu nos últimos anos a investida do comércio varejista de drogas do morro da Providência no local. Por esta razão a indisponibilidade de receber pessoas estranhas à comunidade foi relatada pelo João Barbosa – um dos moradores - quando procurado novamente pelo Professor Doutor Ricardo Falbo na tentativa de uma nova visita. Assim, para que a pesquisa continuasse busquei entrevistar ex-morador e liderança que participou da organização da ocupação desde seu início. Orlando Costa, que viveu no local por 3 anos e ajudou na organização até passar em um concurso público para Petrobrás. Foram realizadas com Orlando duas entrevistas, uma primeira entrevista foi um contato inicial para estabelecer “uma conversação amistosa, explicando a finalidade da pesquisa, seu objeto, relevância e ressaltar a necessidade de sua colaboração” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 199). A segunda conversa aconteceu no dia 08 de dezembro de 2017, essa entrevista foi registrada com as mesmas palavras que o entrevistado usa, evitando-se resumi-las, e transcrita para usar nessa pesquisa. Depois de trabalhar e analisar o material gerado pela entrevista do Orlando surgiram novas questões que tentei levar a ele, mas até o fechamento dessa dissertação não foi possível realizar um novo encontro com Orlando em razão de problemas de saúde. Para corroborar com a pesquisa neste trabalho resgatei a entrevista feita com João Barbosa, um dos organizadores que vive até esse momento na ocupação e entrevistei outra liderança de ocupações situada no Rio de Janeiro, Gabriel Rolemberg, membro das Brigadas Populares que atua na organização de duas ocupações no estado: Povo Sem Medo e São Januário. Na primeira entrevista com a liderança das Brigadas Populares, realizada no dia 27 de novembro de 2018, além estabelecer o contato inicial, foram feitas as mesmas perguntas apresentadas a Orlando Costa. Na segunda entrevista, realizada no dia 09 de Janeiro de 2019, as questões feitas a Gabriel Rolemberg foram as que não pude fazer a Orlando Costa. Ambas entrevistas foram registradas e transcritas.

Do ponto de vista histórico, as entrevistas estão referidas a três personagens. Cada personagem fez parte de uma entrevista com sua história própria. A entrevista do João Barbosa foi uma das primeiras feitas pelo Professor Ricardo Falbo em sua pesquisa com a Ocupação Chiquinha Gonzaga. A entrevista foi realizada em outra agenda de pesquisa e com outros pesquisadores que gerou diversos trabalhos sobre as Ocupações na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Não entrevistei diretamente o senhor João Barbosa, mas usei seus relatos de

outros trabalhos coordenados pelo Professor Ricardo Falbo para subsidiar e trazer mais elementos para a minha pesquisa.

Orlando Costa foi entrevistado diretamente por mim em dois momentos no ano de 2017, todos na UERJ. Esses dois momentos de conversa com Orlando Costa foram diferentes. A primeira conversa foi genérica de apresentação e de conhecimento mútuo como forma de garantir que Orlando Costa entendesse a pesquisa e pudesse continuar contribuindo. Em um segundo momento, as perguntas foram abertas e fechadas e se encontram no apêndice A. Essas perguntas tiveram o objetivo referido ao objetivo teórico da minha pesquisa. Nas duas conversas o Professor Ricardo Falbo estava presente.

Com problemas para continuar a agenda de pesquisa com Orlando Costa e para que pudesse avançar na pesquisa busquei outro organizador. Gabriel Rolemberg, doutorando em Políticas Públicas na UERJ e militante das Brigadas Populares. As entrevistas com Gabriel foram realizadas na UERJ e no entorno dela, a primeira com a presença do Professor Falbo foi na Universidade e, como com Orlando Costa, foi uma apresentação e perguntas genéricas ao entrevistado. A segunda entrevista já no ano de 2019 foi mais específica e somente eu encontrei o entrevistado. As perguntas foram acerca da dinâmica e estrutura dessas reuniões. As transcrições dessas entrevistas estão nos Apêndices B e C.

A entrevista, como importante instrumento de trabalho no campo das ciências sociais, possui como objetivo principal a obtenção de informações dos entrevistados sobre um assunto que não pode ser obtido de outra forma. Assim, como não consegui voltar à ocupação pelos problemas relatados anteriormente, resolvi utilizar essa técnica de coleta de dados. As entrevistas foram respondidas em um ambiente de conversação informal, começaram com perguntas genéricas e depois específicas. As perguntas foram as mesmas formuladas para as duas lideranças.

Como técnica de coleta de dados para uma pesquisa, as entrevistas oferecem vantagens e limitações. As vantagens são o que me fez recorrer à entrevista com Orlando e Gabriel, qual seja, “maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente; especificar algum significado, como garantia de estar sendo compreendido.” (MARCONI; LAKATOS, 2003 p. 198). Dessa forma, as entrevistas permitem reformular questões que ficaram vagas ou geraram dúvidas em algum momento. Os limites devem ser reconhecidos na pesquisa com coleta de dados com o instrumento da entrevista, as respostas não são a imagem do que seja a realidade, é a percepção daquele que participou do movimento e responde às questões colocadas para ele. As entrevistas são problemáticas na medida em que elas não permitem compreender a

dinâmica das reuniões, como as reuniões se davam em praça pública e uma vez as ocupações realizadas com a Ocupação do Prédio Público, não há como saber através da entrevista como que o outro participa. Questões como de que forma o outro ouve e é ouvido; como os discursos são produzidos; se tem troca ou não tem troca entre “liderança” e “base” nas reuniões ficam inacessíveis. Ainda quanto à desvantagem do método, as perguntas podem ser problemáticas, pois parte de um pressuposto que o entrevistado não conhece o conteúdo das perguntas, e que na realidade pode gerar incompreensão por parte do entrevistado.

Em relação ao marco teórico, os autores são contextualizados e historicizados com a história dos sentidos dos conceitos. Assim, um problema é reconhecer que a realidade empírica tem a sua história e o cuidado que tenho neste trabalho é não confundir a “história dos conceitos” com a “história das realidades”, não aplicar à categoria dos investigadores a realidade investigada, método muito comum nas pesquisas na área do Direito, como se a realidade estivesse em desacordo com os conceitos. Portanto, é reconhecer que a realidade tem as suas próprias categorias e não subsumir simplesmente a realidade aos conceitos, pois a realidade pode surpreender por não ser explicada pelos conceitos dos autores.

1.2 Rio de Janeiro: administração da cidade

1.2.1 Introdução

No presente capítulo busco demonstrar e delinear o urbano como a cidade do Rio de Janeiro. Farei aqui a descrição da cidade do Rio de Janeiro e suas relações com movimentos de resistências às reformas urbanas mais recentes. Explicarei a emergência de alguns movimentos sociais e os atores que permitem pensar a cidade. Quando se examina um objeto multifacetado como é o Rio de Janeiro deve-se perceber e extrair as questões mais importantes para o estudo, sob risco de se perder na confusão. Nesse capítulo irei apresentar o Rio de Janeiro e as reformas urbanas que aconteceram no período pós-constituição de 1988. A razão aqui é simples. A questão das políticas públicas, grandes remoções e os processos para os megaeventos nos dirá quem fica com os privilégios e quem será excluído. Assim, para se conhecer uma sociedade e, no nosso caso, a cidade do Rio de Janeiro, é necessário reconstruir os meandros que permitem a reprodução do poder social em que estamos inseridos atualmente.

A exclusão social e espacial é um dos principais problemas contemporâneos que afligem o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro, com reflexos sociais e econômicos, políticos e identitários na constituição e exercício dos direitos. Constata-se que a moradia constitui demanda central na reforma urbana. Os dados mais recentes³ sobre déficit habitacional⁴ no Brasil são da Fundação João Pinheiro⁵ cujos dados estatísticos de 2015, indicam que havia no Brasil um déficit de 6.355.743 milhões de moradias, sendo que 5.572.700 milhões, ou 87,7 %, são em áreas urbanas e 783.043 mil, em área rural, número equivalente a 9,3 % do total relativo aos domicílios do país.

Desse total de déficit habitacional 39% localiza-se na região Sudeste, o que corresponde a 2,482 milhões de unidades. A região Nordeste, com 1,971 milhões de moradias

³ Os dados anteriores eram os seguintes: Os dados estatísticos do IBGE, colhidos no ano de 2006 através da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), indicam que havia no Brasil um déficit de 7.934.719 moradias, número equivalente a 14,5% do total de domicílios do País (54.610.413). Na região metropolitana do Rio de Janeiro, o déficit habitacional chegava, à época, 457.839 unidades, o que correspondia a 11,7% dos domicílios. No Censo de 2010, o IBGE identificou que o número de casas vazias (6,07 milhões) superava o do déficit habitacional do país (5,8 milhões de moradias).

⁴ Para o município do Rio de Janeiro somente temos dados de 2010. Para o Estado do Rio de Janeiro os dados são de 2015 e a devida advertência deve ser feita: a definição de déficit da fundação João Pinheiro mudou de 2006 para 2007, então esse dado de 2006 não pode ser comparado com os anos posteriores. O mesmo problema ocorre com o de 2010 também, por se basear em uma pesquisa diferente, também não deve ser comparado com o de outros anos. Portanto deixei na nota de rodapé acima os antigos dados para quem não concordar com a metodologia aplicada pela Fundação Mineira João Pinheiro.

⁵ Disponível em <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2742-deficit-habitacional-no-brasil-3>>. Acesso em: 22 Jun. 2018.

estimadas como déficit, vem em seguida, o que corresponde a 31% do total. No Sudeste, Sul e Centro-Oeste o déficit habitacional nas áreas urbanas ultrapassa 90%, nas regiões Norte e Nordeste, o déficit habitacional rural ainda tem peso relativamente alto.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro o déficit habitacional chegava, em 2015, a 340.083 mil unidades, o que correspondia a 7,7 % dos domicílios. Dessa forma, podemos entender que a questão urbana é um dos principais fatores de exclusão e de demanda coletiva por movimentos sociais em nossa região.

1.2.2 Rio de Janeiro e a configuração histórica-social

A cidade do Rio de Janeiro possui histórico político e social quanto ao exercício dos direitos em uma estrutura urbana peculiar, que conjuga favelas com bairros nobres, comunidades carentes com condomínios luxuosos e cidades empresariais. Sua população apresenta altos índices de segregação social e espacial, de desigualdades sociais e econômicas e de desabrigados e tem produzido sujeitos que se notabilizam por suas reivindicações e demandas por moradia. Historicamente na cidade do Rio de Janeiro os espaços precários surgem no cenário urbano para suprir um déficit habitacional em que, a grande maioria dos habitantes, é de pobres que procuram habitar locais próximos onde há mais ofertas de trabalho.

Segundo o censo 2010 do IBGE⁶, a população da cidade do Rio de Janeiro é formada por 3 239 888 brancos (51,26%), 2 318 675 pardos (36,69%), 708 148 pretos (11,2%), 45 913 amarelos e 5 981 indígenas (0,09%), além de 1 842 sem declaração (0,03%). O mesmo censo 2010 constatou que, 1,39 milhão dos 6,29 milhões de habitantes da cidade - o que corresponde a aproximadamente 22% de sua população - vivem em aglomerados de baixa qualidade, esses aglomerados se instalam principalmente em morros e as condições de moradias são precárias.⁷

A partir de 1990 o Rio de Janeiro passou por intensas obras públicas urbanísticas como as de pavimentação, drenagem e de tratamento paisagístico da orla carioca, do Leme ao Recreio dos Bandeirantes. Esses empreendimentos coincidiram com a fase de preparação da cidade para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), em que foram assinadas importantes convenções internacionais sobre os problemas

⁶ Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/2093>>. Acesso em: 18. Jun. 2018.

⁷ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>>. Acesso em: 18. Jun. 2018.

ecológicos do planeta. A cidade teve uma aceleração imobiliária em novos bairros como: Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes. Esses bairros se tornaram importante polo de lazer e comércio carioca, com shoppings, hipermercados, inúmeros teatros e cinemas, além de restaurantes e casas de espetáculos.

Por ter sido a capital do País durante anos a cidade do Rio de Janeiro possui o privilégio de ter importantes espaços culturais e educacionais, dentre os quais podemos destacar instituições como a Academia Brasileira de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Casa de Rui Barbosa. Também há bibliotecas, entre as quais a Biblioteca Nacional, a mais importante do país, e dezenas de museus, como o Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, o Nacional de Belas-Artes, o de Arte Moderna, o Histórico Nacional e o da República, no Catete. No bairro da Gávea temos o Planetário e, instalado em São Cristóvão, o Observatório Nacional. Na educação a cidade possui importantes universidades e centros de pesquisa, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e a Fundação Osvaldo Cruz.

1.2.3 Reformas urbanas e políticas públicas

Não farei aqui uma análise histórica da formação urbana do Rio de Janeiro, que deixaria evidente e demonstraria os motivos que justificam a atual segregação socioespacial dos territórios periféricos em solo fluminense. A presente pesquisa me faz delimitar o cenário e irei listar somente as peculiaridades pertinentes ao tema desenvolvido na presente dissertação. As políticas públicas aqui elencadas são escolhidas por interferirem diretamente no cotidiano da população fluminense e por apresentarem uma pertinência temática com a dissertação. Obviamente não fui exaustivo na apresentação das políticas públicas dos seguidos governos - estadual e municipal -, pois não teria aqui espaço suficiente para fazer uma análise pormenorizada das referidas Políticas.

Do período da abertura política até o ano de 2018, o Rio de Janeiro teve 7 Prefeitos e 9 Governadores diferentes. Eu apresento as gestões que se seguiram do período em que a Ocupação Chiquinha Gonzaga se inicia no dia 23 de julho de 2004 até 2018. Apresento em um primeiro momento as Governadoras e Governadores eleitos neste período, em um segundo

momento apresento os seguidos governos municipais, a partir da eleição do Prefeito César Maia, até a eleição do atual Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella.

1.2.3.1 Os governos do estado do Rio de Janeiro

O governo Anthony Garotinho e Benedita da Silva

O controverso governo Anthony Garotinho se elegeu pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e depois Partido Socialista Brasileiro (PSB) foi de 1999-2002, tendo sua Vice-Governadora, Benedita da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) assumido o mandato após sua renúncia para concorrer à eleição presidencial. No governo de Garotinho e Benedita as seguintes Políticas foram destaques: na educação o governo Garotinho e Benedita foi o primeiro do país a implementar o sistema de cotas raciais e socioeconômica em uma universidade. A UERJ se notabilizou por permitir o ingresso de setores da sociedade que antes não tinham acesso a universidade. O vestibular de 2003, já no mandato Rosinha Garotinho, permitiu o ingresso de alunos cotistas.

Na área social, coordenada pela sua esposa Rosinha Garotinho, o seu governo criou os “restaurantes populares”, que forneciam refeições pela quantia simbólica de um real, os “hotéis populares”, que também a um real por noite ofereciam abrigo às pessoas que não podiam retornar às suas casas após o trabalho e por isso dormiam nas ruas, e ainda o “Leite Saúde”, que distribuía leite em pó às crianças, e o “Sopa da Cidadania”, que doava refeições às instituições sociais. Instituiu o “Cheque Cidadão”, oferecido a famílias com filhos matriculados na rede pública estadual de ensino e com as carteiras de vacinação em dia, e criou também o “Cheque Cidadão do Trabalhador Rural”, o “Cheque Morar Feliz”, para que mutuários pobres da Caixa Econômica Federal (CEF) pudessem quitar suas dívidas, e o “Cheque Cidadão da Terceira Idade”, oferecido a idosos pobres. Para os jovens carentes criou os programas “Vida Nova” e “Jovens Pela Paz”. Com o objetivo de oferecer alternativas de lazer à população carente, em dezembro de 2001 inaugurou o Piscinão de Ramos, às margens da baía de Guanabara.⁸

Na Segurança Pública, fez grandes investimentos, além de criar o projeto “delegacia legal”, que recebeu prêmios internacionais. No Transporte inaugurou a estação Siqueira Campos da Linha 1 do metrô e tentou regulamentar o transporte alternativo de Vans e Kombis.

⁸ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/anthony-william-matheus-de-oliveira>>. Acesso em: 18. Jun. 2018.

O governo Rosinha Garotinho

Rosinha Garotinho, eleita pelo PSB, e posteriormente filiada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), toma posse em 1º de janeiro de 2003, e, logo em abril de 2003, enfrenta “uma grave crise na área da segurança pública, com traficantes incendiando ônibus na capital do estado e provocando pânico na população. Como solução, Rosinha Garotinho nomeou o marido, Anthony Garotinho, para comandar a Secretaria de Segurança Pública, em substituição a Josias Quintal.”⁹

Na economia lançou a campanha “A refinaria é nossa”, que teve apoio de associações empresariais e comerciais do estado. No ano de 2004, decretou intervenção na fábrica de laticínios da Parmalat, com sede em Itaperuna, um dos redutos eleitorais da família Garotinho, evitando seu fechamento em meio à crise da empresa transnacional. Com a justificativa de preservar empregos, passou a ter grande participação nas decisões da fábrica, garantindo o pagamento de fornecedores e controlando o processo de saneamento de suas finanças. No social ampliou os programas do governo anterior e investiu em projetos de atendimento médico em casa e de atenção integral à família, realizou a construção de conjuntos habitacionais, como o Nova Sepetiba, localizado na zona oeste do município do Rio de Janeiro.

Em outubro de 2006 não conseguiu se candidatar a reeleição devido à interpretação do TSE de que seu governo configurava a sequência do mandato do marido. Apoiou a candidatura de Sérgio Cabral ao governo do estado, com quem romperia relações em seguida.

O governo Sérgio Cabral

O governo Sérgio Cabral (PMDB) foi eleito em 2006, em seu primeiro mandato a área de segurança pública recebeu grande atenção e implementou o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). O projeto da área de segurança pública pressupunha a ocupação permanente de favelas, por meio do policiamento ostensivo, a fim de se combater o tráfico de drogas. O argumento central do programa se referia ao conceito de “*polícia de proximidade*”. Coordenadas pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional, as UPPs pautariam suas estratégias na parceria entre a população e as instituições da área de segurança.

⁹ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosangela-barros-assed-matheus-de-oliveira>>. Acesso em: 18. Jun. 2018.

A despeito das críticas e limitações do projeto, o programa ganhou força ao longo do mandato de Cabral, alcançando, dessa maneira, várias comunidades.¹⁰

A primeira experiência dessas unidades ocorreu em 2008, no morro Dona Marta, em Botafogo, Zona Sul da cidade. Desde então o número de Unidades de Polícia Pacificadora só aumentou no decorrer dos anos alcançando o número de 38 unidades instaladas em todo o estado, com 1,5 milhão de pessoas alcançadas por esse programa, tendo ao todo, segundo dados do próprio governo do estado, 264 territórios abrangidos o que perfaz 9.446.047 m² de extensão total das áreas de UPPs.¹¹

Até o final do governo Sérgio Cabral, no ano de 2013, as Unidades de Polícia Pacificadora gozavam de um prestígio quase inabalável. Com aprovação pela população fluminense em geral e por especialistas na área de segurança pública, o modelo de segurança do estado do Rio de Janeiro era usado como exemplo e representava um modelo para todo o país. No entanto, as UPPs não tiveram um consenso com sua implementação. Relatos de violência policial contra moradores eram frequentes, tendo o caso Amarildo¹² como o destaque dessa violência, também o cerceamento de práticas culturais de moradores das comunidades como a proibição de bailes funks pela Resolução 013¹³, da Secretaria de Segurança Pública. Em artigo publicado no ano de 2014, a Professora de Criminologia da UERJ, Vera Malaguti Batista, com o título “O Alemão é muito mais complexo.”¹⁴, busca desconstruir “*esse consenso macabro*” que se tornou o projeto de Segurança Pública do governo Cabral. A professora Vera Malaguti pontua que:

As UPPs viraram um macabro consenso, através de um intenso bombardeio midiático. Aliás, como peça publicitária é muito bem feito.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sergio-de-oliveira-cabral-santos-filho>>. Acesso em: 18. Jun. 2018.

¹¹ Disponível em: <<http://www.upprj.com>>. Acesso em: 18. Jul. 2018.

¹² Em 2013, o pedreiro Amarildo Dias de Souza, morador da Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, desapareceu depois de ser levado por policiais militares à sede da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) local para prestar esclarecimentos. O caso mobilizou a sociedade civil que se organizou em apoio à família. Moradores da Rocinha promoveram atos cobrando do governo uma solução para o caso. A história de Amarildo de Souza ganhou repercussão internacional e tornou-se símbolo de casos de abuso e violência policiais nas jornadas de junho de 2013.

¹³ Um batismo, uma festa de aniversário, uma roda de samba ou uma competição de esporte podia, em teoria, ser encerrada aos caprichos dos policiais da UPP sob os termos da Resolução 013. A resolução da Secretaria de Segurança Pública estipulava critérios rigorosos para eventos nas comunidades, os produtores culturais precisam pedir licença pelo menos 20 dias antes de um evento, e mesmo assim, o evento poderia ser cancelado às 23h se fosse considerado um risco para segurança. A resolução era considerada uma violação da liberdade de expressão nas comunidades em área de UPP. Os bailes Funks e pagodes eram afetados nessas comunidades e festas noturnas nessas áreas praticamente desapareceram nesse período.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Alemao-e-muito-mais-complexo/4/30889>>. Acesso em: 22. Jul. 2018

Como sempre, nasci gauche na vida, vou me dedicar a desconstruí-la a partir de uma reflexão mais lenta, diferente de tantas que as apoiaram tão rápido.

Começo então a pensar sobre o conceito de território, usado à esquerda e à direita para a justificação das velozes adesões. Afinal é em nome da “reconquista do território” que formou-se o unísono. No Rio de Janeiro existe hoje uma secretaria com o curioso nome de Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Territórios.

Ainda lembra que tal projeto de Segurança Pública era vendido pronto para Prefeitos e Governadores:

É importante esclarecer que o projeto não é nenhuma novidade, faz parte de um arsenal de intervenções urbanas previstas para regiões ocupadas militarmente no mundo a partir de tecnologias, programas e políticas norte-americanas que vão do Iraque à Palestina. No caso, o projeto de Medellín, foi este o paradigma.

Governador e Prefeito para lá marcharam, sempre com os sociólogos de plantão, trazendo para o Rio de Janeiro um pacote embrulhado na “luta contra o crime”, sem que se percebesse que era um projeto de ocupação territorial apoiado pelo governo norteamericano contra a histórica guerrilha colombiana que chegou a ter 40% do território colombiano sob seu controle. Em 2010 lá estive, no seminário El Laberinto de las Violências, organizado pela Prefeitura e outros parceiros. A avaliação do projeto hoje, em indicadores de ocorrências violentas, já é um rumoroso fracasso. Mas o teleférico está lá, igualzinho ao do Complexo do Alemão.

Enfim, as UPPs buscaram ser uma ocupação permanente de territórios periféricos do estado, vozes que se levantaram para denunciar que o projeto tinha fins econômicos na preparação da cidade para os megaeventos sofreram severas críticas. Como a professora Vera Malaguti pontuou acima: as UPPs se tornaram neste período um consenso macabro. Na área de Saúde é destaque a criação do programa Unidades de Pronto Atendimento (UPA), cujo objetivo central era criar uma malha de atendimento primeiro de saúde pública.

O governo Pezão

Eleito como vice-governador do Rio de Janeiro na chapa com Sérgio Cabral em dois mandatos, 2007-2010 e 2011-2014, assumiu o governo depois da renúncia deste, em 3 abril de 2014. Foi eleito no mesmo ano no segundo turno governador do estado pelo PMDB.

O governo Pezão é marcado por uma grave crise econômica, no qual o pagamento de servidores e pensionistas não foram garantido. Os problemas surgiram como consequência da crise econômica e da queda do preço do petróleo - uma das principais fontes de receita do estado. O governo Estadual negociou com o governo Federal um pacote para tentar quitar despesas correntes do mandato que prevê a possibilidade de o estado pegar empréstimos. No

entanto em troca, o governo Federal exigiu contrapartidas. As principais são um duro pacote de austeridade que inclui uma reforma na Previdência Estadual, aumento de impostos e corte de gastos, o ponto polêmico é a exigência de privatização da Cedae, ponto mais polêmico.

Durante o início de 2018, o programa vitrine do governo PMDB no estado Rio de Janeiro, as Unidades de Polícia Pacificadora, tem sua redução anunciada pelo comandante da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro (PMERJ). A corporação estuda reduzir de 38 unidades para 20 UPPs.¹⁵

Por um suposto aumento da violência no estado do Rio de Janeiro durante o carnaval de 2018, no dia 16 de fevereiro, em uma sexta-feira, o governo Michel Temer, anunciou a intervenção federal na segurança pública do estado. Pela primeira vez desde a Constituição de 1988, o governo federal assume setor inteiro de um estado. Objetivo declarado é conter violência. Mas as razões seriam para conter a baixa popularidade do governo federal. O interventor é o General do Exército Walter Souza Braga Netto, que não substituiu o Governador do estado.

Com a intervenção, o governo Federal, por meio do General Braga Netto, comandará todo o setor da Segurança Pública fluminense. Na intervenção, o General responsável só presta contas ao presidente da República e tem liberdade para admitir, exonerar, reestruturar órgãos públicos, efetuar gastos, contratar serviços e dar ordens a funcionários civis e militares, sem prestar contas ao governador ou a qualquer outra autoridade estadual. O decreto que instituiu a intervenção tem validade até 31 de dezembro de 2018, justifica a ordem de intervenção para “restaurar a ordem” no estado.

1.2.3.2 Os governos do município do Rio de Janeiro

Prefeito César Maia e Luís Paulo Conde

A primeira eleição de César Maia, primeiro PMDB e depois PFL, para a prefeitura do Rio de Janeiro ocorreu em 1992. Foi Prefeito da cidade do Rio de Janeiro de 1993 a 1997 e de 2001 a 2009, sendo que no período de 1997 e 2000 quem teve o mandato da prefeitura foi Luís Paulo Conde, do PFL, ex- secretário de Urbanismo na primeira administração de César Maia, e posteriormente, desafeto político. Foi iniciado com César Maia o planejamento estratégico urbano com características de uma gestão empresarial do espaço.

¹⁵ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-02/policia-militar-estuda-reduzir-numero-de-upps-no-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 18. Jul. 2018.

As informações referentes ao programa de urbanização das favelas¹⁶ - o Favela-Bairro – nos diz que, antes dele as “obras de infraestrutura nas favelas cariocas criaram um total 200.000 metros de novas linhas de esgoto e a implementação de 31 programas de saúde comunitária em diferentes bairros.”¹⁷

O plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro de 1992 declarou que seus objetivos eram o de “integrar as favelas à cidade formal” e “preservar seu caráter local”. Na primeira gestão a frente da prefeitura, o prefeito César Maia propôs projetos de melhorias cujas obras seriam em infraestrutura, serviços sociais, a regulamentação imobiliária das favelas e a implementação de creches em favelas beneficiadas pelo programa. O financiamento do programa foi através do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo contrato assinado em 1995 forneceu a Prefeitura 180 milhões de dólares para essa primeira fase do projeto.¹⁸ O programa em sua primeira fase beneficiou 38 favelas e na segunda fase, que vai do ano 2000 a 2005, iniciada no mandato do Prefeito Luiz Paulo Conde, seguido do segundo mandato de César Maia (2001-2005), foram beneficiadas foram 62 favelas e 24 loteamentos irregulares.¹⁹

Em 2008 o programa havia alcançado 168 favelas e loteamentos. Estudo do BID do ano de 2005 demonstrou que:

em 37 comunidades servidas pela primeira fase do programa houve um aumento significativo no acesso à água e saneamento, em comparação com outras comunidades que não foram atendidas pelo programa, sendo o impacto maior nas favelas mais pobres. O estudo também consta que os projetos de saneamento não impactaram o índice de mortalidade infantil devido a doenças transmitidas por vetores, e tampouco causaram um acréscimo nos aluguéis nas comunidades servidas pelo programa, considerando o aumento de renda dos bairros vizinhos. Além disso, o estudo deixa claro que o objetivo do programa Favela-Bairro é abordar os resultados da falta de habitação na cidade a preços acessíveis e não tratar, em primeiro lugar, as condições que forçam as pessoas a viverem em condições informais²⁰.

¹⁶ O programa RioOnWatch, procurando trazer visibilidade as favelas na esteira dos jogos Olímpicos de 2016 lançou a plataforma “rioonwatch.org.br relato das favelas cariocas” que tem como principal missão ser um “veículo para a publicação das perspectivas dos organizadores comunitários, moradores, observadores internacionais e pesquisadores sobre as rápidas transformações urbanas que caracterizaram o Rio pré-Olímpico.” Muitas das informações dos programas de urbanização das favelas foram descritas pelo site e, dessa forma, lançamos mão neste espaço.

¹⁷ Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=5042>>. Acesso em 16. Jul. 2018

¹⁸ Em consulta ao site do BID as informações são que “totais de US\$600 milhões, dos quais US\$360 milhões financiados pelo BID, o Proap beneficiou, até outubro deste ano, 675.000 pessoas em 166 comunidades, entre favelas e loteamentos irregulares, com obras de infra-estrutura urbana em áreas como saneamento básico, drenagem, pavimentação e iluminação pública.” Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2004-12-02/bid-e-prefeitura-do-rio-discutem-avancos-do-favela-bairro%2C1258.html>>. Acesso em: 16. Jul.2018.

¹⁹ Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=5042>>. Acesso em: 18. Jun.2018.

²⁰ Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=5042>>. Acesso em 18. Jun.2018.

O governo César Maia também sofreu severas críticas por reprimir a economia popular com a repressão aos camelôs na cidade. Nessa política, “depois de inaugurar um espaço reservado para os vendedores ambulantes, chamado de “camelódromo” na rua Uruguaiana, no centro da cidade, o prefeito implementou uma política de repressão ao comércio ambulante. Além disso, promoveu uma ação de fiscalização e reassentamento dos camelôs, recadastrando-os por meio do Serviço de Licenciamento e Fiscalização do município, desobstruindo vários logradouros públicos, em especial nos bairros da Zona Sul, Ilha do Governador e subúrbios da cidade.”²¹

Ainda, a gestão à frente da Prefeitura da Cidade

foi marcada por um programa de terceirização que consistiu no repasse de serviços públicos a empresas privadas, e pela adoção de medidas na linha da reengenharia — defendendo a substituição do modelo verticalizado, com muitas funções de controle e altamente burocratizado, por uma organização supostamente mais flexível, ágil e descentralizada.²²

As gestões que se seguiram procuraram seguir o mesmo receituário, qual seja, transformar a cidade em um polo de atração através de eventos culturais e esportivos ao atrair capitais locais e estrangeiros.

Prefeito Eduardo Paes

Eduardo Paes (PMDB) foi prefeito por duas vezes nos anos de 2009 a 2012 e 2013 a 2016. No início de seu primeiro mandato instituiu o programa “Choque de Ordem”, que consistia em uma operação geral de combate à desordem urbana na cidade do Rio de Janeiro. A ação, coordenada pela recém-criada Secretaria Especial de Ordem Pública, era realizada por guardas municipais, fiscais de controle urbano, policiais militares e civis, equipes da Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb), Departamento de Transportes Rodoviários (Detro). O objetivo elencado pelo programa seria atacar situações que incomodam o dia-a-dia do carioca, inibindo ambulantes informais, flanelinhas, transporte pirata, construções irregulares, população de rua, publicidade não autorizada, desrespeito no trânsito e desordem nas praias.

Ainda, no ano de 2011, o governo concentrou esforços na implementação de corredores viários para os megaeventos que ocorreriam no Rio. As principais obras realizadas

²¹ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cesar-epitacio-maia>>. Acesso em: 18.Jul.2018

²² Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cesar-epitacio-maia>>. Acesso em: 18. Jul.2018

foram: TransOeste, TransCarioca, TransOlímpica e TransBrasil. Em seu mandato investiu também na criação do Parque Madureira, corredores BRT, clínicas da família e hospitais.

Para as Olimpíadas construções como o Parque Olímpico da Barra da Tijuca, local central dos Jogos Olímpicos de 2016, local em que foi sede de 16 modalidades olímpicas e nove paralímpicas. O complexo de Deodoro com a pista de mountain bike e a de BMX; o circuito de canoagem slalom, e a Arena da Juventude, a Arena do Futuro, o Centro Internacional de Transmissão, o Campo de Golfe, a Pista de Mountain Bike, a Pista de BMX (ciclismo especial) e o Circuito de Canoagem Slalom.

No programa de urbanização de seu mandato, como parte do propagado legado dos megaeventos, anunciou que:

todas as favelas do Rio estariam urbanizadas até 2020 através de um programa municipal chamado Morar Carioca. O programa teria um orçamento de R\$8 bilhões e uma parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), no qual, como foi o caso do antecessor do programa Morar Carioca, o Favela-Bairro, seria responsável por organizar as melhorias em todas as favelas com mais de 100 casas.²³

O Morar Carioca teve seu formato pensado para ser o sucessor do programa Favela-Bairro, assim uma

parte da literatura sobre o empréstimo de \$150 milhões de dólares do BID para o projeto chama-o de 'Favela Bairro Fase III.' Aprendendo com pontos fortes e fracos do Favela-Bairro, o Morar Carioca compromete-se a realizar urbanização em larga escala (obras públicas para melhorar os serviços de água e esgoto, sistemas de drenagem, pavimentação, iluminação pública, oferta de áreas verdes, quadras esportivas, áreas de lazer, bem como a construção e instalação de equipamentos em centros de serviços sociais), além de regularização fundiária e de [disponibilizar] serviços sociais, tais como centros de educação e saúde. De acordo com seus preceitos, o Morar Carioca atingiu 815 favelas listadas pelo nome, e está orçado em R\$8 bilhões, em comparação com o Favela-Bairro, que totalizou R\$1,2 bilhões entre suas duas fases, e as intervenções propostas em cada favela serão mais extensas e sob medida.²⁴

O programa Morar Carioca impactou as moradias em que fora implementada, o resultado mais claro disso é o rápido aumento nos preços das casas. Uma gentrificação em favelas para explicitar um segundo tipo de remoção: remoção branca.

Prefeito Marcelo Crivella.

Na atual gestão, do Prefeito Marcelo Crivella (PRB), eleito para seu primeiro mandato em 2016, no dia 30 de novembro de 2017, líderes comunitários do Rio de Janeiro, em reunião

²³ Disponível em: <<http://riononwatch.org.br/?p=5735>>. Acesso em 18. Jul. 2018.

²⁴ Disponível em: <<http://riononwatch.org.br/?p=5735>>. Acesso em 18. Jul.2018.

na Câmara Municipal contra as remoções, lançaram a frente Parlamentar Contra as Remoções e Despejos. O evento em uma rede social, de divulgação do lançamento um encontro contra remoções,²⁵ conta com a seguinte descrição:

Moradores do Horto, Rio das Pedras, Rádio Sonda, Maracajás, Araçatiba, Barrinha, além de muitas outras comunidades e ocupações urbanas cariocas, sofrem diariamente com a ameaça de perderem suas casas. Por isso, vêm se organizando para resistir. A Frente Contra as Remoções e Despejos, presidida pelo vereador Renato Cinco, tem por objetivo apoiar às demandas das comunidades e ocupações ameaçadas de remoções. O lançamento da Frente, dia 30/11, tem intenção de dar voz aos moradores dessas comunidades e abrir um espaço de defesa da moradia digna na Câmara Municipal, visando fortalecer uma luta tão justa e necessária! O prefeito Crivella prometeu “cuidar das pessoas”, mas serve apenas aos interesses do mercado imobiliário. Remoções, além de inaceitáveis, são ilegais! É inaceitável que famílias de trabalhadores e trabalhadoras sejam expulsas dos locais onde construíram suas vidas e casas. É dever da Prefeitura protegê-las da violação de direitos e não ser a autora desta violação. E é ilegal por desprestigiar a Constituição Federal; o Estatuto da Cidade sobre a função social da propriedade e garantia da Moradia Digna; e a Lei Orgânica do município sobre a responsabilidade por urbanização de áreas de baixa renda. Melhorias sim, remoção não!” As mesas contaram com representantes de várias comunidades que resistem às remoções: Jaqueline Andrade - Comunidade Barrinha (Barra da Tijuca); Ana Frimerman - Comunidade Araçatiba (Guaratiba); Edivalma Souza da Cunha - Comunidade Rádio Sonda (Ilha do Governador); Emilia Maria de Souza - Comunidade do Horto (Jardim Botânico); Andreia Ferreira - Rio das Pedras; Giovanna Berti - Caetés (Recreio); Antônio Carlos Hipólito - (Comissão de Moradores da Comunidade Indiana Tijuca).

O encontro marcou a primeira de

uma série de reuniões e marchas planejadas contra remoções, onde estão incluídas as manifestações, no estilo de ocupação, no condomínio do Prefeito Marcelo Crivella da sexta-feira passada e em locais chaves do governo municipal nas próximas semanas. Os manifestantes estão exigindo um canal de comunicação mais aberto entre o gabinete do prefeito e as comunidades ameaçadas, pois as promessas anteriores da administração de programar reuniões com os líderes das comunidades não foram cumpridas.²⁶

E mesmo ao final dos eventos que geraram a onda de remoções no Rio de Janeiro a atual gestão continua as políticas de seus antecessores. “Crivella não defende nada além dos interesses dele”, disse Ana Frimerman de Araçatiba. Araçatiba, uma pequena comunidade localizada no bairro de Guaratiba na Zona Oeste, sofreu o seu primeiro episódio de remoção

²⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/188183231758426/>>. Acesso em 16. Jul.2018.

²⁶ Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=29988>>. Acesso em: 18. Jul. 2018.

em outubro de 2017. No dia 3 de outubro de 2017, Ana explicou, “a prefeitura chegou e derrubou três casas. São três famílias sem casa”. Recentemente, a prefeitura ameaçou de multar a comunidade por causa do lançamento de esgoto nos arredores, exigindo R\$15.000. “Se toda Guaratiba não tem esgoto, por que eles chegaram na área mais pobre?” Ana questionou.”²⁷

1.2.4 Megaeventos e remoções: ocupações urbanas e resistências.²⁸

A cidade do Rio de Janeiro foi escolhida para sediar três dos maiores eventos esportivos mundiais: os Jogos Mundiais Militares, em 2011, a Copa do Mundo de futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, em 2016. Tais eventos demandaram profundas alterações na sua estrutura urbana. As indicações para o Rio de Janeiro sediar tais eventos somente foram viáveis porque o poder público (federal, estadual e municipal) comprometeu-se a cumprir as exigências dos cadernos de encargos das respectivas entidades supranacionais – Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM), Federação Internacional de Futebol Associada (FIFA), Comitê Olímpico Internacional (COI) e Comitê Paraolímpico Internacional (CPI). Esses cadernos de encargos envolvem investimentos (públicos e privados) em diversos setores estruturais, como transportes, segurança, hotelaria e turismo.

A zona da providência se insere no Núcleo nº 5 da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU)²⁹, na Região Portuária do Rio de Janeiro, estando caracterizada como uma área predominantemente residencial, com concentração de habitações de baixa renda, segundo dados recolhidos no sítio eletrônico da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP).

Historicamente, a área caracterizou-se por modalidades de usos e ocupações consideradas pouco nobres, ligadas ao comércio de escravos, à habitação proletária, às atividades fabris e portuárias, dentre outras. Com a transferência da capital federal para Brasília, a região passou a apresentar sinais concretos de obsolescência de suas instalações e decadência de suas atividades, principalmente com a transferência das sedes administrativas de serviços públicos federais, tornando vazio e subutilizado o parque imobiliário da região.

²⁷ Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=29988>>. Acesso em: 18. Jul. 2018.

²⁸ Parte da pesquisa empírica foi publicada em: FALBO, Ricardo Nery; BELLO, Enzo. Questões etnometodológicas para pensar o Direito: um estudo empírico das ocupações dos movimentos sociais de luta pela moradia na cidade do Rio de Janeiro. *QUAESTIO IURIS*, v. 07, p. 683-709, 2014.

²⁹ Segundo o Plano Diretor do município do Rio de Janeiro, a Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) é uma área destinada a projetos específicos de estruturação ou reestruturação, renovação e revitalização urbana. Art. 70, parágrafo único, I, da LC 111/2001.

A partir de então, a zona portuária deixou de ser beneficiada por políticas públicas de desenvolvimento urbano local, tendo permanecido negligenciada pelo Poder Público durante décadas, até recentemente, quando se deu a escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos, em 2016.

Em razão do megaevento esportivo, diversas políticas de modernização do espaço urbano e o fomento ao desenvolvimento econômico passaram a ser direcionadas para a região, tais quais o programa UPP Social, coordenado pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP); o programa Morar Carioca, da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), voltado para a urbanização de favelas e melhorias de acesso ao morro; e o Programa Minha Casa Minha Vida, voltado para as construções situadas na parte baixa dos morros.

Além disso, houve a inauguração de um teleférico ligando o asfalto ao topo do Morro da Providência³⁰, fruto do programa Morar Carioca; bem como a implantação do novo sistema viário para a região portuária, decorrente de investimentos privados aportados no projeto Porto Maravilha, através da parceria público privada³¹ criada pela Lei Complementar Municipal nº 101/2009.

Não obstante, a região ainda se encontra bastante degradada e carente de obras de infraestrutura básica. Nas vias públicas há esgoto a céu aberto, potencializando o risco de proliferação de doenças infectocontagiosas e disseminando um intenso mau odor pela região. As calçadas são estreitas e apresentam deformações que dificultam a passagem dos pedestres, sobretudo dos deficientes físicos, embora haja um intenso movimento na localidade pela concentração de comércios populares no bairro.

Também se observam muitos prédios em condições de abandono e precariedade, possivelmente ocupados por famílias e indivíduos em condições de vulnerabilidade habitacional, que não possuem um domicílio de uso privativo para viver.

A política de reforma urbana que foi implementada na cidade do Rio de Janeiro afetou frontalmente diversas comunidades, que foram removidas de seus locais de moradia, sob o pretexto da necessidade de se realizar “obras de modernização”. É no âmbito desse conjunto de obras que foi implementado o Projeto Porto Maravilha, destinado à revitalização da área central da capital fluminense, onde se encontravam abandonados, há décadas, diversos imóveis e terrenos sem função social.

³⁰ A construção do teleférico foi intensamente questionada pela população local, tendo em vista as políticas de remoções de casas e comércios populares, sem prévia notificação e justa indenização.

³¹ O Contrato de Parceria Público-Privada foi firmado com o Consórcio Porto Novo, formado pelas construtoras OAS Ltda, Norberto Odebrecht Brasil S/A e Carioca Engenharia S/A. Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/imprensa/curso/rafael.pdf>>. Acesso em 18. Jul.2018.

A Lei complementar nº 102/2009 instituiu a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), gestora da prefeitura na Operação urbana Consorciada Porto Maravilha. Cabe à CDURP a articulação entre os demais órgãos públicos e privados e a Concessionária Porto Novo - que executa obras e serviços nos 5 milhões de metros quadrados da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região do Porto do Rio. Ainda, a CDURP presta contas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e participa da aprovação de empreendimentos imobiliários em grupo técnico da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), que é o órgão que tem a responsabilidade de disponibilizar parte dos terrenos em sua área para o mercado.³²

Nasce então o Porto Maravilha, consórcio que tem como incumbência a recuperação da Zona Portuária do Rio de Janeiro:

O Porto Maravilha foi concebido para a recuperação da infraestrutura urbana, dos transportes, do meio ambiente e dos patrimônios histórico e cultural da Região Portuária. No centro da reurbanização está a melhoria das condições habitacionais e a atração de novos moradores para a área de 5 milhões de metros quadrados(m²). A chegada de grandes empresas, os novos incentivos fiscais e a prestação de serviços públicos de qualidade estimulam o crescimento da população e da economia. Projeções de adensamento demográfico indicam salto dos atuais 32 mil para 100 mil habitantes em 10 anos na região que engloba na íntegra os bairros do Santo Cristo, Gamboa, Saúde e trechos do Centro, Caju, Cidade Nova e São Cristóvão.³³

Para o consórcio um dos principais benefícios para a cidade é a mobilidade urbana do local:

O Porto Maravilha muda totalmente o conceito de mobilidade urbana na Região Portuária e no Centro. O novo sistema privilegia o transporte público coletivo, valoriza a ideia de morar perto do trabalho, cria mais espaços para pedestres, implanta ciclovias, contempla recursos de acessibilidade e integra os meios de locomoção na área. No plano de mobilidade em implantação na Cidade do Rio de Janeiro, o transporte público ganha prioridade e planejamento. Mais que isso, passa a ser centrado na conexão inteligente entre os modais. Com rede de 28 Km, o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) integra todos os meios de transporte do Centro e da Região Portuária – barcas, metrô, trem, ônibus, rodoviária, aeroporto, teleférico, terminal de cruzeiros marítimos e, futuramente, o BRT Transbrasil.³⁴

³² Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/quemsomos>>. Acesso em: 02. Jul. 2018.

³³ Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/portomaravilha>>. Acesso em 02. Jul. 2018.

³⁴ Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/portomaravilha>>. Acesso em 02. Jul.2018.

O consórcio elenca como principais obras: a demolição do elevado da Perimetral; o museu de Arte do Rio (MAR); o museu do Amanhã; a Via Binário do Porto e o Túnel Rio 450; a Via Expressa e o Túnel Prefeito Marcello Alencar; a Nova Orla Conde, o sistema de Veículo Leve Sobre Trilhos; 70 km de vias reurbanizadas e 650.000 m² de calçadas refeitas; 700 km de redes de infraestrutura urbana reconstruídas (água, esgoto, drenagem); 17 km de novas ciclovias e 15.000 árvores plantadas na região. Ainda, os serviços prestados: a conservação e manutenção do sistema viário; a conservação e manutenção de áreas verdes e praças; a manutenção e reparo de iluminação pública e calçadas; a execução de serviços de limpeza urbana, a coleta seletiva de lixo; a manutenção da rede de drenagem e de galerias universais; a manutenção da sinalização de trânsito; a instalação e conservação de bicicletários; a manutenção e conservação de pontos e monumentos turísticos, históricos e geográficos; o atendimento ao cidadão. E, por fim, no próprio site do Consórcio Porto Maravilha são elencados como compromissos sociais a criação de habitações de interesse social. Três ocupações urbanas se destacaram na região: (i) a Ocupação Chiquinha Gonzaga³⁵; (ii) o movimento Zumbi dos Palmares e, por fim, (iii) o Movimento Quilombo das Guerreiras (FALBO, 2010).

De acordo com a terminologia oficial adotada pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos e pelo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, o que é considerado área central da capital fluminense compreende as Regiões Administrativas I (área portuária) e II (área central). Na área portuária, que compreende quatro bairros – Caju, Gamboa, Santo Cristo e Saúde –, foram identificados dois imóveis públicos ocupados. O primeiro, de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), localizado no número 53 da Avenida Venezuela, Saúde, esteve ocupado de abril de 2005 a fevereiro de 2011. O segundo, de propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro, localizado no número 49 da Avenida Francisco Bicalho, Santo Cristo, fora ocupado em outubro de 2006.

O caráter público desses prédios diz respeito à natureza jurídica de seus proprietários. O INSS é autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social. A Companhia Docas do Rio de Janeiro é sociedade de economia mista vinculada ao Ministério dos Transportes. O abandono que caracteriza os imóveis públicos corresponde ao tempo em que se encontram desativados, segundo informações obtidas a partir de seus ocupantes durante trabalho de campo. O primeiro estaria abandonado há mais 20 anos, e o segundo há mais de 15 anos.

³⁵ Por ser a única ocupação restante na área e ocupação a qual estudo na presente dissertação a descrição dos sujeitos que a compõe será minuciosamente descrita no capítulo seguinte.

As ocupações realizadas nesses imóveis são a expressão de movimentos coletivos voltados para o exercício do direito à moradia. Estes movimentos de ocupação urbana são assim autodenominados: movimento Zumbi dos Palmares, que ocupava o prédio do INSS, e movimento Quilombo das Guerreiras, que ocupa o prédio da Companhia das Docas do Rio de Janeiro.³⁶

1.2.4.1 Ocupação Zumbi dos Palmares

A ocupação Zumbi dos Palmares surgiu em abril de 2005, quando mais de 100 pessoas ocuparam o prédio de número 53 da Avenida Venezuela, no centro do Rio de Janeiro. Tendo em vista o estado do imóvel, os ocupantes procederam à limpeza do mesmo e deram início à recuperação das instalações elétricas, sanitárias e hidráulicas. Batizada de Zumbi dos Palmares, a ocupação fora realizada segundo organização e planejamento. Reuniões foram promovidas para discutir, elaborar e aprovar uma espécie de regimento interno e um cadastro de pessoas sem moradia. Os moradores da Ocupação reconheceram estar fazendo, na prática, aquilo que os governantes sempre prometeram, mas nunca efetivaram, isto é, transformar prédios públicos abandonados em moradia popular e garantir moradia a famílias de baixa renda com dificuldades em arcar com as despesas de habitação. Em situação de despejo iminente, ou não podendo mais pagar aluguel ou já morando na rua, diversos ocupantes mudaram para o imóvel com todos os seus pertences e nele reconheceram sua moradia definitiva, afirmando “dar vida ao imóvel”.

A ocupação encontrava-se instalada em um prédio de oito andares, habitado apenas até o sexto andar. No terceiro andar foram instaladas a “sala de reuniões”, a “sala das crianças” e a biblioteca, além de haver um terraço utilizado para festas. O interior do prédio apresentava temperatura e ruídos elevados, de modo que os moradores reclamam do calor e do barulho. Os corredores são escuros e há muita fiação elétrica exposta. Os elevadores estavam inutilizados por não haver energia elétrica suficiente. Os moradores movimentavam-se pelo prédio apenas através das escadas.

Na Ocupação Zumbi dos Palmares, diversos programas sociais foram criados desde a sua fundação, como aulas de alfabetização, reforço escolar, capoeira, fotografia. O movimento de ocupação tem lutado pela sua regularização, com a participação do poder público em projeto que os ocupantes consideram como projeto de moradia popular.

³⁶ As visitas as ocupações Quilombo das Guerreiras e Zumbi dos Palmares foram realizadas em agosto de 2010 a fevereiro de 2011 pelo grupo de pesquisa organizado pelo Professor Ricardo Falbo.

Inicialmente, o movimento de ocupação propôs a desapropriação do imóvel por utilidade pública e interesse social, a regularização da situação das famílias ocupantes e cadastradas e a inclusão das famílias no programa Pró-Moradia.

Foi agendado pela Justiça Federal para o dia 15 de janeiro de 2011 o despejo dos moradores da ocupação, para cumprimento da decisão judicial que determinou a reintegração de posse do INSS no imóvel. Diante dessa iminência de despejo, os moradores procuraram diversas autoridades públicas, até que lhes foram apresentadas algumas propostas pela prefeitura municipal: (i) a adesão ao programa “Minha Casa Minha Vida” em conjuntos habitacionais nos bairros de Campo Grande ou Vila Kosmos; (ii) o recebimento de aluguel social; ou (iii) de uma verba indenizatória, fixada em vinte mil reais.

Por motivos diversos, a maioria dos moradores aceitou a “indenização” de vinte mil reais, acreditando que poderia comprar algum espaço para morar no Centro. Houve tentativas por parte dos líderes da Ocupação de explicar ao poder público que o valor oferecido era muito baixo, insuficiente para se comprar uma residência. As reuniões da ocupação realizadas para se trazer mais conhecimento aos ocupantes foram se esvaziando, pois estes entendiam que o valor ofertado pela prefeitura era suficiente. Desse modo, em fevereiro de 2011, o edifício foi completamente esvaziado e entregue ao poder público municipal.

Nas entrevistas realizadas, optou-se por selecionar algumas falas dos militantes Antonia e Juvenal.

Antonia aprendeu a ler em casa, antes de chegar à escola. Trata-se de uma pessoa muito inteligente, que tem um forte sentimento de solidariedade e mostra-se engajada na luta por melhores condições de vida para todos. Considera como ponto central da cidadania a educação, como forma de se proporcionar consciência às pessoas. Mudou-se do Ceará para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida. Trabalha informalmente em casa, com artesanato, para poder ficar com as suas três filhas, pois sentiu necessidade. Fez curso de informática na creche e voltou a estudar na escola. Atualmente, ela cursa o ensino fundamental.

Juvenal é casado e tem três filhos. Começou a trabalhar em restaurantes e depois abriu uma marcenaria “em sociedade”. Integra a ocupação desde o início, quando foi convidado por sua esposa, que trabalha como costureira. Sua família migrou para o Rio de Janeiro por falta de trabalho em Recife. Inicialmente, sua esposa foi morar com uma irmã na Ocupação Chiquinha Gonzaga, tendo assistido a todas as suas reuniões. Posteriormente, Juvenal foi ao Rio de Janeiro para morar na casa da sua cunhada, até que a Ocupação Zumbi dos Palmares se concretizasse. Buscou seus filhos assim que fixou sua moradia na Zumbi.

Em meio às diversas falas dos entrevistados, alguns trechos foram selecionados em razão da sua importância em relação a determinados conceitos e práticas da ocupação enquanto estratégia de criação e efetivação de direitos. Confirmam-se, respectivamente, as manifestações de Antonia e Juvenal:

Me vejo cidadã assim: foi uma luta, não comprei esse espaço, mas lutei, melhorei, limpei. A luta da Ocupação Zumbi dos Palmares é por morar no centro da cidade, não necessariamente neste prédio. [A ocupação foi uma] luta como se tivesse comprado o apartamento e que a luta continua. Cidadania é trabalhar de alguma forma, conquistar, valorizar, não pensar no individual, é participar. A partir de quando se conhece o direito, começa a lutar. Ele pode estar escrito, mas tem que buscar. Tem que tomar atitude para esse direito acontecer. A educação é muito importante, a leitura; sem leitura passa despercebido; ler, conversar, contato; se não, não enxerga, não entende. Cabe ao Estado, à Defensoria Pública dar o que a gente precisa. Movimento social precisa da associação, precisa de estudo, de união. [Com o fim da ocupação], vou viajar pra ficar um mês com meus pais. Eles nem conhecem as minhas filhas. Estou fora do Ceara há 17 anos. Se eu ver que lá tem tudo de bom pras minhas filhas, eu fico; senão, eu volto. Me preocupo demais com as minhas filhas.

Tá escrito na Constituição direito à moradia, mas por que não no centro? Tem que levar [a gente] para longe (...). No início, é novo, é tudo bonito, depois é um caos, não passa mais coleta de lixo. Não diz muita coisa [o direito escrito na Constituição]. Prédio é construído com problemas. Não tem manutenção. Material de terceira. Povo não consegue fazer obra porque é caro. Defesa civil interdita tudo. É só para mostrar que fez. É possível resolver a moradia. Ainda tão fazendo as casas do Livramento, mas depois o pessoal se esquece, é pobre. A obra demora demais. Você passa lá, têm dois lá virando massa. Ia ficar pronta em um ano e meio. Vai levar dez anos pra ficar pronta. A obra demora demais para outras coisas ir mais rápido. Mas não querem terminar por interesse deles. Fazer hotel para turista é mais vantajoso. Investimento com nossos impostos. Quando compra qualquer coisa, a gente paga imposto; camelô também paga imposto. As reuniões na época pré-ocupação eram semanais e duraram nove meses. Quando a Zumbi se organizou e iniciou a ocupação, a Chiquinha existia há apenas um ano. O objetivo era impedir que aproveitadores permanecessem na ocupação. É necessário comparecer a todas elas para poder pertencer a alguma ocupação, para impedir que aproveitadores vendam seus espaços. São profissionais da ocupação. O espaço é para quem precisa dele para morar. Isto é pior que a prática do Estado, porque parece especulação imobiliária. [Com a indenização do estado] não dá para comprar nada aqui; se pagar aluguel, acaba em um ano e a gente tá na rua de novo (...). Qualquer aluguel aqui tá R\$600,00, R\$700,00.

Em uma segunda etapa, passou-se à investigação da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

1.2.4.2 Ocupação Quilombo das Guerreiras

A ocupação Quilombo das Guerreiras surge em outubro de 2006, mais de 150 famílias ocuparam o prédio de número 49 da Avenida Francisco Bicalho, no centro do Rio de Janeiro. Denominada de Quilombo das Guerreiras, a Ocupação fora formada por trabalhadores, homens e mulheres, que protestavam contra a falta de política habitacional voltada à população de baixa renda. Os ocupantes reclamavam ainda da falta de dignidade quanto às condições de moradia em que eles se encontravam, nos lugares em que moravam antes da ocupação. Os ocupantes constituíam famílias que antes moravam nas ruas ou em abrigos, cortiços ou barracos.

Nos arredores do terreno da ocupação situam-se a Rodoviária Novo Rio, alguns depósitos abandonados e duas quadras de escolas de samba. O local é cercado por grandes avenidas e tem intenso movimento de tráfego, simultaneamente ao exíguo número de pedestres, mesmo durante o dia. No período noturno a região fica erma e mostra-se perigosa, mas Roberto³⁷ mencionou que, segundo depoimentos dos próprios policiais militares que patrulham a área, houve queda de cerca de 70% no número de assaltos na região após o início da ocupação, pois começou a haver circulação de pessoas (os moradores da ocupação) em ruas antes desertas, chegando e saindo para o trabalho, nos mais diversos horários.

A ocupação encontra-se instalada em um prédio de seis andares, edificado no interior de um terreno de grandes extensões (não foi possível checar a metragem). Segundo relatos dos entrevistados, trata-se de imóvel de propriedade “pública mista” (União Federal e Estado do Rio de Janeiro). O prédio conta com enorme terreno ao lado (denominado “estacionamento”) e aos fundos (depósito abandonado, não utilizado pelos moradores). Como local de moradia, os ocupantes utilizam somente o prédio, até o quinto andar. No terceiro andar foram instaladas a “sala de reuniões”, a “sala das crianças” e a biblioteca, além de haver um terraço que é utilizado para festas. O interior do prédio apresenta temperatura e ruídos elevados, de modo que os moradores reclamam do calor e do barulho. Os corredores são escuros e há muita fiação elétrica exposta. Os elevadores estão inutilizados por não haver energia elétrica suficiente. Os moradores movimentam-se pelo prédio apenas através das escadas.

A formação da ocupação envolveu um longo processo. A sua constituição não foi fruto de uma ação espontânea, mas de um conjunto de atos premeditados. Houve uma preparação prévia que contou com a realização de diversas reuniões entre os interessados em formar um movimento de ocupação. Trata-se de pessoas que viviam ou nas ruas ou em locais distantes,

³⁷ Morador da Ocupação.

que se reuniram sob o intento comum de obtenção de uma moradia digna na região central da cidade. Esses sujeitos debateram diversos assuntos, principalmente quem integraria o movimento, qual seria o local escolhido para a ocupação, como seria feito o ato de tomada do prédio, como seriam instaladas as famílias, entre outros.

Nas entrevistas realizadas, destacaram-se as figuras de Janine e Roberto, que se mostraram mais solícitos e articulados para as conversas. Ambos desenvolvem todas as suas atividades na região central da cidade.

Janine se mostrou uma pessoa consciente, com facilidade em se expressar e bom vocabulário. Completou o Ensino Médio e chegou a ingressar na Faculdade de Administração da UERJ, tendo abandonado o curso por conta do nascimento de seu primeiro filho. Militou ativamente no movimento estudantil secundarista, mas jamais foi filiada a qualquer partido político. Participou do movimento “Fora Collor”, sem integrar organizações políticas, tendo atuado politicamente na Escola João Alfredo, quando chegou a invadir estações do metrô para protestar contra Collor.

Roberto é uma pessoa muito bem articulada, com facilidade de se expressar e tem bom vocabulário. Completou o Ensino Médio e é servidor público federal do Ministério da Aeronáutica. Desenvolve todas as suas atividades (trabalho, estudo e lazer) na região central da cidade, ressaltando a facilidade de transportes e a proximidade de instituições como escolas e hospitais em relação ao local da ocupação.

Em meio às diversas falas dos entrevistados, alguns trechos foram selecionados em razão da sua importância em relação a determinados conceitos e práticas da ocupação enquanto estratégia de criação e efetivação de direitos. Confirmam-se, respectivamente, as manifestações de Janine e Roberto:

Cidadania é buscar os meus direitos, que o Estado tem que reconhecer. Ele tem que ser pressionado para dar moradia. A vida aqui é coletiva. As tarefas são divididas. A coletividade tem um regimento interno, que fica na parede da sala de reuniões. É uma espécie de 10 mandamentos. Aqui eles [autoridades públicas] quase não aparecem. Eles propõem outras formas de moradia, mas não serve. Mas aqui já temos nosso jeito, nosso espaço. [Mudar para a Zona Oeste?], não, Deus me livre! A nossa vida tá aqui. Nada de aluguel social. Morar no centro fica mais barato e mais perto.

A condição para participar do movimento de ocupação de local novo era comparecer diariamente às reuniões realizadas na Chiquinha Gonzaga. O objetivo é a conscientização social e política, informação, procedimentos da próxima ocupação. Os candidatos têm que assistir e participar, levando mantimentos para fazer a ocupação. Ninguém sabia onde e quando ia ocupar. Só no próprio dia da ocupação e no momento de fazer a mudança. Nem na hora de sair da reunião para o local da invasão se sabe para onde vai: é só quando chegar lá, que descobre: ‘é aqui!’. Quem ocupava ficava sem sair de

dentro do prédio, no mínimo, uma semana, para evitar a remoção e garantir a invasão. Aqui não tem liderança, nem por antiguidade, nem por nenhum outro critério. Nem coordenação. Só quando houve a ocupação, para dirigir o movimento. Aqui tem o sistema de votos. Hoje ainda têm 30 integrantes do coletivo que participam da ocupação desde o início. Mas antiguidade aqui não é posto. A convivência aqui é difícil. Já houve roubo e expulsão. Cheguei a ir ao Ministério das Cidades, em Brasília. Não consegui chegar ao ministro, mas fui bem recebido. Não consegui resolver o problema [de saneamento]. Provavelmente não vamos ficar aqui nesse prédio. Vamos ser remanejados. Mas sem luta não há vitória. Não quero sair daqui para nenhum outro lugar. Temos constituído raízes. É preciso manter a história da luta viva. Tem as vantagens do ponto. Paz, o centro da cidade, onde tem trabalho para todos. Já tinha até casa pronta pra nós em Sepetiba e Santa Cruz. Sem desmerecer esses lugares, mas a fonte de renda tá no Centro. O objetivo aqui é um só, a moradia. Viemos pra cá com a ideia de permanecer. Quando eu vim para a ocupação, eu morava na casa de meus pais, mas eu tinha que ser um cidadão completo, participar da questão social.

1.2.5 Sistematização de fatos e perspectivação teórica

O que interessa a presente pesquisa é demonstrar que a cidade - aqui a cidade do Rio de Janeiro - consiste em espaço político por excelência: vemos produzir a política, a economia, a organização da vida institucional e a emergência de sujeitos sociais com demandas coletivas.

Para a pesquisa que apresento neste trabalho os problemas reais de habitação no espaço central da cidade do Rio de Janeiro, a urbanização pode ser compreendida com base na organização social do espaço geográfico. Todo espaço geográfico é lugar da reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 1972, SANTOS, W., 1986). Porém, ao se reproduzirem no espaço geográfico, as relações sociais de produção produzem também este mesmo espaço. Por outro lado, o processo de construção do espaço geográfico como espaço das relações sociais de natureza econômica se orienta por formas distintas e diversas de representação social deste próprio espaço segundo as lutas ideológicas e simbólicas dos diferentes atores sociais (JODELET, 2001). Esta relação dialética descreve igualmente o espaço urbano como espaço geográfico onde são reproduzidas as relações sociais de produção e como espaço que é construído por estas mesmas relações de acordo com as diversas concepções históricas de cidade. Assim, a organização do espaço urbano, como conjunto complexo e múltiplo de forças mobilizadas por diversos agentes sociais, traduz processo de natureza conflituosa (HARVEY, 2005).

Considerar o processo de construção do espaço geográfico segundo o sistema econômico dominante na sociedade, que é o sistema capitalista de produção, traduz a

ideologia da modernidade e as ideias de progresso e desenvolvimento produzidas por esta ideologia (GIDDENS, 1991). Conceber a cidade na chave da modernidade e de suas instituições significa definir a cidade não apenas segundo modelos abstratos e universalistas, e de acordo com estruturas jurídicas, políticas e econômicas modernas, mas também reconhecer que a cidade é definida pelas contradições, conflitos e tensões que caracterizam socialmente a modernidade e suas instituições ao longo de sua emergência e de seu desenvolvimento históricos (CASTELLS, 2006).

Tomando, por exemplo, a fase atual do capitalismo, o espaço urbano como espaço geográfico se caracteriza pela necessidade de produção de espaços novos segundo a lógica da economia global e a necessidade de acumulação, instalação e movimentação do capital global.

Daí o reconhecimento da necessidade de transformação do espaço urbano em espaço geográfico adaptado às exigências da nova fase do capitalismo e a emergência de novas estruturas jurídicas e políticas de dominação e regulação da vida social. Neste sentido, como espaço geográfico específico de reprodução do capitalismo no século XXI, a cidade pode ser definida como lugar global (SASSEN, 1998).

No entanto, as novas relações sociais de produção capitalista - que se reproduzem nos espaços urbanos globais que elas próprias produzem - contam também com políticas públicas que veiculam discursos e imagens segundo os quais a transformação do espaço urbano que elas propõem, através da promessa de novos investimentos e novas tecnologias, constitui via alternativa às contradições, conflitos e tensões que caracterizam os espaços geográficos e urbanos a serem transformados (SANCHEZ; MOURA, 1999). Tais políticas urbanas traduzem forma de representação social da cidade que resulta no desprezo das saídas buscadas pelos atores. Elas procuram promover a produção de consenso social que sirva aos interesses hegemônicos (VAINER, 1999). Elas impedem o acesso à centralidade aos habitantes de áreas centrais dotadas de infraestrutura - e assim o direito à cidade - e se mostram discriminatórias e segregadoras quanto ao tipo de organização do espaço urbano que promovem. Elas operam como se os espaços geográficos objeto de intervenção fossem neutros e objetivos. Forjam necessidades e funções para os mesmos e, depois, garantem o estabelecimento de novas relações (LEFEBVRE, 1972). Elas garantem a revalorização econômica e simbólica desses espaços e a reapropriação dos mesmos pelo mercado (SANCHEZ; MOURA, 1999).

O planejamento urbano orientado por tais perspectivas e objetivos não leva em conta nem o desafio de superar as desigualdades sociais, reproduzidas pelo planejamento desigual quanto ao uso dos recursos condensados na cidade, nem garante a possibilidade de intervenção em questões de natureza estrutural, na formulação de políticas públicas

fragmentadas e na produção de outras lógicas promotoras da articulação de questões do cotidiano urbano (GRAZIA, 2003). Políticas urbanas dessa natureza atendem aos interesses de grandes empresas, que, orientadas apenas por investimentos econômicos, produzem o avanço do capitalismo com o consumo dos recursos públicos e definem tipo específico de urbanização – a urbanização corporativa (SANTOS, M., 1994). Elas não permitem pensar, no caso Brasil, nem o crescimento acelerado das cidades nem a defasagem entre as demandas sociais urbanas e as respostas do poder público através de suas políticas. A percepção dessa defasagem pelos movimentos sociais permite pensar a emergência do planejamento participativo. Desta forma, o poder público perde seu monopólio no planejamento urbano e passa a ser considerado como instrumento de garantia do acesso à cidade pela população de baixa renda. De outro lado, os habitantes da cidade passam a figurar como novos atores no planejamento urbano (SANTOS, A., 2006). Esta forma de pensar a urbanização e o planejamento urbano relativiza o poder explicativo de perspectivas teóricas tradicionais - estruturalistas, funcionalistas, sistêmicas - que definem a cidade como corolário do sistema econômico (capitalista) dominante na estrutura social, que reduzem o problema da habitação (falta de moradia) ao crescimento industrial dos grandes centros urbanos e que associam o processo de produção da moradia ao processo de produção de qualquer outra mercadoria (CASTELLS, 2006).

Essa tradição permite, de fato, pensar historicamente a segregação socioespacial como função do processo histórico de industrialização; porém, ela está referida a contextos histórico-sociais do assim chamado ocidente moderno e não contempla de modo absoluto a realidade das cidades brasileiras atuais, cujas especificidades reclamam outra abordagem. Isto não significa analisar a moradia no Brasil de hoje de forma independente dos sistemas dominantes (político, econômico e ideológico) que organizam a vida social. Afinal, a produção da moradia no país é objeto de análise segundo a natureza diversa dos vários processos de sua produção (MARICATO, 1979; RIBEIRO, 1997). O problema está em não reduzir à moradia ao processo social das apropriações sociais, isto é, considerar a moradia apenas como realização espacial da força de trabalho, como elemento essencial da reprodução da força de trabalho (CASTELLS, 2006). Na situação em que a indústria historicamente coloniza o espaço, é válido reconhecer a necessidade de organização da moradia da mão-de-obra e, assim, conceber o processo de urbanização. No entanto, considerando a realidade das ocupações dos prédios públicos urbanos de que cuida esta pesquisa, a perspectiva teórica adotada considera os diversos atores que tomam parte do processo de construção da cidade – e também da produção da segregação urbana –, como, por exemplo, o Estado. De um lado, as

políticas estatais não são exteriores aos objetivos principais das sociedades capitalistas, de outro, a urbanização é um dos processos de determinação do Estado. Assim, como campo de aplicação das políticas do Estado, o urbano é elemento-chave e momento da análise do Estado. E a análise do Estado implica também a discussão quanto às consequências das políticas públicas voltadas para a urbanização, assim como os “vazios urbanos”.

No sentido geral de enclaves dentro da cidade, os vazios urbanos que remetem ao problema da habitação nesta pesquisa são de propriedade do Estado ou de instituições que possuem suas próprias políticas. Uma de suas consequências é o alto custo para o conjunto da sociedade com a realização de investimentos em infraestrutura, serviços e administração (CLICHEVSKY, 2000). Outras consequências dos vazios urbanos – que explicam a produção de moradia pelas camadas sociais de baixa renda em áreas periféricas e sem infraestrutura – são a especulação fundiária e o tamanho das cidades. Como proprietário de vazios urbanos que ele próprio produz dentro das cidades, o poder público estimula a especulação e, diante da incapacidade de resolver o problema da habitação, empurra a população pobre para as periferias, que se torna ainda mais empobrecida pelos custos que realiza com transportes e despesas na aquisição de outros bens e serviços não oferecidos pelo próprio poder público (SANTOS, M., 1994). Por outro lado, os vazios urbanos em áreas centrais de metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo podem ser analisados quanto à ociosidade relativa à sua infraestrutura (comércio, transporte, saneamento, comércio) em horários não comerciais e quanto à possibilidade de seu uso para fins de moradia popular e de reabilitação de áreas decadentes e de garantia dos direitos humanos e dos direitos dos cidadãos quanto à moradia social das mais diversas camadas da população (MARICATO, 2001). Neste sentido, os vazios urbanos podem ser considerados como questão central nas políticas de urbanização.

O lugar reservado à população de baixa renda nas cidades e nas regiões metropolitanas brasileiras explicita o descumprimento da função social da propriedade estabelecida no texto da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade – Lei Federal nº. 10.257/20013.

A diferenciação do uso do solo urbano imprime uma dinâmica na cidade, segundo a qual o preço da terra influencia a localização das moradias da população de baixa renda. A política de transporte, aqui ligada ao município, e a política de segurança, ligado ao Estado, tem um papel importante na segregação urbana.

A mobilidade urbana é, simultaneamente, uma das causas e consequências da expansão urbana e distribuição espacial. A estrutura viária e a rede de transporte público têm especial participação na configuração do desenho das cidades. Desse modo, a mobilidade urbana no Rio de Janeiro não é tratada de maneira integrada à gestão urbanística estratégica e

participativa, buscando o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades e da propriedade urbana e o bem-estar das pessoas, de modo sustentável – econômico e social.

As Unidades de Polícia Pacificadora são exemplos de políticas de segurança que visam transformar regiões com baixo valor de mercado em regiões seguras para investimentos e especulação imobiliária, um site especializado no mercado imobiliário noticiou em matéria de fevereiro de 2012³⁸, que a partir da entrada das UPPs nas favelas da Zona Norte do Rio, a região entrou no radar das incorporadoras:

O caso mais emblemático é o da Tijuca, uma área cercada por morros que foi se desvalorizando progressivamente com a escalada da violência no Rio. "A Tijuca é um bairro muito tradicional que foi ocupado por uma elite no passado. As pessoas que moram ali não querem sair, mas estavam sendo obrigadas a deixar a região por força da violência", conta Luiz Henrique Rimes, diretor nacional de negócios da João Fortes Engenharia. A situação se reverteu a partir de 2010, quando uma série de comunidades que rodeiam a Tijuca foram pacificadas - Salgueiro, Formiga, Boréu, Andaraí, Turano, Macacos e Mangueira -, transformando-a novamente num polo de atração de investimentos imobiliários.

Se antes o bairro estava degradado, com o comércio ameaçado e os shoppings enfraquecidos, a pacificação mudou completamente essa realidade e já existem muitas incorporadoras lançando empreendimentos ali. A Tijuca vive hoje um resgate de tradições", comenta Schneider. Para se ter ideia, em 2008 o metro quadrado residencial na Tijuca girava em torno de R\$ 2 mil, enquanto no Recreio dos Bandeirantes os valores estavam na casa dos R\$ 3 mil. Desde então, o imóvel na Tijuca se valorizou 161,4%, com destaque para o período pós-2010, e os preços praticamente se equipararam aos do Recreio, onde a variação foi de 70,1% no mesmo intervalo. Hoje, a média do metro quadrado é de R\$ 5,3 mil no Recreio e de R\$ 5,1 mil na Tijuca. Os dados são da Zap Imóveis.

A trajetória das políticas habitacionais brasileiras corroboraram com a mercantilização da moradia e a radicalização dos efeitos segregadores da cidade promovidos pela competição por espaço urbano.

³⁸ Disponível em: <<http://construcaomercado17.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/127/o-efeito-upp-a-pacificacao-de-favelas-no-rio-282612-1.aspx>>. Acesso em: 11. Ago. 2018.

1.3 Cidade em movimento: personagens da Chiquinha Gonzaga

1.3.1 Introdução

A Ocupação Chiquinha Gonzaga está localizada no Centro da cidade do Rio de Janeiro, entre a estação ferroviária Central do Brasil e o sopé do morro da Providência, na Rua Barão de São Félix nº 110. A região é fartamente assistida por transporte público ferroviário, rodoviário, uma estação do Veículo Leve sobre Trilho (VLT) e por uma estação de metrô, havendo, portanto, diversas opções de locomoção entre o centro da cidade do Rio de Janeiro e os demais bairros e municípios limítrofes.

Em uma noite, no dia 23 de julho de 2004³⁹, cerca de 40 famílias sem teto ocuparam um prédio abandonado há mais de 20 anos pelo INCRA, próximo a central do Brasil, no Rio. Nascia a Ocupação Chiquinha Gonzaga. A ocupação se notabiliza por estar à frente de apoio a diversas ocupações e movimentos sociais. Bem mais que um prédio habitado, a comunidade se constrói no apoio mútuo, na organização e conscientização como outra proposta de sociedade. A comunidade organizava o “Sarau da Ocupação Chiquinha Gonzaga” em que diversos grupos e compositores se apresentavam. O dinheiro arrecadado com a venda de bebidas no sarau é utilizado pelo coletivo da ocupação para viabilizar melhorias nas ocupações.

Em março de 2009, a Ocupação conquistou a Concessão de Direito Real de Uso do prédio, com a finalidade de transformá-lo em habitação popular. Agora, os moradores lutam pela efetivação da obra do imóvel, inicialmente financiada pelo Fundo Nacional para Habitação de Interesse Social (FNHIS). A Chiquinha é uma das poucas ocupações de moradia popular do centro que sobreviveu à política de remoções para Copa e Olimpíadas que desalojou outras ocupações.

No ano de 2018, completa 14 anos de existência da ocupação uma reportagem deu novamente visibilidade aos ocupantes. Em reportagem no RJTV⁴⁰, da Rede Globo de Televisão, intitulada “Prédio no Centro do Rio se transforma em boca de fumo”. Foi noticiado que:

Alguns moradores do edifício afirmaram que são obrigados a aceitar as regras dos traficantes para permanecer no local. Na última quarta-feira

³⁹ Nesse ano de 2018 a Ocupação completa 14 anos de existência.

⁴⁰Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/predio-proximo-ao-comando-militar-do-leste-centro-do-rio-e-usado-como-boca-de-fumo.ghtml>>. Acesso em: 23. Jul.2018.

(9), o RJTV registrou um carro da polícia estacionado, aparentemente garantindo a segurança do local.

A equipe de reportagem registrou o momento em que alguns homens vigiavam a portaria. “Para te dizer a verdade quem controla o prédio é um conjunto de pessoas, que nos exigem uma taxa mensal, sem ter o retorno. Elas se baseiam na lei dos traficantes, né?”, disse um ex-morador, que preferiu não se identificar.

“Acontece que a gente não tem liberdade de entrar e sair. Temos que pedir licença pra entrar, temos que pedir licença pra sair”, completou.

A alguns metros da portaria, um homem oferecia drogas a quem passava pela calçada. Para o traficante, a presença da polícia não intimida e nem oferece risco ao comércio de entorpecentes. Ainda segundo moradores, o tráfico acontece no local diariamente.

“Quando a gente entra tem quatro degraus, aí depois a gente passa pelos elevadores, aí tem uma escada caracol para chegar no primeiro andar. No primeiro andar é onde eles ficam (...) O prédio é uma boca de fumo”, contou uma moradora.

Após essa reportagem moradores da ocupação demonstram o temor que esteja sendo articulado uma “remoção” em articulação prefeitura e Instituto de Terras e Cartografia do Rio de Janeiro (ITERJ). Os moradores lançaram a seguinte nota⁴¹ explicativa como resposta a reportagem do RJTV:

Desde uns anos estamos convivendo aqui com a presença do poder do tráfico no nosso prédio. A semana passada teve uma operação da pm RJ (muitas operações acontecem aqui desde anos) depois que o tráfico se instalou aqui. Na ultima segunda feira dia 14/05 saiu na mídia uma reportagem sobre este problema da ocupação acusando nós de envolvimento com o tráfico, tudo para desarticular nossa moradia.

Ontem ficamos sabendo que o CRAS está articulado uma reunião hoje para tratar de um possível desalojo, então décimos em reunião de moradores que iremos hoje pela manhã no CRAS fazer um ato contra isso tudo que estão querendo nos impor.

Também fomos no ITERJ saber o que podem fazer para nos ajudar neste momento, mas até agora só disseram para esperar que vão remarcar outra reunião com nós. Estamos nos organizando para uma possível remoção. Tem muitos moradores que estão sem participação neste processo de união.

Dessa forma, como um contraponto as intervenções do poder público na região Portuária, a ocupação Chiquinha Gonzaga se organiza pela luta da moradia. Nos últimos doze anos, ela tem resolvido por conta própria uma pequena parte do problema do déficit habitacional, ao ocupar um prédio público abandonado e resistir a todas as tentativas de remoções. Os relatos a seguir nos ajudam a entender como nasce uma ocupação e como se organizam para mobilizar e lutar pelo seu direito a moradia.

⁴¹Disponível em: <<http://radiomutirao.com/rj-ocupacao-chiquinha-gonzaga-na-zona-portuaria-contra-a-remocao/>>. Acesso em: 23.Jun. 2018.

1.3.2 Orlando Costa

“A gente tinha um método de trabalho”. Esta foi a primeira afirmação feita por Orlando Costa quando ele começou a descrever o modo como foi organizada a chamada Ocupação Chiquinha Gonzaga, onde morou de 2003 a 2006. A organização desta Ocupação pressupôs um sujeito plural de ação e uma estratégia consciente de atuação.

Na descrição deste sujeito, Orlando recorreu à distinção entre a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto em São Paulo e os movimentos sociais urbanos de luta pela moradia no Rio de Janeiro: “Ali, [na Chiquinha Gonzaga], foi um processo que tinha muito militante envolvido. Era um pouco diferente do MTST, das coisas lá de São Paulo, que é um negócio massivo, muita gente, geralmente um terreno. Ali era uma ocupação menorzinha.”

Quanto ao que chamou de “método de trabalho”, Orlando assim caracterizou o modo de atuação do “sujeito plural”: “(...) tem influência pessoal (...), autonomista. (...) tinha um foco muito grande na organização de base, na conscientização.”

Assim, a história da Ocupação Chiquinha Gonzaga é narrada segundo sua vinculação a práticas e experiências que definem a atuação de movimentos sociais ligados à questão da habitação no País. A ênfase nas categorias práticas “organização de base” e “militância política” descreve a relação dinâmica e recíproca que articula “método de ação” e “sujeito de ação” na explicação do surgimento da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

Tem uma comissão que tem alguma influência técnica (...), [com alguma] pessoa ligada ao direito que faz uma avaliação. Na verdade, a gente faz uma avaliação política também.

A afirmação da existência de uma comissão técnica e de uma comissão política correspondeu à preocupação dos organizadores da ocupação quanto ao modo pelo qual articular de forma estratégica a natureza jurídica do imóvel a ser ocupado e a definição política de seu proprietário. O relato abaixo é ilustrativo da natureza complexa entre as dimensões jurídicas e políticas no processo de ocupação do imóvel da Chiquinha Gonzaga.

Na época, o governo federal “tava” com o Lula, o governo estadual acho que era o Garotinho (...) e o governo da prefeitura era o César Maia. Um não falava com o outro. Esse é um negócio que a gente observou. Ainda teve um negócio que o Ministério das Cidades transferiu a posse de uma certa quantidade de prédios públicos abandonados no Brasil (...) para a prefeitura. Então, naquele momento exato, o prédio [da Chiquinha Gonzaga] ficou em um limbozinho jurídico, porque ele “tava” em transferência. Então, isso a gente usou [politicamente], porque confundiu na hora do processo de [ocupação], porque ninguém sabia quem assumiu [o imóvel]. Não, [ninguém] “tava” muito por dentro (...). Na verdade, a gente usou a malandragem. A gente usou esse momento como uma tática jurídica

também. Aí, realmente, quando a gente entrou foi uma confusão tremenda. A ação [de reintegração de posse] foi pra um, depois foi pra outro, entendeu?

Enquanto parte do “método de trabalho”, “a malandragem” dos organizadores quanto ao uso político da natureza jurídica do imóvel no momento da ocupação não impediu a reação da força de ordem: “Teve polícia. A polícia botou pistola na cara. Ameaçou pra sair. Aí teve um período em que a gente ficou preparando pra resistir. Se viesse a ter desocupação, o pessoal ‘tava’ preparando resistência mesmo”.

Além da orientação técnica e política como dimensões do “método de trabalho”, Orlando Costa articula de modo claro a importância social e econômica da escolha do local da ocupação com a necessidade de enfrentamento da situação de precarização dos ocupantes: “No centro da cidade, um local que ‘tava’ muito abandonado, e aí a gente queria. Assim, para a pessoa que tá numa situação meio precária, morar perto do centro é uma grande ajuda, né?”. Morar no centro do Rio de Janeiro implica estrategicamente ter acesso à infraestrutura da cidade (comércio, transporte, trabalho) e fundamenta politicamente a decisão dos organizadores quanto ao local da ocupação.

A orientação política específica quanto à ocupação particular de prédio abandonado no centro da cidade do Rio de Janeiro transcende os limites tanto da questão da habitação popular das camadas mais pauperizadas da capital fluminense como da atuação mais individualizada dos organizadores e ocupantes iniciais da Chiquinha Gonzaga. A orientação política da Ocupação Chiquinha Gonzaga foi “conduzida” por agremiação política determinada. “Quem organizou lá foi a FLP”, a Frente de Luta Popular, da qual fazia parte Orlando Costa. “A gente fez movimentos (...) ligados à chacina de Vigário Geral. Tinha dia de luta do povo contra a violência, ligado à violência contra as favelas”. Quanto à orientação e à atuação da FLP, à questão específica do problema da habitação popular no centro do Rio de Janeiro quanto à Ocupação Chiquinha Gonzaga se somava a questão mais geral do problema da violência contra as camadas mais pobres da população da cidade que moram em favelas. Assim, movimento de ocupação e movimento de protesto são movimentos políticos orgânicos e solidários.

“Contra” toda forma de violência - a violência pela “desocupação” e a violência pela “chacina” -, estes movimentos são movimentos “contra” os autores da violência, isto é, a Polícia como órgão do poder público. Por outro lado, se eles resistem e se insurgem contra o Estado, eles também recorrem e contam com “a ajuda” do Estado. “(...) tem uma defensora pública, a Maria Lucia. Ela era bem próxima. (...) foi uma que participou bem. Ela conhece bem o processo por dentro. (...) às vezes, certas coisas, ela não entrava tanto, mas assim,

alguma coisa que ‘tava’ dentro da alçada dela ajudar...”. Sem esclarecer a natureza e o tipo de ajuda ao movimento social quanto à orientação a ser adotada para a concretização da ocupação, Orlando Costa apenas reconheceu a importância do fato de a referida defensora ocupar “um cargo público”. Assim, a ajuda aos organizadores da ocupação contra a violência traduz relação que opõe a Polícia que está “por fora” e a Defensoria Pública está “por dentro”. Além disso, reconhece Orlando Costa que os organizadores contaram ainda com a contribuição da “Central de Movimentos Populares; que era o Marcelo Edmundo, um militante antigo que tá no PT até hoje”.

Ao descrever de forma específica o resultado das “orientações” quanto à definição do dia e do modo de realização da ocupação Chiquinha Gonzaga, Orlando Costa opõe dois métodos – um aberto e um fechado -, duas cidades – Rio de Janeiro e São Paulo – e dois estilos – um soviético um não soviético:

Aí, o dia é assim: a gente tinha o método [no Rio de Janeiro] que a galera faz a coisa mais aberta assim. O MTST, lá em São Paulo, eles fazem um negócio tipo ataque soviético mesmo. Eles tomam a região. Aí panfletam para as pessoas falando: ‘quem tá precisando, fala e tal’. Aí, eles ocupam uma galerinha e depois a galera vem, entendeu? O nosso [método], não. O nosso era mais assim: a gente fazia reuniões em lugares públicos, assim, várias, antes da ocupação, e bem “combinadinha”.

Como forma de preparação da ocupação por meio da conscientização da necessidade de ocupar, a realização de reuniões em lugares públicos referida à forma “combinada” das mesmas permite pensar que as reuniões são realizadas com certa frequência, continuidade e proximidade. No entanto, o “estilo combinado” de realização das reuniões diz respeito principalmente à articulação de diversos espaços públicos da cidade. É quanto à descrição desse estilo que Orlando Costa aponta a origem histórica do núcleo originário da Ocupação Chiquinha Gonzaga:

A maioria das reuniões foi na região do centro mesmo.... Teve assim um grupo de organização original. Foram os camelôs ali do Largo do Machado. Eles moravam já em uma casa que era ocupada, que era um casarão. Assim, umas dez pessoas mais ou menos. (...) [A casa] era lá pra o lado acho do Catete, o casarão onde eles moravam. Aí eles foram expulsos, e foi essa galera tipo um nucleozinho, entendeu?

Associado ao “método de trabalho”, a definição do “estilo combinado” permite descrever a natureza da composição da base da Ocupação Chiquinha Gonzaga: moradores sem teto e sem trabalho formal. Por outro lado, a informalidade conhecida por estes moradores é reveladora de suas vivências e experiências quanto à ocupação e à expulsão

anteriores. Em suma, o núcleo inicial da Ocupação Chiquinha Gonzaga possui história própria.

Na tentativa de descrever o modo como se articulou a relação entre esse núcleo inicial, originário da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, e as pessoas conscientizadas nas reuniões realizadas no centro da capital fluminense, Orlando Costa revela como que a produção de uma “ordem” quanto ao momento da ocupação – que, segundo ele, contabilizou cerca de trinta pessoas, dos quais 15 eram militantes políticos – de acordo a distinção clara entre um “Nós” e um “Eles”, bem como associa o modo inicial da ocupação às características e condições do prédio a ser ocupado:

A gente entrou. Também teve muita gente que entrou depois, né. A gente foi entrando. Era um prédio. Essa entrada é que é um negócio bem interessante. Era um prédio completamente [abandonado]. Tem foto sobre isso. Tinha samambaias crescendo no chão, tinha urubu morando. (...) [O prédio estava abandonado há mais de 10 anos. Aí, no início, a gente ocupava e ficava no térreo, dormindo, tipo num alojamento coletivo.

Como parte da história da Ocupação Chiquinha Gonzaga, o papel das reuniões nos espaços públicos ocupa lugar central. A narrativa de Orlando Costa a este respeito revela também a concepção que possuíam os dirigentes das reuniões acerca do próprio “movimento” que procuravam realizar:

No meio das discussões, a gente procurava também dar uma conscientizada. Na verdade, a meta era que a gente queria fazer um movimento mais consistente. Então, a gente procurava conscientizar as pessoas. Falava de capitalismo (...). E falava as coisas mais práticas, né? Como a gente planejava. Falava coisas também pra as pessoas terem segurança, que [a ocupação] não era uma coisa assim... não era uma aventura (...) pra demonstrar que a gente sabia o que “tava” fazendo.

Com o papel de conscientização e sensibilização daqueles que poderiam vir a tomar parte da ocupação, as reuniões públicas constituíam momento e espaço de representação da ocupação como movimento social consciente. Não sendo descrita como uma “aventura inconsequente”, e sim como um “movimento consciente”, os dirigentes das reuniões se orientavam por perspectiva instrumental. Definindo a ocupação como sendo um meio para um fim, eles procuravam gerar a segurança necessária capaz de sensibilizar e recrutar “pessoas” para concretizar o projeto da ocupação. Este processo de conscientização e de produção de segurança para a ocupação, tal como descrito por Orlando Costa, apoiava-se num discurso que articulava dimensões tanto práticas – referidas ao planejamento em si - como teóricas – referidas ao sistema capitalista - e orientava-se pela distinção entre “dirigentes” (“a gente”) e “dirigidos” (“as pessoas”).

“É, muita gente ia nas reuniões e depois não teve coragem de ir [tomar parte da ocupação], né?”. Esta fala de Orlando Costa permite pensar a medida em que as reuniões públicas alcançaram de fato sua “meta” quanto à produção de consciência e segurança junto a seus participantes. Este fato permite questionar o modo como ocorria a relação entre “a gente” (os organizadores) e “as pessoas” (o público) e como eram abordadas as questões “teóricas” (o capitalismo, por exemplo) e “práticas” (o planejamento, por exemplo).

A gente também vai desenvolvendo todo um método de falar essas coisas numa linguagem popular, né? Óbvio que a gente evita usar categorias que... é tem toda uma tradução. Às vezes, coisa que o cara fala na academia a gente bola um jeito de falar aqui no popular, né?

Ao descrever o método adotado nas reuniões públicas, segundo a distinção entre o mundo acadêmico e o mundo social e a tradução em linguagem popular de categorias teóricas e práticas, Orlando Costa inscreve na relação entre o “nós” (a gente) e “eles” (as pessoas) uma outra personagem, “o acadêmico”. Neste momento e neste espaço representados pelos espaços públicos, o “nós”, ou “a gente”, enquanto organizadores conscientes de um movimento consciente, desempenham o papel de “mediadores” na tradução ou explicação, por exemplo, do que é o capitalismo. Como processo complexo, a mediação supõe também a tradução da produção dos próprios mediadores, de seus instrumentos de conscientização e divulgação das ideias do movimento, o que fica evidenciado nesta fala de Orlando Costa: “O nosso jornal, por exemplo, é jornal de movimento; é geralmente ‘a verdade operária’; ‘papo reto’ nada mais é que ‘a verdade’ em linguagem popular, né?”.

Retomando a questão do “método de trabalho” referido ao momento pós-ocupação - que supôs, de imediato, através de “comissões” específicas, a limpeza e a reforma do sistema hidráulico do prédio, bem como a obtenção de energia elétrica através da prática do “gato” -, Orlando Costa descreve a ocupação do prédio segundo critérios distintos e diversos:

[As pessoas que ocuparam] eram pessoas que tavam na condição mesmo de demanda por moradia (...). São 12 andares, com 6 apartamentos (...). Então, no total dá umas duzentas pessoas. (...). O pessoal ia subindo, montando os quartos (...). Os primeiros ainda ficavam em quartos coletivos, só que menores. Aí o pessoal juntava assim os grupos, né? A galera que era original do Largo do Machado ficava no segundo andar. Aí a galera que chegou - não sei quando - era no terceiro. Aí a gente ia limpando, reformando e ocupando.

Se a ordem de chegada foi um critério geral na ocupação do prédio, ele revelou o lugar ocupado pelo reconhecido “núcleo inicial” da ocupação em relação aos demais ocupantes que chegaram ao prédio uma vez realizada a ocupação física do mesmo, bem como a distinção entre os ocupantes quanto ao critério natural de diferenciação por idade e quanto à situação familiar.

Tinha vários critérios. Aí depois teve uma distribuição dos andares em respeito assim às pessoas idosas, [já] que [o prédio] não tinha elevador, né? Aí, nos andares baixos, na distribuição final, as pessoas idosas. Famílias ficavam nos andares mais baixos, e lá pra cima eram muitos solteiros, pessoa mais jovem. Eu, no caso, eu morei na cobertura.

Parte ainda do momento de pós-ocupação diz respeito à realização de “assembleias”, agora com o objetivo de garantir a permanência no prédio por meio da resistência diante da ameaça de retomada do imóvel. “Então, era muita assembleia, direta. Principalmente, no início, tinha assembleia. No início, na ocupação, que tinha aquela tensão de resistência, (...) tinha assembleia duas vezes por dia e durante bem uns meses ficou assim”. Um dos pontos de pauta das assembleias era quanto ao método de resistência, e o método vitorioso foi o chamado “método da tartaruga”.

Tinha uma tática que foi aprovada no final. Seria o método da tartaruga, essa ideia de fechar mesmo na casquinha. A gente devia fazer assim, coisa pra impedir, cimentar porta, coisa assim, pra não ter como entrar. Nós chegamos a ter lá, juntar assim, uma quantidade de comida maior pra [garantir a resistência].

Ao afirmar que a Chiquinha Gonzaga foi “a mãe das ocupações” no centro da cidade do Rio de Janeiro, Orlando Costa pretendeu dizer que as ocupações que surgiram depois - Zumbi dos Palmares, Quilombo das Guerreiras, Machado de Assis – eram “filhas da Chiquinha Gonzaga” porque “gestadas” e “saídas” dela. Afinal, a Chiquinha Gonzaga “era o local da organização das outras [ocupações]”. No entanto, como deixa claro Orlando Costa, a relação entre a “ocupação-mãe” e as “ocupações-filhas” não foi de natureza mecânica, passiva e natural. Quanto às “outras ocupações, já foi bem mais difícil, porque aí já tinha alguma polícia civil acompanhando o movimento. Então, a Zumbi dos Palmares, na primeira vez que a gente tentou, já ‘tava’ cheia de polícia no local, e a gente não sabe até hoje como é que eles descobriram”.

Essa tentativa frustrada de fundação da ocupação Zumbi dos Palmares levou seus organizadores a mudarem o “método de trabalho”. “Aí nós fizemos uma operação lá militar pra conseguir entrar da segunda vez”. O caráter militar dessa operação consistia na realização da ocupação em “dia aleatório” a ser decidido em “comissão fechada”, isto é, o dia da ocupação seria decidido para o mesmo dia e contava apenas com a participação dos presentes na reunião realizada pela comissão. Como parte da “operação militar”, foram definidos “cinco caminhos diferentes” entre a Chiquinha Gonzaga e o prédio onde se formaria a Zumbi dos Palmares a serem percorridos de modo a calcular “o tempo que demorava pra fazer aí no dia [aleatório]”. Orlando Costa atribuiu o caráter “ousado” desta operação a dois aspectos.

Primeiro: o prédio a ser ocupado ficava próximo da Sede da Polícia Federal. Segundo: lacrada a entrada do prédio, os ocupantes tiveram de fazer uso de marreta. No entanto, a satisfação foi o fato de que “saiu na primeira página de todos os jornais no dia seguinte”. Tal qual a ocupação da Chiquinha Gonzaga, Orlando Costa reconheceu a distinção entre “a gente” e “as pessoas” quando o assunto era definir o número de participantes na ocupação da futura Zumbi dos Palmares: “o grupo foi grande. Esse aí tinha mais de 50 pessoas. Também de organizador tinha mais de 20 pessoas”. Preocupação que surgiu na preparação da ocupação da Zumbi dos Palmares revelou o problema do “vazamento de informação” referido ao problema da “confiança nos participantes”. “Então, a gente tinha formas objetivas de controlar isso. Então, envolve ter um número de pessoas de confiança e mais ou menos disciplinado, né?”. Isto significava dizer que, se, no “dia aleatório”, alguém dissesse ‘hoje não vai dá pra mim, não’, a referida pessoa era colocada numa espécie de “carcerezinho privado durante bem uma meia hora ali”. Ou poderia mesmo ser impedida de sair caso decidisse não participar da ocupação. “Mas, é assim, não foi nada violento. A gente sentava e conversava”.

Retomando a descrição da participação ou influência de grupos ou doutrinas políticas na Chiquinha Gonzaga, Orlando Costa afirma a existência de “uma boa quantidade de quadros teóricos”: “o que tinha mais forte lá era a FLP, gente não tipo o MTST, que chegava e botava a bandeira. Cada ocupação tinha sua autonomia, né? Mas era basicamente a FLP. Tinha um bocado de marxista e um bocado de anarquista.” E, ao descrever como ocorria a leitura ou a utilização mais prática dos referidos “quadros teóricos”, Orlando Costa define mecanismos de organização e funcionamento da Chiquinha Gonzaga quanto a comportamentos esperados e adotados pelos ocupantes: “É, você imagina, eu discutia coisa como, por exemplo, a crítica ao punitivismo jurídico, que era o negócio que, no início, a ocupação teve uma polêmica forte”.

O caráter forte da polêmica estava referido ao desacordo existente na ocupação – quanto ao papel de mediação realizado pelas assembleias - referente à adoção da “expulsão” como punição para o ocupante que fizesse “qualquer besteirinha”. Os casos passíveis de expulsão – considerados por alguns como reprodução da “estrutura da exclusão” da sociedade dominante – foram ilustrados como sendo fumar maconha, não querer participar de mutirão, cometer lesão corporal leve, fazer sexo em quarto coletivo. Nesta última hipótese, a reprodução da estrutura da sociedade dominante consagra a discriminação de gênero: “não queriam expulsar o cara, não, só a mulher”. Quanto a essa “polêmica forte”, Orlando Costa reconhece a oposição entre membros da base que defendiam a expulsão – que contavam com o apoio dos “anarquistas que são super libertários” – e membros da organização que

combatiam a expulsão. No entanto, ele reconhece que “a gente não chegava de fora com alguma estrutura extra contra a base”. Segundo ele, tudo era “consenso”.

No entanto, a própria organização reconhece que “algumas vezes têm que expulsar mesmo (...). No final, só três caras foram expulsos”. A expulsão teve por motivo comportamento que comprometia não apenas “a causa” do movimento, mas principalmente a existência da ocupação: “eles tavam querendo, tipo, tomar o controle da ocupação pra vender quarto, entendeu?”. Orlando Costa distinguiu desta situação a hipótese segundo a qual “o cara foi morar em Minas (...) [e] vendeu a posse dele”. Em suma, “a gente [da organização] era contra, mas teve alguns casos que passaram, né?”. Desta situação, Orlando Costa distingue ainda os casos em que “outros caras queriam lucrar com isso”.

Para ele, o que estava em jogo era a “lógica da distribuição pela assembleia” do espaço da Ocupação, que se orientava pelo princípio do não pagamento de dinheiro para o ingresso – ou saída – da Chiquinha Gonzaga. “É, eu tinha [onde morar]. Eu tava lá só pra organizar, né? Eu, quando saí [depois de três anos], devolvi o quarto para o coletivo. Foi dedicado para outra família”, afirmou Orlando Costa. No entanto, esta não era a situação de todos os membros da organização. Como lógica do funcionamento da Chiquinha Gonzaga pós-ocupação, a “lógica da distribuição pela assembleia” definia quem era admitido ou não a morar na Ocupação, segundo critérios distintos e diversos que revelam a composição da Chiquinha Gonzaga: “A gente foca muito assim, a mãe com vários filhos, ter filhos, ser mulher também, hipossuficiência, a pessoa que tem problema de saúde, coisas assim... e sem moradia”.

Uma vez organizada a ocupação segundo a “lógica da distribuição”, o funcionamento da Chiquinha Gonzaga contava com trabalho tanto interno quanto externo. Internamente, o trabalho era realizado pela atuação de comissões específicas constituídas por moradores da ocupação.

Tinha a comissão hidráulica, eu era da hidráulica. Tinha a elétrica, tinha a marcenaria, tinha a limpeza, tinha a cozinha, tinha a portaria, tinha a recreativa pra criança”. Externamente, o trabalho era segundo “um negócio que chama ‘os apoios’, né? Os apoios eram as entidades. Eram estudantes, pessoal de movimento social que ia lá dá uma aula de alguma coisa: “eu quero fazer uma oficina de discussão de gênero”, e a galera ia lá e fazia assim. E funcionava. Tinha às vezes umas meninas que iam só pra cuidar das crianças, quando a mãe tinha que trabalhar.

Fazia ainda parte da lógica do funcionamento da Ocupação o “trabalho” voltado para evitar toda tentativa de “entrada do tráfico” na Chiquinha Gonzaga: “a gente cuidava das pessoas que são de dentro. (...) se tivesse alguém que tivesse se posicionando a favor de entrar eventualmente [um traficante], essa pessoa poderia ser expulsa”. Segundo Orlando Costa, a

ameaça de expulsão sempre funcionou como mecanismo capaz de impedir a presença de traficantes, que “respeitavam” a decisão do coletivo. No entanto, “hoje em dia (...), eles acabaram entrando lá mesmo, porque tá muito, assim, precário, a situação toda, né? A população de rua tá muito maior, a capacidade econômica das pessoas tá muito mais baixa. Então, a demanda pelo tráfico. Então, aí a violência tá maior. Aí acaba [o tráfico] conseguindo entrar”, afirmou Orlando Costa.

A assembleia era direto! Ela ficou muito tempo que era todo dia e depois, durante muito tempo, que era toda semana. Enquanto eu “tava” lá, eu não me lembro de ter passado um mês sem ter assembleia. No início, foi bem uns 15 dias. Tinha uma de manhã e uma de noite. De manhã, não tinha muita gente, né? Reuníamos as comissões e víamos o que tinha para fazer. Decidíamos o que tínhamos de decidir, a galera saía para trabalhar e, de noite, tinha uma comissão que fazia um balanço e uma programação do dia seguinte. Era um staff. Era uma imersão total. A assembleia era com todo o mundo.

Este relato de Orlando Costa traduz a importância e o papel das “assembleias” como etapa ou momento do “método de trabalho” adotado e desenvolvido pela Ocupação como condição de realização de seu principal objetivo. O caráter quase permanente e constante de sua realização em momento historicamente decisivo na consolidação da Chiquinha Gonzaga se confunde com a formação da Ocupação enquanto “coletivo”, do qual “todo o mundo” participa.

1.3.3 João Barbosa⁴²

Tu “salta” do ônibus e sai pela Presidente Vargas... Hoje é domingo, por exemplo, e se tu “vai” pela Presidente Varga tu “vê” um montão de gente nas ruas, dormindo debaixo das marquises, entendeu? Quando tem marquise... Eu acho que quando a gente ocupa um pedaço de terra, ocupa um prédio que “tá” abandonado, aguardando pra ser vendido pela especulação imobiliária, eu acho que a gente tá simplesmente retomando o que é nosso. Porque até quem construiu isso tudo ou “foi” os meus ancestrais ou “foi” pessoas que talvez nem vêm da minha raiz genealógica, mas da minha mesma classe social. E se foi a minha classe social, e a minha classe social “tá” aí passando fome e não tem moradia, ela tem que tomar porque aquilo

⁴² Parte do relatado aqui já foi publicado no artigo: MATHEUS, André; NATALIA, Pinheiro; FALBO, Ricardo. Chiquinha Gonzaga: o direito à moradia como luta e não como direito humano. In: IV Congresso Internacional de Estudos das Américas, 2014, Rio de Janeiro. IV Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas. Rio de Janeiro: UERJ, 2014. v. 1. p. 5-300. O relato do senhor João Barbosa serviu para outra pesquisa relativa às Ocupações da Zona Portuária do Rio de Janeiro. O resgate de sua fala para esta dissertação corrobora, agora, para a dissertação na busca de entender a constituição da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

tudo é dela. O papel pode estar dizendo que não é dela, mas o papel aceita tudo. Quero saber quem é que construiu tudo isso, saber quem foi que construiu todas essas casas, todos esses prédios⁴³

Este ato de fala constitui um dos fragmentos empíricos na apresentação e descrição da realidade Chiquinha Gonzaga e revela a concepção de propriedade que possui seu autor enquanto um dos representantes da Ocupação. Ele funciona discursivamente como elemento legitimador da referida Ocupação e revelador da situação habitacional das classes sociais de baixa renda no Brasil, bem como da concepção que distingue o fenômeno jurídico quanto ao direito que existe no papel e quanto ao direito que existe fora do papel.

Segundo relatos colhidos a partir de depoimentos de um dos moradores da Ocupação, Sr. João de Souza Barbosa, a primeira tentativa de ocupação do prédio foi feita no ano de 2003, mas restou infrutífera, pois as cerca de quinhentas pessoas que se dirigiram ao local teriam sido expulsas pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Apenas no ano seguinte, em julho de 2004, a ação finalmente foi concretizada, muito embora com um número bastante reduzido de famílias.

João Barbosa é um dos moradores mais antigos da Ocupação, tendo participado de todo o processo de organização do coletivo e, também, de limpeza e arrumação do prédio.

Testemunhou, portanto, as péssimas condições que inicialmente tornavam o edifício inabitável: narra que havia poeira até os tornozelos e muitos insetos, tendo sido preciso que os ocupantes se organizassem em grupos de trabalho coletivo para providenciar a faxina, mesmo sem iluminação elétrica ou abastecimento de água no prédio. Por conta das limitações físicas e humanas, relata que os ocupantes acordaram que iriam fixar suas moradias apenas nos dois primeiros andares do prédio, até que os demais pisos fossem gradativamente limpos e, então, habitados. Em seguida, deu-se início aos trabalhos de recuperação das instalações elétricas, sanitárias e hidráulicas.

Os relatos apontam que todo o trabalho da Ocupação era feito, inicialmente, de forma coletiva: desde a preparação dos alimentos em uma cozinha comunitária, passando pela limpeza e manutenção do próprio edifício, até a criação de uma cooperativa de alimentos que produzia quentinhas para eventos de movimentos sociais. As reuniões para discussão e planejamento também eram feitas diariamente, tendo sido, inclusive, elaborado um Regimento Interno, o qual, apesar de ainda estar em vigor, não mais possui força coesiva para os moradores da Ocupação.

⁴³ Fala de João Barbosa, morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga, no documentário “Atrás da Porta”, produzido em 2010, por Vladimir Seixas. 1º vídeo, 3ª fala.

Concomitantemente, novas ações de ocupação eram pensadas e articuladas, dando origem às posteriores Ocupações Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras, também no Centro da cidade do Rio de Janeiro. De fato, percebe-se ser prática comum aos moradores de uma ocupação participarem de novos processos de Ocupações, seja em razão da rede de solidariedade existente entre os sem-teto, a qual se estende através das relações pessoais de confiança, seja em razão de interesses particulares.

A Ocupação Chiquinha Gonzaga permaneceu unida e coesa durante longos anos, tendo logrado êxito em promover a regularização de sua situação cadastral perante os órgãos prestadores de serviço público, como a Light e a Cedae. Também conseguiu a elaboração de um projeto de arquitetura para futura implantação pelo Estado, o qual nunca foi concretizado.

No ano de 2012, obteve do governo estadual um Termo de Promessa de Concessão de Uso firmados entre o estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Habitação (SEH) e do Instituto de Terras e Cartografia do estado do Rio de Janeiro, e os Promissários (ocupantes) relacionados no documento, pelo prazo de 99 (noventa e nove) anos.

João⁴⁴ falou a respeito de inúmeros assuntos, de forma, muitas vezes, cruzada, resgatando acontecimentos de sua formação pessoal na idade jovem, quando iniciou na vida política através dos movimentos pastorais da Igreja Católica, até o seu posterior envolvimento com a Frente de Luta Popular, já na idade adulta. Explicou que, a partir desse envolvimento com a extinta FLP, teve conhecimento das ideias sobre Ocupações de prédio públicos abandonados, no centro da cidade do Rio de Janeiro, e que elas estavam sendo articuladas por moradores e militantes políticos. A luta se dava por melhores condições de vida aos trabalhadores de baixa renda, que, sem condições financeiras de morar perto de seus locais de trabalho, eram obrigados a se deslocar longas distâncias, no meio da madrugada, para dar início às suas extenuantes jornadas de trabalho, reconheceu João.

Morador do bairro de Santa Cruz, João narra que precisava se levantar às três ou quatro horas da manhã para se dirigir ao trabalho, na Comlurb, onde laborava arduamente ao longo de todo o dia e, ao final, ainda encontrava forças para se reunir com outras pessoas em iguais condições, para discutirem os rumos do movimento social e ações coletivas de ocupação urbana. Assim, afirma João, é que planejaram ocupar o antigo prédio do INCRA, situado na Rua Barão de São Félix nº 110, Centro do Rio de Janeiro, há cerca de onze anos.

Segundo conta, a primeira tentativa não deu certo: as cerca de quinhentas pessoas que se dirigiram ao prédio abandonado foram expulsas pela Polícia Militar do estado do Rio de

⁴⁴ Entrevista realizada com João Barbosa, na Ocupação Chiquinha Gonzaga, em seu apartamento, no dia 03 de maio de 2014.

Janeiro. Apenas no ano seguinte, em 2004, a ação foi finalmente concretizada. Nesse dia, João não estava presente. Conta que chegou à Ocupação cerca de cinco dias depois. Mas presenciou pessoalmente as condições de abandono do prédio, que estava inabitável. Com poeira até os tornozelos, sem qualquer iluminação ou serviço de água no edifício, os moradores resolveram, estrategicamente, se organizar para promover uma faxina coletiva e grupos de trabalhos específicos, a fim de providenciar a alimentação da coletividade e realizar os reparos necessários para moradia. Concordaram que se limitariam a fixar suas residências nos dois primeiros andares do prédio, até que os demais pisos estivessem efetivamente limpos. Inicialmente, todo o trabalho da Ocupação foi coletivo e as reuniões eram feitas diariamente, enquanto novas ações de ocupações eram paralelamente pensadas e articuladas.

Segundo João, a organização rendeu ensejo às posteriores Ocupações Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras, também no Centro da cidade do Rio de Janeiro, mas elas já foram removidas, lamenta João.

A todo tempo, João insiste em afirmar o caráter coletivo das Ocupações, mas confessa que o movimento se encontra atualmente desarticulado, em razão de problemas externos, como a questão do tráfico de drogas, que interfere diretamente na vida dos moradores da Ocupação, e da falta de segurança pública. Narrou o episódio de três garotos do morro da Providência que foram presos e entregues pela Polícia Militar aos chefes do tráfico de drogas, que os teriam assassinado. Revoltados, todos os moradores da região se manifestaram nas ruas e na porta do prédio do Exército, situado na Central do Brasil, gritando “Assassinos! Assassinos!”, relembra João.

Em represália, as forças policiais jogaram dezenas de bombas de gás sobre os manifestantes e avançaram para cima deles, armados, para pôr fim à manifestação. A fala de João revelou que nenhum diálogo foi conseguido com as autoridades públicas, sendo que todo o avanço eventualmente obtido foi alcançado por meio da organização do próprio movimento social e com a ajuda da Defensoria Pública, especialmente da Defensora Maria Lúcia, por quem o entrevistado nutre uma especial gratidão.

O relato da entrevista com João Barbosa permite identificar temas fundamentais nas suas experiências de vida, que são comuns a outros trabalhadores brasileiros nos grandes centros urbanos do país com o desenvolvimento industrial da ordem capitalista desde a segunda metade do século XX. No entanto, considerando os objetivos deste trabalho, o tema que se afigura como emblemático é o que traduz a relação que articula trabalho e habitação e, mais especificamente, a relação entre trabalho de baixa renda e habitação longe do trabalho, no contexto histórico de desenvolvimento da cidade. Daí a perspectivação teórica do referido

tema na chave do problema da definição do conceito cidade ou do questionamento do fenômeno urbano no século XXI.

Só que acontece o seguinte, no Brasil tem essa questão da moradia popular que não é moradia popular. É moradia pra uma classe média falida que tem por aí, que recebe um pouco menos, ou então pra profissionais liberais, que ganham mais de dois mil, três mil reais por mês. Trabalhador no Brasil é tirado como mendigo, não como povo, entendeu? E o trabalhador ganha, no máximo, seiscentos ou setecentos reais - os que ganham muito, porque a maioria hoje é “desempregado” e não ganha nada. As pessoas estão comendo a partir de CADEG, de feira, vai fazendo reciclagem, feira e vai daí por diante... Ou então vendendo ali fora alguma mercadoria, pra arrumar alguma coisa, quando a Guarda Municipal não vem e “senta o pau” no cara, entendeu? Então a gente tem que continuar ocupando mesmo... existe essa diferença entre ocupação e invasão, acho que se a polícia entrar lá agora vai estar invadindo, isso é uma invasão.⁴⁵

Em outros termos, a fala acima de João Barbosa retoma o mesmo tema identificado no relato de sua entrevista – a situação da classe trabalhadora de baixa renda ou desempregada quanto à habitação. A diferença consiste no fato de que ela encerra a visão que fundamenta e legitima a prática das ocupações urbanas e a visão de que o direito é definido segundo as condições específicas de vida de seu titular, fato esse que permite a João definir toda ocupação como direito e toda ação do poder público em sentido contrário como invasão, isto é, como violação desse direito.

1.3.4 Gabriel Rolemberg

“A gente tem que fazer com que as pessoas sejam sujeitos participantes e decidam sobre o futuro da ocupação”. Esse excerto de uma afirmação de Gabriel Rolemberg é no momento que começou a descrever a preocupação do grupo do qual ele faz parte, as Brigadas Populares, e como se dá a relação entre os organizadores e aqueles que ocupam. Na descrição do que chamou de “método de atuação” das Brigadas Populares em outras Ocupações explica a experiência que o seu grupo acumulou em outros estados e aplicam no Rio de Janeiro

A ideia por trás do nosso trabalho popular é fazer com que por meio do nosso acesso às demandas materiais e imediatas da população, que pode ser o caso da moradia, a gente consiga acessar aí uma dimensão política maior e que aquilo sirva como instrumento para que gere uma consciência política

⁴⁵ Fala de João Barbosa, morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga, no documentário “Atrás da Porta”, produzido em 2010, por Vladimir Seixas. 1º vídeo, 5ª fala.

nesse sentido, né, e aí nas nossas ocupações a gente trabalha muito com a ideia da comuna.

A afirmação da ideia de “comuna” demonstra a preocupação dos organizadores das Brigadas Populares com a criação de espaços de convivência nas Ocupações, sem descuidar da “consciência política”. Assim, instrumentalizam as suas necessidades mais imediatas para acessar uma dimensão mais política. “São espaços, centros comunitários e a ideia é que a gente reúna as pessoas ali para exatamente fazer atividades que tenha haver com essas demandas imediatas delas”.

Quando questionado em relação à diferença entre o número de pessoas que acompanhavam as assembleias antes da Ocupação e as que participavam do processo de ocupar relata que há “antes da ocupação uma adesão muito boa das pessoas (...) [e] no dia da Ocupação não foi tão grande assim, foram menos pessoas que ocuparam”. Dessa forma, quando a Ocupação “se consolida”, o número de ocupantes aumenta e, para que os novos pretendentes a ocupante possam participar dela devem de coadunar com o “método de atuação” do coletivo participando das assembleias e “trabalhos coletivos” fazendo com que assumam uma “responsabilidade coletiva”.

Com a Ocupação consolidada é demonstrado uma diferença entre as “lideranças” externas, que não moram na Ocupação, e as “lideranças” internas, que vivem no local. Assim, os que não moram tentam envolver “a coordenação da Ocupação, no máximo de tarefas possíveis”. Todavia, Gabriel Rolemberg reconhece que as lideranças externas não conseguem alcançar as questões do cotidiano e “aquelas questões que envolvem mais o dia-a-dia da Ocupação, trabalho de você ver como ‘tá’ a estrutura do local, ‘vê’ se tá precisando de alguma coisa, isso a gente já tenta colocar a coordenação da Ocupação, a coordenação são moradores, né, que são lideranças de lá.”. Nas Ocupações existem coordenações formadas por moradores e, em sua maioria, “mulheres (...) por volta dos 40 a 50 anos”.

Em relação à formação dos ocupantes organizam cursos de formação em todas as ocupações que atuam e sempre procuram explicar a “questão mais política e teórica e as questões mais práticas também (...) como organizar uma ocupação, como fazer uma assembleia, só que é uma outra metodologia”. Gabriel Rolemberg explica que no Rio de Janeiro, no esforço de “consolidar as ocupações a gente acabou focando mais nisso. Fez o curso de formação, mas esse ano a gente vai conseguir estabelecer nossa comuna, é um espaço físico que a gente tem todos os trabalhos base que a gente faz que é um lugar em que as pessoas fazem atividades (...) uma cozinha comunitária com eles, fazer uma horta comunitária (...)”. Com a experiência que tiveram em outros Estados pretendem iniciar um

curso de “Como funciona a sociedade” com uma linguagem própria. E assevera que a “ideia é que a gente use essa luta como instrumento político pra trazer discussões, trazer mobilizações maiores”.

Com a preocupação de usar o conhecimento prático dos ocupantes, principalmente no relacionamento com o espaço e o “controle armado” em favelas, as Brigadas buscam parceria com associação de moradores do local da Ocupação. Gabriel Rolemberg lembra que na “Pavuna pra fazer nosso trabalho, a gente entrou por meio da associação de moradores”, pois entendem que eles “são liderança dali há muito tempo e que sabem dizer, tem sabedoria pra entender esses conflitos, a maneira como a gente pode entrar ali muito melhor que a gente.” Gabriel usa como exemplo da sabedoria prática dos ocupantes, em contraste a uma sabedoria mais acadêmica de um coletivo de engenheiros que ajudam na ocupação, o fato que:

Pessoal que trabalhava em obra mesmo vários operários lá que foram pra ocupação, cara, quando a gente chegou com pouco, passou dois meses já tinha aumentado as casas, já tinha botado o cano de esgoto, fizeram tudo, uma agilidade (...) a gente chegou a falar “ó vocês da engenharia tem que pegar estágio com o cara lá. Muito conhecimento, você aprende vendo.”

As falas revelam que o saber técnico de alguns ocupantes é usado no cotidiano da Ocupação, mas as falas não revelam se os ocupantes também participam das estratégias políticas com o poder Executivo, Legislativo e Judiciário para a permanência no local. O que as falas podem revelar é aproximação entre as “lideranças” externas, representado pelas Brigadas Populares, e as “lideranças” internas, nas coordenações das Ocupações que são integradas por moradores que se destacam. Gabriel relata que essas “lideranças” internas recebem o convite para se integrarem ao coletivo. “As pessoas que são da coordenação da Ocupação a gente convida pra fazer parte das Brigadas, então hoje entre nossa militância tem vários moradores”.

Os relatos acima evidenciam a importância das lideranças das Ocupações. As coordenações que se constituem por moradores que vivem no local, as falas de Gabriel revelam a importância do conhecimento e a forma como se relaciona com o território da ocupação, demonstra a importância do saber prático em como manter organizada a Ocupação. Pode inferir que sem a coordenação a relação entre o coletivo (Brigadas Populares) e os ocupantes seria diferente. Daí a importância da coordenação e a construção de espaço coletivo de formação para que, futuramente, esses coordenadores possam se integrar ao coletivo.

1.3.5 Sistematização das ideias e perspectivação teórica

Os relatos acima constituem narrativas sobre o processo de formação da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

Eles revelam visão histórica segundo a qual a Ocupação se constitui e se reproduz como ação coletiva realizada sob o protagonismo de sujeitos coletivos - os organizadores e os ocupantes - que se constituem de forma igualmente coletiva de acordo com suas experiências e vivências no âmbito de relações tão complexas quão contraditórias que articulam instâncias do poder público, de partidos políticos e da sociedade civil.

Com fundamento na experiência e no conhecimento que organizam e que decorrem da militância política e de movimentos sociais de luta pela moradia no país com os quais estão relacionados, os organizadores da Ocupação constituem e organizam assembleias de conscientização e comissões de trabalho que definem etapas do “método de trabalho” quanto a momentos históricos diferentes da Ocupação, o da “pré-ocupação” e o da “pós-ocupação”.

Quanto aos ocupantes – potenciais e futuros moradores da Ocupação –, eles são duplamente constituídos de forma coletiva. Primeiro: através de suas experiências e vivências em ocupações anteriores. Segundo: através do trabalho de conscientização realizado pelos organizadores com a função de constituição e consolidação da Chiquinha Gonzaga enquanto “coletivo”. Assim, o caráter coletivo que define a ação dos ocupantes – e a existência da Ocupação – é explicado pelo processo da formação coletiva da consciência dos sujeitos.

De outro modo, ainda que por caminhos distintos, a “causa da habitação” constitui a dimensão coletiva da consciência de organizadores e ocupantes enquanto sujeitos coletivos. Como consciência comum, é ela que explica a Ocupação – na sua origem e no seu desenvolvimento – como movimento coletivo urbano consciente de seu papel ao mesmo tempo de emancipação e de resistência. Afinal, os relatos descrevem a Ocupação segundo dois sentidos intimamente ligados: o de emancipação enquanto “produção” de habitação para os sem-teto, e o de resistência enquanto “enfrentamento” do sistema que produz a condição dos sem-teto. Por outro lado, a resistência está referida ao processo de conservação dos resultados obtidos com a emancipação – frequentemente ameaçados pelas tentativas de remoção pelo poder público – na mesma medida em que o processo originário de emancipação é também processo originário de resistência contra a condição de sem-teto dos ocupantes.

De acordo com as narrativas de Orlando Costa, as “assembleias” constituem espaços e momentos tanto de conscientização para a fundação da ocupação quanto de socialização para

a conservação do coletivo. Elas são conduzidas pelos organizadores da Ocupação segundo a influência de “quadros teóricos” e “grupos políticos” distintos e diversos e exigem a tradução de temas e a abordagem de problemas para os ocupantes em “linguagem popular”. Considerando seus objetivos de conscientização e socialização, as reuniões são também espaços e momentos não apenas de aplicação e discussão das técnicas, estratégias e estilos de atuação dos sujeitos coletivos, mas também canais de revelação de ambiguidades e contradições, contrastes e conflitos entre “organizadores” e “ocupantes”, entre a “cidade” e a “polícia”, entre a “Sociedade” e o “Estado”, entre a ocupação “do centro” e a sociedade “do entorno”.

Ao revelar o caráter problemático da relação de natureza capitalista que articula “trabalho” e “habitação”, “Sociedade” e “Estado” no Brasil contemporâneo, a narrativa sobre a história da Ocupação Chiquinha Gonzaga traz ainda a crítica não apenas ao modelo político de administração da cidade do Rio de Janeiro, mas também aos “métodos de trabalho” utilizados por seus organizadores e aos “modos de pensar e de agir” dos ocupantes. Por outro lado, ela revela o problema da Ocupação quanto à tendência de reprodução da lógica do sistema político-social e do sistema socioeconômico dos quais ela própria procura emancipar-se e contra os quais ela própria procura resistir.

Com o objetivo de descrever da forma mais ampla possível a realidade concreta, histórico-social, da Ocupação “Chiquinha Gonzaga”, os relatos de Orlando Costa revelam a complexidade das relações que este “ocupante estratégico” – afinal, sua principal função é a de organizador da Ocupação – estabelece e mantém com os demais ocupantes através do “método de trabalho” na formação, consolidação e funcionamento da Chiquinha Gonzaga. A complexidade em questão revela a multiplicidade e a interligação de realidades – e de sentidos – que definem de forma histórica o caráter coletivo dos ocupantes e da Ocupação. Estas realidades – e seus sentidos – dizem respeito à relação histórica que articula de forma dinâmica “método de trabalho” e “sujeito coletivo” quanto às seguintes dimensões presentes na história da Chiquinha Gonzaga: produção de consciência, tradução de linguagem, formação da história de vida, concepção de história, produção de consenso, adoção de quadro político teórico-doutrinário, orientação política técnico-metodológica, relação entre interno e externo. A complexidade que caracteriza o ocupante-organizador Orlando Costa através de seus próprios relatos define o problema real e concreto da Ocupação Chiquinha Gonzaga acerca da natureza da relação entre pensamento e ação, entre consciência crítica e ação política. Dupla é a perspectiva teórica deste problema. Em Antonio Gramsci, ela está presente sob a hipótese de que “a identificação de teoria e prática é um ato político”

(GRAMSCI, CC, 1, p. 260). Em Paulo Freire, ela está referida ao reconhecimento de que “um método ativo [que] ajude o homem a se conscientizar (...) de sua problemática (...) se instrumentalizará para as suas opções” (FREIRE, 2005, p. 136).

Sob a rubrica “método de trabalho”, Orlando Costa não procede a distinções e oposições rígidas quanto às dimensões e sentidos da realidade com os quais ele se vê confrontado, o que é válido igualmente quanto à concepção de “sujeito coletivo” presente em sua narrativa. Quanto a estas realidades, ele deixa antever a ideia de “imbricamento” na caracterização de processos reais que se relacionam de forma dinâmica na realidade histórica da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Neste sentido, a expressão “método de trabalho” será aqui interpretada segundo a ideia que resulta da crítica que o autor de *Cadernos do Cárcere* faz à dicotomia “sociedade política-sociedade civil”. Considerando que estas realidades são momentos constitutivos do “Estado Integral”, Gramsci rejeita a ideia de “distinção metódica” e afirma a de “distinção orgânica” (GRAMSCI, CC, 3, p.47) entre “sociedade política” e “sociedade civil”. Para ele, a distinção orgânica significa que, “na vida histórica concreta, sociedade política e sociedade civil são uma mesma coisa” (GRAMSCI, Q4, 38, p.460). Para o autor de *Educação como Prática da Liberdade*, cabe à educação crítica tornar o homem “capaz de superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade” (FREIRE, 2005, p. 139). Sob esta perspectiva, “viver” a “realidade” da oposição entre “sociedade política” e “sociedade civil” seria o resultado da “captação mágica ou ingênua” do homem produzido por uma educação não crítica. Assim, o que é distinção orgânica para Gramsci é distinção crítica para Freire.

O caráter orgânico e crítico das realidades e sentidos que se desenvolveram na história da Ocupação Chiquinha Gonzaga, em referência ao que Orlando Costa denominou “método de trabalho”, caracteriza igualmente as realidades e sentidos que se constituíram em referência ao “sujeito coletivo” quanto às relações estabelecidas entre “organizadores dirigentes” e “ocupantes dirigidos” na história da Ocupação. Do ponto de vista orgânico e crítico, a relação histórica concreta entre “método” e “sujeito” – e suas realidades e sentidos específicos – na formação e consolidação da Ocupação é expressão de “uma mesma coisa” e da superação da “captação mágica ou ingênua”.

Na história da Ocupação Chiquinha Gonzaga, segundo a narrativa de Orlando Costa, a “identidade” entre “método de trabalho” e “sujeito coletivo”, referida à relação histórica entre “processo de conscientização” e “atuação política”, supõe “educação crítica” e será aqui teoricamente perspectivada segundo as categorias “intelectual”, de Antonio Gramsci, e “pedagogo”, de Paulo Freire.

“Eu acho que quando a gente ocupa um pedaço de terra, ocupa um prédio que ‘tá’ abandonado, aguardando pra ser vendido pela especulação imobiliária, eu acho que a gente tá simplesmente retomando o que é nosso.”. Essa fala do João revela que a investigação empírica na Ocupação Chiquinha Gonzaga, ocupantes de prédio público abandonado no centro da cidade do Rio de Janeiro revelou que a crítica direta ao estado e aos governantes se confunde com as estratégias da Ocupação voltada para a concretização do direito à habitação na capital fluminense nesta primeira década do século XXI.

Do ponto de vista analítico-conceitual, é possível afirmar a condição de movimento social da referida ocupação quanto ao questionamento que faz da situação política e social na área da habitação na cidade do Rio de Janeiro, no contexto de seu processo de reurbanização e de globalização.

Só que acontece o seguinte, no Brasil tem essa questão da moradia popular que não é moradia popular. É moradia pra uma classe média falida que tem por aí, que recebe um pouco menos, ou então pra profissionais liberais, que ganham mais de dois mil, três mil reais por mês. Trabalhador no Brasil é tirado como mendigo, não como povo, entendeu?

Por outro lado, o caráter informal da Ocupação Chiquinha Gonzaga, a visão que possui de que a violação do direito à habitação corresponde a serviços públicos não prestados pelo Estado e o fato de que elas próprias funcionam coletivamente para realizar o referido direito que o Estado não realiza permitem aproximar analítica e conceitualmente a referida ocupação dos novos movimentos sociais. A fala do João deixa evidente “Então a gente tem que continuar ocupando mesmo... existe essa diferença entre ocupação e invasão, acho que se a polícia entrar lá agora vai estar invadindo, isso é uma invasão”.

A informalidade destes movimentos se confunde com a ilegalidade que os caracteriza de acordo com as regras do direito oficial vigente. O caráter problemático da ilegalidade consiste no fato de que ela cede lugar à outra categoria de pensamento no âmbito das Ocupações: a legitimidade. Afinal, a habitação é considerada como direito de todos, sem qualquer discriminação, e que prédios públicos são de todos pela via dos impostos pagos. Por outro lado, a visão de que a Ocupação constitui um coletivo de forma defensiva contra o Estado impede a realização da condição de parceria entre ambos quanto à prestação de serviço público específico.

As falas de João ajudam a repensar a relação sociedade civil – Estado quanto à sua participação histórica na engenharia social da cidade. E quanto a isto, a contribuição dos mesmos diz respeito ao questionamento político quanto ao modo democrático de gestão da cidade que eles ajudam a construir, modo esse que se opõe a políticas públicas autoritárias, de

caráter vertical, que não levam em conta as próprias histórias de vida dos habitantes nem o impacto que as reformas urbanas que tais políticas viabilizam terão sobre eles.

“A ideia por trás do nosso trabalho popular é fazer com que por meio do nosso acesso as demandas material e imediatas da população, que pode ser o caso da moradia, a gente consiga acessar aí uma dimensão política maior [...]”. A fala de Gabriel Rolemberg, uma das lideranças das Brigadas Populares, revela a estratégia do coletivo para acessar e trabalhar com uma consciência crítica com os ocupantes. Usam a demanda imediata – a saber, o direito à moradia – para organizar um grupo de pessoas para ocupar e resistir pelo seu direito constitucional. A sua fala revela um “método de atuação” usado em outros estados do País com sucesso. Agora busca implementar no Rio de Janeiro, a criação de comuna, espaço coletivo nas Ocupações para transmitir a necessidade de uma atuação conjunta entre os ocupantes e as lideranças.

2 O INTELLECTUAL EM GRAMSCI E O EDUCADOR EM FREIRE

2.1 A contribuição de Antonio Gramsci

2.1.1 O Intelectual de Antonio Gramsci e o Processo de Conscientização

A metodologia gramsciana - na mesma linha da de Marx - exige a consideração materialista das condições históricas do contexto a ser analisado para que se compreenda e se justifique a aplicação de suas categorias teóricas.

Ao analisar o papel do intelectual no contexto italiano, o pensador sardo destaca a importância dos sujeitos que participam da vida política na formação e reprodução de uma hegemonia⁴⁶ no campo das ideias.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc, etc. (GRAMSCI, CC, 2, p. 15).

Com base nesta definição, o autor de *Cadernos do Cárcere* enfrenta seus próprios questionamentos quanto ao fato de saber se os intelectuais constituiriam grupo social autônomo e quanto ao fato de definir acerca dos limites máximos da compreensão de “intelectual”. A resposta de Gramsci a seus questionamentos é também forma de enfrentar a dificuldade de definir o intelectual segundo critério que procura apenas conhecer a natureza de sua atividade.

Considerando que a distinção entre intelectuais – orgânicos e tradicionais – fundamenta problemas distintos e pesquisas históricas diversas, o autor de *Cadernos do Cárcere* reconhece tratar-se de “erro metódico” a ser evitado o critério de definição de “intelectual” pela natureza de sua atividade (GRAMSCI, Q4, 49, p.475 apud LIGUORI e VOZA, 2017, p. 430). Ao privilegiar as funções de natureza organizativa e conectiva como critério de definição de “intelectual” em referências às classes sociais nas sociedades capitalistas, o pensador sardo termina assim por definir o “intelectual orgânico”.

“O fato central é justamente a função internacional ou cosmopolita dos seus intelectuais [aqui, Gramsci fala dos intelectuais italianos], que é causa e efeito do estado de

desagregação em que permanece a península desde a queda do Império Romano até 1870” (GRAMSCI, Q1, 49, 479 apud LIGUORI e VOZA, 2017, p.431). Articulando assim passado e presente, Gramsci reconhece na Itália de sua época a presença histórica de intelectuais do passado ao lado da emergência histórica de nova categoria de intelectuais. Estes definem a categoria “intelectual orgânico”; aqueles, a categoria “intelectual tradicional”. A ideia de “espírito de corpo” permite ao autor de *Cadernos dos Cárcere* compreender porque os intelectuais tradicionais se viam e eram vistos na sociedade como grupo social independente – ainda que relativamente – do grupo social dominante.

Tomando a sociedade burguesa em seu conjunto, Gramsci considera que traço marcante na formação social capitalista é sua divisão social e técnica no processo de trabalho. É ela que acarreta inúmeras exigências no tocante à administração e à organização da vida social. É ela que responde pela criação da sociedade de forma mais burocratizada e controlada. No entanto, Gramsci alerta para o fato de que os intelectuais não devem ser concebidos com base em relações diretas e imediatas com o sistema de produção. Afinal, tais relações são mediadas tanto pela sociedade civil quanto pelo Estado. Assim, o intelectual orgânico é definido segundo funções específicas, histórica e materialmente determinadas, e referidas à questão das relações de poder na sociedade capitalista.

Segundo Gramsci, os intelectuais tendem a ser ampliados e constituídos por membros oriundos de diversas modalidades de formação profissional e de diferentes classes sociais. Eles são economistas, administradores, gestores públicos, cientistas, pequenos burocratas, engenheiros, advogados, professores, assistentes sociais. Eles podem ser de origem burguesa, camponesa, pequeno burguesa, proletária. No plano político, a função do intelectual se consubstancia, geralmente, na manutenção e aprofundamento da hegemonia da classe social que domina através da combinação de interesses com consenso e coerção. Assim, os grupos de intelectuais interferem, com base em suas diversas origens sócio-profissionais, na produção e na formação do consenso social, inclusive na conscientização dos “subalternos”. No entanto, considerando a análise que Gramsci faz do ensino da filosofia, o papel de conscientização do intelectual não é de natureza determinante ou causal na “elaboração da consciência crítica” do oprimido ou subalterno. Para ele, o ensino da filosofia não deve ser orientado “a informar historicamente o aluno sobre o desenvolvimento da filosofia passada, mas a formá-lo culturalmente, para ajudá-lo a elaborar criticamente o próprio pensamento e assim participar de uma comunidade ideológica e cultural” (GRAMSCI, CC, 1, p.119).

Na literatura marxista, o pensamento de Gramsci se notabiliza por se esquivar do determinismo econômico e desponta, desta forma, como uma das principais referências para a

compreensão do processo de educação e conscientização dos subalternos orientado para a ação política de transformação, do homem e do mundo.

Por um lado, a política configura-se como elemento vital na formação e conscientização do homem. Concebido “como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais, com os quais o indivíduo está em relação ativa”, o homem é definido por Gramsci como sendo ser político.

Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo. (...) Por isso, é possível dizer que o homem é essencialmente ‘político’, já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os outros homens realiza a sua ‘humanidade’, a sua ‘natureza humana’ (GRAMSCI, CC, 1, p.406).

Por outro lado, a atividade que transforma e dirige conscientemente o homem como ser político depende tanto da definição do “mundo exterior” a ser transformado quanto do modo pelo qual a transformação deste mundo será realizada. “Partir do ‘senso comum’, em primeiro lugar, da religião, em segundo, e, só numa terceira etapa, dos sistemas filosóficos elaborados [pelos] grupos intelectuais tradicionais” (GRAMSCI, CC, 1, p.119). Esta é a metodologia que, como “consciência crítica”, define uma das fases do processo de conscientização, o “inventário” (GRAMSCI, CC, 1, p.93). Ele está referido ao “conhecimento” adquirido de forma acrítica e supõe que o homem precisa conhecer-se a si próprio (GRAMSCI, CC, 1, p. 94). Porém, “a compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real” (GRAMSCI, CC, 1, p.103).

Assim, como o questionamento da realidade decorre da emergência do “novo indivíduo” constituído na consciência crítica e por ela, a passagem da “necessidade” à “liberdade” não se faz sem “a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, CC, 1, p.314). O autor de *Cadernos do Cárcere* denominou esta fase no processo de conscientização de “catarse”. É por meio dela que a consciência é elevada à “forma ético-política”, isto é, indo da necessidade à liberdade.

Para Gramsci, não se pode perder de vista que a natureza humana pode ser utilizada como ponto de partida e motivação para o desenvolvimento de processo de conscientização “desalienante”: reforma moral e cultural da sociedade.

É neste ponto que o conceito do homem deve ser reformado. Ou seja, deve-se conceber o homem como uma série de relações ativas

(um processo), no qual se a individualidade tem a máxima importância, não é, todavia, o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. Mas o segundo e o terceiro elementos não são simples quanto poderia parecer. O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos. Desta forma, o homem não entra em relações com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica. E mais: estas relações não são mecânicas. São ativas e conscientes, ou seja, correspondem a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenha o homem individual. Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, modifica-se, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o centro estruturante. Neste sentido, o verdadeiro filósofo é — e não pode deixar de ser — nada mais do que o político, isto é, o homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto das relações de que todo indivíduo faz parte (GRAMSCI, CC, 1, p. 413).

A partir da perspectiva gramsciana, a conscientização é vista como imprescindível para que o “subalterno”, o “oprimido” possa mudar sua situação de explorado. Assim, a articulação entre a educação e o político é evidente. O trabalho de educação permite que o sujeito construa o caminho a partir do senso comum na direção da visão crítica da realidade.

Se a própria individualidade é o conjunto destas relações, construir uma personalidade significa adquirir consciência destas relações; modificar a própria personalidade significa modificar o conjunto destas relações. Mas estas relações, como vimos, não são simples. Enquanto algumas delas são necessárias, outras são voluntárias. Além disso, ter consciência mais ou menos profunda delas (isto é, conhecer mais ou menos o modo pelo qual elas podem ser modificadas) já as modifica. As próprias relações necessárias, na medida em que são conhecidas em sua necessidade, mudam de aspecto e de importância. Neste sentido, o conhecimento é poder. Mas o problema é complexo também por um outro aspecto: não é suficiente conhecer o conjunto das relações enquanto existem em um dado momento como um dado sistema, mas importa conhecê-los geneticamente, em seu movimento de formação, já que todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história destas relações, isto é, o resumo de todo o passado (GRAMSCI, CC, 1, p. 413-414).

Esta relação que articula passado e presente quanto às relações sociais revela o problema da diversidade e da contrariedade destas relações e, conseqüentemente, o problema da existência de consciências diversas e contraditórias. Daí o problema da produção da síntese como processo de unificação progressivo e o da “consciência histórica autônoma [dos subalternos]” (GRAMSCI, CC, 4, p. 52). O autor de *Cadernos do Cárcere* reconhece que os

subalternos possuem duas consciências: “uma explícita” e “uma implícita” (GRAMSCI, CC 1, p.93). A primeira corresponde ao grupo dominante que influencia os subalternos quanto a seu comportamento; a segunda, ao pensamento dos subalternos que é capaz de agregar seus simpatizantes com o objetivo de mudar efetivamente a realidade.

Nessa contenda que se trava na cultura e ideologia a direção da ação coletiva é capitaneada pelo intelectual que ganha papel de destaque nas formulações gramsciana.

“Na acepção gramsciana, eles devem educar ética e politicamente os grupos aos quais se vinculam organicamente, adequando as suas consciências, os seus valores e os seus comportamentos à situação concreta da formação econômica e social, tendo em vista os interesses e as necessidades de classe.” (MARTINS, 2008, p. 296).

Para o autor de *Marx, Gramsci e o conhecimento. Ruptura ou continuidade?* Gramsci deixa claro que

a educação ganha um duplo papel ético-político. De um lado, ela é utilizada para manter a situação vigente, forjando nas massas o consenso em relação à visão do mundo da classe dominante e dirigente e adequando o comportamento dos subalternos às necessidades do grupo no poder. De outro, a educação pode também ser utilizada para disputar o poder, criando as condições subjetivas para romper com a hegemonia em vigor e, assim, possibilitar a construção de uma nova civilização. (MARTINS, 2008, p. 296).

Ao partir da assertiva gramsciana que para o intelectual é necessário utilizar os meios socioculturais disponíveis e ocupar espaços societários onde a vida se desenvolve seria então:

Indispensável o cumprimento de duas tarefas pedagógicas, quais sejam: primeiramente, socializar as verdades, disseminar os conhecimentos, propagar as informações que já estão à disposição da sociedade, com o objetivo de elevar a mentalidade do homem-massa, isto é, reeduca-lo, sobretudo tendo como norte os preceitos da teoria revolucionária, ou seja, o materialismo histórico e dialético [...] segundo, integrar esses homens-massa como sujeitos no processo de produção de novos conhecimentos, sobretudo no produção de uma nova visão de mundo, isto é, torna-los educadores de si mesmos e dos grupos sociais à sua volta, pois produzindo uma visão de mundo que lhes seja própria eles terão a capacidade de aglutinar em um mesmo grupo societário os indivíduos das classes subalternas, unificação indispensável ao sucesso da reforma moral e intelectual.” (MARTINS, 2008, p. 305).

Desta forma, o intelectual orgânico desempenha relevante papel social, cujas funções teórico-científicas, diretivas, organizativas e educativas, quando vinculadas organicamente a um dos aparelhos privados de hegemonia, possibilitam a uma classe organizar-se e constituir-se em diferentes níveis na luta por seus interesses em planos variados. Assim, para Gramsci, o processo de conscientização abre espaço para que grupos sociais que não detêm o controle do Estado possam interferir e modificar aspectos do mesmo sem integrarem a sua estrutura. Seria

assim possível produzir novos modos de pensar e atuar, criar novas demandas e garantir o cumprimento de reivindicações, produzir novas normas jurídicas, enfim, realizar novas disputas para além do campo tradicional da sociedade política.

2.2 A contribuição de Paulo Freire

2.2.1 O Educador de Paulo Freire e o Processo de Conscientização

“A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí. E tem que ter nos próprios oprimidos, que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos” (FREIRE, 1970, p.40). Com base nesta pedagogia humanista e libertadora, o Método de Educação Paulo Freire – de natureza dialética e crítica – busca propiciar alfabetização de forma rápida e consciente de jovens e adultos em contraponto aos métodos que não empregam as experiências dos educandos. Ativo e dialógico, o método de Paulo Freire tem por fundamento a politização e a educação do educando-oprimido.

Este método possibilitou a alfabetização de 300 trabalhadores e trabalhadoras no sertão norte rio-grandense em apenas 40 horas, no ano de 1964. Para além de terem aprendido a ler e a escrever, estes trabalhadores e trabalhadoras conheceram a Constituição do Brasil e seus direitos, aprenderam a diferença entre “povo” e “massa”, “cultura” e “natureza”, “voto consciente” e “voto com nome ferrado”. Daí a natureza revolucionária do método de educação e da pedagogia do oprimido de Paulo Freire.

Para o pedagogo revolucionário, seria equivocado imaginar que o processo de conscientização não passaria de etapa preliminar do processo de aprendizado. Assim, a alfabetização não sucederia à conscientização nem a conscientização sucederia à alfabetização. Afinal, Freire considera que o processo de educação como processo de conscientização supõe que o processo de aprendizado já traduza tomada de consciência do real pelo educando. A consciência que adquire o homem da realidade concreta em que ele se encontra - como momento de superação da “ingenuidade” e “da sensibilidade” de sua situação de classe e de afirmação de sua consciência de classe - constitui o processo de aprendizado deste homem como condição do processo de educação conduzido pelo educador.

Desde logo, afastávamos qualquer hipótese de uma alfabetização puramente mecânica. Desde logo, pensávamos a alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de consciência, na emersão que fizera no processo de nossa realidade. Num trabalho com que tentássemos a promoção da ingenuidade em criticidade, ao mesmo tempo em que alfabetizássemos (FREIRE, 2005, p. 136).

O reconhecimento que faz Freire da simultaneidade da formação da consciência crítica do educando e do processo de educação pelo educador se fundamenta na rejeição da explicação da relação que articula “educação pelo educador” e “conscientização do educando” de acordo com a perspectiva mecanicista ou finalista, instrumental ou causal. Ele é afirmado com base na compreensão de que esta relação é de natureza dialética e crítica. Considerando que a conscientização do educando como afirmação de consciência de classe se faz através da articulação simultânea entre a realidade e experiência do aprendizado pelo educador e do educando no mundo e que ela constitui condição fundamental para a mudança revolucionária deste mundo, o autor de *Pedagogia da Tolerância* afirma que “a educação é um ato político (...) [e que] o educador é um político” (FREIRE, 2004, p.34). Como político, o educador deixa de ser considerado apenas como técnico que se serve de técnicos e da ciência. Por outro lado, a relação dialética e crítica entre “educação”, “consciência” e “aprendizado” deixa claro que o papel de conscientizar dos educadores não significa “ideologizar” ou propor aos educandos – oprimidos no mundo – “palavras de ordem” como se eles fossem uma tábua rasa na qual seriam inscritas doutrinas diversas. Afinal, a conscientização que abre caminhos para a expressão das insatisfações sociais – componentes reais da realidade da opressão – e para a mudança revolucionária do mundo dos educandos resulta da *colaboração* – e não da determinação causal ou funcional – com tipo muito particular de educação.

O que teríamos de fazer, numa sociedade em transição como a nossa, inserida no processo de democratização fundamental, com o povo em grande parte emergindo, era tentar uma educação que fosse capaz de colaborar com ele na indispensável organização reflexiva de seu pensamento. Educação que pusesse à disposição meios com os quais fosse capaz de superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade, por uma predominantemente crítica (FREIRE, 2005, p.139).

Dito de outra forma, para Freire, o processo de educação só existe como processo de conscientização na hipótese em que ele está comprometido com o homem concreto e na medida em que ele prepara este homem para a crítica das alternativas apresentadas pelas elites e lhe possibilita a escolha do melhor caminho a seguir.

Daí, à medida que um método ativo ajude o homem a se conscientizar em torno de sua problemática, em torno de sua condição de pessoa, por isso de sujeito, [ele] se instrumentalizará para as suas opções. Aí, então, ele mesmo se politizará. Quando um ex-analfabeto de Angicos, discursando diante do presidente Goulart, que sempre nos apoiou com entusiasmo, e de sua comitiva, declarou que já não era *massa*, mas *povo*, [ele] disse mais do

que uma frase: afirmou-se conscientemente numa opção. Escolheu a participação decisória, que só o povo tem, e renunciou à demissão emocional das massas. Politizou-se (FREIRE, 2005, p. 157).

Articulando dialética e criticamente “processos” e “produtos”, “sínteses” e “mediações” entre “educandos” e “educadores”, a conscientização do educando-oprimido revela o papel de “colaborador” da educação e do educador no processo de conscientização enquanto processo de politização do educando. Afinal, a tomada de consciência e de decisão para a ação é momento no processo de conscientização e politização realizado pelo educando. A problemática que suscita a conscientização é a sua. A condição de pessoa no mundo é a sua. O discurso como forma de afirmação de sua subjetividade crítica é o seu. A decisão de participar de ato político é a sua. Em suma, de acordo com Freire, o educando não é politizado pelo educador. Ele simplesmente se politiza. Ele não é constituído como ser político pelo educador. Ele se constitui como sujeito político com a ajuda e colaboração do educador para agir politicamente. Assim, para o autor de *Pedagogia da Tolerância*, a conscientização é sempre ato político do oprimido que se educa para libertar-se da situação de opressão em que ele vive. Neste sentido, ela é sempre “um ato de conhecimento e um método de ação transformadora da realidade através do qual as massas populares são desafiadas a exercer uma reflexão crítica sobre sua própria forma de estarem sendo” (FREIRE, 2004, p. 121-122). Se, em *Educação e Mudança* (1979), Paulo Freire afirmou a hipótese do educador como agente da transformação social, ele assim procedeu de modo a combater a visão tradicional e pessimista da sociologia que identifica na educação processo de reprodução mecânica da sociedade.

Para Freire, a colaboração da educação no processo de conscientização do educando consiste na possibilidade de “produção política” pelo educador de categorias práticas capazes de superar no processo de educação o efeito inibidor e ideológico de conceitos abstratos “com certa força mágica, como se, [por exemplo], quando a palavra cidadania fosse pronunciada, automaticamente todos a ganhassem” (FREIRE, 2004, p. 127). Como conceito abstrato e genérico, a cidadania não é uma produção política. Para tanto, “o educador tem de partir da compreensão crítica de sua própria experiência e a do educando. Sem o conhecimento da experiência do educando, o educador falha” (FREIRE, 2004, p. 129), e a democracia não se realiza no mundo. Além disto, a experiência em questão está referida à classe social a que pertencem educador e educando.

“Houve quem pensasse que, por defender o diálogo, eu negasse o conflito. O conflito está aí e é fundamental no processo de desenvolvimento, no processo histórico” (FREIRE,

2004, p.187). Como pedagogo da tolerância, Freire é também o educador da revolução. “Falo da tolerância como virtude da convivência humana. (...) de sua significação ética – a qualidade de conviver com o *diferente*. Com o diferente, não com o *inferior*” (FREIRE, 2004, p.24, grifo original) Assim, a “tolerância virtuosa” não se confunde com a compreensão alienada e alienante da tolerância como condescendência ou indulgência absoluta entre os homens. Para o autor de *Pedagogia da Tolerância*, a “tolerância genuína”, ou a “tolerância legítima”, que demanda o respeito do outro em sua diferença, não exclui a luta. A luta constitui e forma o sujeito; ela é pedagógica, reconhece Freire. E, como processo histórico, ela exige que o sujeito da luta invente sempre novas maneiras de lutar.

3 PRÁTICA E TEORIA EM RELAÇÃO

3.1 Construção e utilização do instrumento de análise: o processo de conscientização na ocupação Chiquinha Gonzaga

No campo da produção e circulação das ideias e conhecimentos, ponto de convergência entre Gramsci e Freire pode ser definido quanto à compreensão que eles possuíam da atuação alienante dos intelectuais e dos educadores tradicionais em suas sociedades. Para o filósofo brasileiro, a educação tradicional ignora as experiências e vivências de educandos e educadores no mundo social concreto. Para o filósofo italiano, o intelectual tradicional se considera e é considerado como grupo social independente do grupo social dominante real. Do ponto de vista tradicional, a educação é pensada como processo de reprodução mecânica da sociedade, e o intelectual se considera e age como “espírito de corpo” autônomo em relação ao mundo. As categorias “educação tradicional” e “intelectual tradicional” permitem identificar através dos relatos referentes à preparação da Ocupação Chiquinha Gonzaga o caráter conservador da visão que orienta a prática do processo de conscientização dos ocupantes quanto à distinção mecânica que consagra a oposição entre um “nós” e um “eles”. Para além da classificação dos ocupantes em “capazes” e “incapazes” quanto ao “planejamento” e à “teorização” da própria Ocupação, distinção revelada por Orlando Costa, importa o reconhecimento de que “ato político” e “método ativo” – práticas políticas pensadas respectivamente por Gramsci e Freire – são produzidas apenas pelo “nós”, com a exclusão do “eles”.

Por outro lado, a história da Ocupação Chiquinha Gonzaga permite identificar nos conflitos e contradições sociais o fundamento e o objetivo do “método de trabalho” pensado e adotado pelos organizadores da Ocupação. Aqui a tradição é superada pela modernidade. “O intelectual moderno que sucedeu ao escolástico não pretende reconciliar ou ignorar as visões na ordem de coisas ao seu redor, mas procurar identificar as tensões e participar das polaridades de sua sociedade” (MANNHEIM, 1974, p.92). Esta é a definição do “intelectual moderno” de Karl Mannheim. Opondo-se ao monopólio intelectual e pedagógico da Igreja, o intelectual moderno de Mannheim parece ser tão crítico da tradição quanto o são o intelectual de Gramsci e o educador de Freire. Afinal, ele se afasta do intelectual escolástico quanto às tarefas tradicionais não o caracterizam o intelectual moderno. Todavia, o intelectual gramsciano e o educador freiriano realizam funções de organização e de conexão que não se confundem com as tarefas de identificação e participação das tensões na sociedade que

caracterizam o intelectual de Mannheim. Eles se caracterizam por participar do processo de constituição crítica do homem como sujeito crítico de conhecimentos e ideias recebidos de forma acrítica – isto é, por realizar o que Gramsci chamou de “inventário” – como condição e objetivo de decidir e agir de forma política, produzindo mudanças no mundo e transformações em sua condição de homem no mundo. Como espaços e momentos do processo de conscientização conduzido pelos fundadores da Chiquinha Gonzaga, as reuniões públicas revelam a distinção dos ocupantes potenciais e futuros entre “sujeitos coletivos” e “sujeitos individuais” segundo possuam ou não, por exemplo, experiências e vivências quanto a ocupações e remoções anteriores. Com fundamento na história de vida dos participantes das reuniões, a distinção entre os sujeitos permite pensar a distinção entre os níveis ou momentos da consciência dos sujeitos e assim reconhecer a superação do “senso comum” pelos “sujeitos coletivos”. Não obstante o conhecimento da diferenciação interna da categoria “eles” (sujeitos coletivos e sujeitos individuais) por parte dos organizadores, os relatos de Orlando Costa revelaram que a preocupação deles em transmitir a consciência do “nós” através do método da tradução da linguagem produziu ruptura com a consciência dos sujeitos coletivos e se afastou do que Gramsci denominou de “consciência crítica” e do que Freire chamou de “educação crítica”. A afirmação de atitudes mecanicistas e a negação da dialeticidade revelam a presença de elementos da “tradição” na história de resistência e contestação da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

“Como atingir e levar a cabo decisões incondicionais em face de uma existência condicionada?” (MANNHEIM, 1974, p.70). A resposta a esta pergunta permite ao autor de *Ideologia e Utopia* definir a “identidade missionária” do intelectual moderno como sendo o “estrato médio *relativamente desvinculado* que se encontra aberto ao ingresso constante de indivíduos das mais diversas classes e grupos sociais, com todos os pontos de vista possíveis” (MANNHEIM, 1986, p.186, grifo nosso). Para Mannheim, a produção de “síntese incessantemente nova e ampla” na vida pública constitui a missão do intelectual moderno, e a condição para que ele realize sua missão é que ele seja “relativamente independente”. Não constituindo classe social determinada, o grupo social específico que é o novo intelectual é definido segundo a influência da concepção de “intelligentsia socialmente desvinculada” ou “intelligentsia livremente flutuante” de Alfred Weber (MANNHEIM, 1956, p.143). Para o autor de *Sociologia da Cultura*, “um exame mais próximo da base social destes estratos mostrará que são menos claramente identificados no processo econômico” (MANNHEIM, 1974, p.76). Como organizador com “a missão” de “conscientizar” os “sujeitos individuais” antes e depois da Ocupação, Orlando Costa possuía moradia formal e trabalho formal. Ele

poderia, então, ser considerado como “relativamente independente” em relação à própria Ocupação. Mesmo que não traduza a imagem e a condição reais de todos os organizadores, Orlando Costa, ao se pensar como um “nós”, ele se pensa e pensa os demais organizadores como possuindo um estatuto especial, o da consciência crítica, que define espécie de identidade e missão para o “nós” que eles pretendem personificar e que lembra a ideia gramsciana de “espírito de corpo”. No entanto, o nível do engajamento do “nós” – e de Orlando Costa – nos diversos momentos da história da Ocupação Chiquinha Gonzaga questiona o caráter precário e temporário do intelectual “livremente flutuante” ou “relativamente independente” de Mannheim.

A “identidade missionária” do intelectual moderno de Mannheim não interpela a “identidade” do intelectual de Gramsci e a do educador de Freire. A ideia de “intelectual relativamente desvinculado” presente em *Ideologia e Utopia* não se compatibiliza com as figuras “absolutamente engajadas” do filósofo italiano e do educador brasileiro. A crítica de Gramsci à articulação entre intelectual e sistema produção é diferente da de Mannheim. Para o autor de *Cadernos do Cárcere*, o caráter problemático desta articulação consiste em concebê-la de modo direto e mecânico, independente das mediações feitas pela sociedade civil e pela sociedade política. O distanciamento – relativo – e o engajamento – absoluto – dos intelectuais podem ser compreendidos segundo a perspectiva histórica e o enquadramento sociológico de Gramsci e Freire e de suas obras. Esta afirmação é igualmente válida quanto à história e às “obras” dos organizadores da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Os relatos de Orlando Costa permitem compreender o engajamento dos organizadores na chave de múltiplas mediações, das quais fazem parte os movimentos sociais de contestação às formas de violência praticadas pelo Estado. Por um lado, o esquema classificatório em questão possui a vantagem de problematizar a postura epistemológica dos referidos “filósofos” segundo visões de ruptura ou conexão em relação à realidade concreta, histórica e social. Por outro lado, o caráter problemático da disjuntiva distanciamento-engajamento reside no “sentido absoluto” que elas atribuem ao comportamento e ao pensamento de afastamento ou de distanciamento das pessoas. “Normalmente, o comportamento dos adultos se situa dentro de uma escala que oscila entre estes dois extremos” (ELIAS, 1990, p.11, Tradução livre). Como que tendo cumprido sua “missão”, Orlando Costa deixa a Ocupação três anos depois de sua fundação.

Para o autor de *Compromisso y Distanciamiento*, apenas as “crianças pequenas” e os “adultos dementes” poderiam comprometer-se e abandonar-se de forma absoluta às suas atitudes e experiências e apenas entre estes últimos é possível identificar um “distanciamento

absoluto”. “Em geral, o que observamos são pessoas e suas manifestações – isto é, formas de falar, pensar e outras atividades –, algumas das quais revelam um maior distanciamento, outras um maior compromisso” (ELIAS, 1990, p.12, Tradução livre). De acordo com Elias em seus ensaios de sociologia do conhecimento, o caráter problemático do “contínuo” reside na questão de saber acerca da possibilidade de definir critérios capazes de determinar com precisão os diversos graus de compromisso e distanciamento. Aqui, então, a questão consiste em saber se a “qualidade” que define o organizador da Ocupação pelo método que opera com a disjuntiva nós-eles constitui critério possível para definir o “grau” de compromisso de Orlando Costa e de seus pares na história da Chiquinha Gonzaga.

No entanto, afirmar a realidade geral do “contínuo” como condição de validação geral das categorias “compromisso” e “distanciamento” no âmbito de uma disciplina científica – a sociologia geral – implica proceder de forma abstrata e abstraída quanto a contextos históricos e sociais histórica e materialmente determinados. O intelectual de Gramsci e o educador de Freire são críticos e revolucionários em relação aos métodos tradicionais de produção e circulação de ideias e conhecimentos no contexto do desenvolvimento histórico de seus mundos, com a produção de riqueza e miséria, liberdade e prisão, libertação e opressão a um só tempo. Freire reconhece que a produção de categorias práticas para enfrentar os efeitos inibidores e ideológicos das categorias abstratas dos métodos tradicionais constitui condição da compreensão crítica da realidade tanto do educando como do educador, sem o que nenhuma revolução poderá ser feita. Para Lukács, “o que separa o filósofo importante [assim como o intelectual de Gramsci e o educador de Freire] do eclético inteligente é a irrelevância histórica da síntese puramente acadêmica do segundo, quando comparada à máxima importância prática do primeiro” (apud MÉSZÁROS, 2013, p.35). Os relatos de Orlando Costa não descrevem nem fazem referências às categorias práticas produzidas por “setores” dos “dirigidos” (“eles”) – tal como o “núcleo originário” – como condição de enfrentamento da metodologia adotada pelos organizadores nas reuniões públicas. Eles apenas revelam a “surpresa” quanto à diferença entre o número de pessoas que define o “eles” nas reuniões e o número de pessoas presentes no dia da Ocupação.

Na modernidade, a emergência da sociologia como “saber total e universal” define a missão única do intelectual de Mannheim como sendo a de produzir “a síntese” das múltiplas, diversas e legítimas formas de pensar de grupos sociais que se confrontam na vida pública. O problema desta definição de intelectual – se comparada com a de Gramsci e a de Freire – consiste em não reconhecer a possibilidade de elementos da antítese serem incorporados à síntese como totalidade social cognitiva. Referidos a insatisfações sociais de realidade

históricas caracterizadas por contradições cultural e politicamente naturalizadas, os elementos da antítese em questão constituem o “objeto real” da crítica do intelectual de Gramsci e do educador de Freire. Por outro lado, o problema da síntese é também o problema da totalidade, se esta é pensada sem mediação. O problema da síntese que consagra elementos da antítese e o problema da totalidade sem mediação aparecem nos relatos de Orlando Costa como referência às discussões sobre o papel das “assembleias” – se “educar” ou “punir” – na fase histórica da consolidação da Ocupação da Chiquinha Gonzaga, considerada “a mãe das ocupações”. As discussões trazem a polêmica acerca da reprodução da estrutura social punitiva e excludente por um movimento de protesto que se constitui como movimento de resistência a esta mesma estrutura e revelam a coexistência conflituosa entre o interesse particular e a lógica do lucro individual e o interesse coletivo e a lógica da Ocupação.

No entanto, ‘totalidade social’ sem ‘mediação’ é como ‘liberdade sem igualdade’: um postulado abstrato – e vazio. A ‘totalidade social’ existe por nessas mediações multiformes, por meio das quais os complexos específicos – isto é, as ‘totalidades parciais’ – se ligam uns aos outros em um complexo dinâmico geral que se altera e modifica o tempo todo (MÉSZÁROS, 2013, p. 58).

Esta passagem do autor de *O Conceito de Dialética* permite pensar a medida em que a “síntese nova” em Freire não constitui “um postulado abstrato”. Ao definir a tomada de consciência do real pelo educando e pelo educador como condição do próprio processo de conscientização e de aprendizado voltado para ação política de transformação do homem e do mundo, o método dialético e crítico de Freire supõe a “produção de categorias concretas”. Os relatos de Orlando Costa não fazem alusão a estas categorias, nem tampouco às insatisfações reais enquanto componentes da realidade. No entanto, o modo como são “apresentadas” e “descritas” as relações entre organizadores, ocupantes e núcleo original – sem a prática da “colaboração” – justifica questionar não apenas a natureza dialética, mas também os resultados do “processo de conscientização” quanto à transformação das referidas personagens.

Do ponto de vista da dialética em Lukács, a questão é saber se a “síntese nova” em Freire traduz “a unidade entre continuidade e descontinuidade” (apud MÉSZÁROS, 2013, p.33) e se a originalidade, ou a mudança qualitativa, no pensamento com as categorias práticas se constitui em oposição à “ruptura radical”. “Esta [a mudança qualitativa] pode caracterizar a totalidade do desenvolvimento do sujeito, enquanto aquela [a ruptura radical] está confinada a certos aspectos desse desenvolvimento, por mais importantes que sejam em alguns pontos – por exemplo, sociologicamente” (apud MÉSZÁROS, 2013, p.34). O autor de

História e Consciência de Classe define o problema da totalidade nos seguintes termos: “A totalidade só pode ser determinada se o sujeito que a determina é ele mesmo uma totalidade” (LUKÁCS, 2003, p.107). Este é igualmente o problema na caracterização do intelectual de Gramsci e do educador de Freire. Este é igualmente o problema revelado nos relatos de Orlando Costa. Neles, os organizadores figuram como pensando e agindo de forma mecânica quando atuam como “educadores” ou “intelectuais” tradicionais.

O concreto é concreto porque ele é a síntese de múltiplas determinações, donde unidade na diversidade. É daí porque ele aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora ele seja o verdadeiro ponto de partida e, por conseguinte, igualmente, o ponto da visão imediata e da representação (MARX, 1982, p.10).

Para o autor de *Introdução à crítica da economia política*, este é o método correto para pensar, para produzir a síntese, para pensar o concreto. O problema para Freire consiste em saber se suas “categorias práticas” – com a função crítica da tradição e ao mesmo tempo com a função política de mudança do homem e do mundo – constituem “unidade na diversidade” como “ser” no pensamento e como “dever ser” no mundo. O problema levantado por Freire talvez possa ajudar a compreender a surpresa dos organizadores da Chiquinha Gonzaga quanto à ausência da “massa” no momento inaugural da Ocupação e à necessidade de realização de assembleias permanentes e contínuas como condição de consolidação e preservação da Ocupação.

Em *Diagnóstico de Nosso Tempo*, interessado pelo desenvolvimento do método capaz de promover a democracia quando referida a “grandes massas”, Mannheim propõe “estratégia educacional” segundo a distinção entre “pessoas simples” e “pessoas cultas”, distinção essa presente no “sistema planejado da Igreja Católica” (MANNHEIM, 1961, p.27-8). Para Gramsci, o processo de conscientização pelo intelectual supõe processo de “desalienação” através do “inventário”, e não processo de reprodução de esquemas dos intelectuais tradicionais, que impedem conhecer o papel do conhecimento e da cultura na hegemonia de classe. Para Freire, o processo de conscientização pelo educador não se faz sem o processos de conscientização tanto do educando quanto do educador. Nos dois filósofos, as etapas do processo de conscientização não correspondem à oposição simples entre “educadores” e “educandos”, e sim à concepção dialética que aproxima e identifica “educadores” e “educandos” quanto a interesses e objetivos específicos. Neste sentido, com sua distinção mecânica entre “nós” e “eles”, Orlando Costa revela modo de pensar e realizar o processo de conscientização sem dialeticidade. Sem eliminar as “tensões” existentes no mundo, a dialética

como reciprocidade em Gramsci e como simultaneidade em Freire permite pensar o processo de conscientização segundo a concepção de Lukács quanto ao processo de autoconhecimento do homem como “peregrinação do indivíduo problemático rumo a si mesmo”:

O processo (...) é a peregrinação do indivíduo problemático rumo a si mesmo, o caminho desde o opaco cativo na realidade simplesmente existente, em si heterogênea e vazia de sentido para o indivíduo, rumo ao claro autoconhecimento. Depois da conquista desse autoconhecimento, o ideal encontrado irradia-se como sentido vital na imanência da vida, mas a discrepância entre ser e dever-ser não é superada (...) (LUKÁCS, 2000, p. 25).

O problema da superação da disjuntiva ser/dever-ser em Lukács lembra o mesmo problema da discrepância em Freire quanto à produção e ao uso de suas categorias práticas. Com sua antidialeticidade através da relação de ruptura entre “nós” e “eles”, Orlando Costa – e talvez mesmo os demais organizadores como ele – não revelou condições de pensar o homem quanto a seu autoconhecimento.

Mannheim concebe os problemas sociais tais como “o desemprego, a desnutrição ou a carência educacional” como sendo meros “obstáculos ambientais”. Ele pensa a eliminação destes obstáculos através dos “métodos de investigação empírica que em tantos outros campos indicaram soluções para a deterioração institucional” (LUKÁCS apud MÉSZÁROS, 2013, p.34). Em suma, Mannheim – diferentemente de Gramsci e de Freire – concebe os problemas sociais de forma independente – ainda que relativamente – do sistema econômico de produção que é o capitalismo. Neste sentido, ele se afasta da concepção de intelectual como “homem significativo”, tal como concebido por Lukács. “Contudo, independente dos limites de adaptabilidade do filósofo individual, o fato é que ele [assim como Gramsci e Freire] não aprende nos livros as questões importantes de sua época, mas as vive, isto é, se for um homem significativo” (LUKÁCS apud MÉSZÁROS, 2013, p.34). Neste sentido, como acadêmico, pesquisador ou cientista que não apreende “as questões importantes de sua época” senão através dos “livros”, Mannheim se constitui e constitui o “intelectual” como não sendo “homem significativo”, e sim como “homem formal”. A preocupação de Orlando Costa – e certamente dos demais organizadores – em relacionar movimentos sociais de ocupação urbana e o desenvolvimento do sistema capitalista como condição de explicar a formação da Ocupação Chiquinha Gonzaga mostra que ele é também “um homem significativo”.

István Mészáros define a tendência que gera o formalismo como sendo “a necessidade de extinguir os conflitos no plano da teoria, deixando seus elementos materiais intocados no mundo prático (...) [com a conseqüente negação da] racionalidade dos conflitos de valor (MÉSZÁROS, 2009, p. 43). Para o autor de *Estrutura Social e Formas de Consciência*, os

conflitos e antagonismos são assim declarados como sendo “ontologicamente insuperáveis, tornando-os assim estranhamente ‘não existentes’ do ponto de vista das estratégias factíveis na prática para atacar as raízes do conflito historicamente determinado” (MÉSZÁROS, 2009, p. 43-44). O problema em Mannheim – que definiu o intelectual moderno (laico e público) como sendo aquele que rompeu e usurpou o monopólio sacerdotal da interpretação pública do mundo – consiste precisamente no fato de que seu modo de pensar os problemas no mundo implica soluções por métodos científicos em disciplinas cujos problemas são definidos de forma independente das “raízes do conflito historicamente [e materialmente] determinado”. A forma como Mannheim pensa problemas e soluções corresponde à sua preocupação com o desenvolvimento e consolidação da Sociologia do Conhecimento como disciplina científica. Por outro lado, é com base em condições histórico-sociais singulares na história da humanidade – a ascensão das classes médias e a mentalidade e a cultura democráticas no início dos tempos modernos – que Mannheim define o intelectual moderno como “homem formal”. Como “homem formal”, Orlando Costa se distingue do intelectual de Mannheim e do formalismo definido por Mézáros. Porém, como “educador”, ele é formal quanto ao modo como procede em relação a seus “educandos”, sem consciência crítica e sem dialeticidade, ainda que ele possa ser considerado como “homem significativo” ao relacionar o movimento de ocupação que ele organiza com o sistema capitalista que ele procura “traduzir e explicar” para aqueles que ele busca “conscientizar”.

Para Mézáros as determinações do capital afetam, não só as instituições formais de educação, mas “*cada âmbito particular com alguma influência na educação*” (Grifo no original) (MÉSZÁROS, 2015, p. 43, grifo no original). O autor de *A Educação para além do Capital observa* que as instituições formais de educação são parte importante de um sistema global de internalização, mas apenas uma parte, pois os indivíduos participam de um número limitado de tempo nessas instituições formais. Em outros termos, a “internalização” pelos indivíduos da legitimidade de posição que lhe é atribuída na “hierarquia social” não é construída somente através de uma educação formal, mas sim na reprodução dessa hierarquia “internalizada” na sociedade por outros meios de conformação. “*Apenas a mais consciente das ações coletivas* poderá livrá-los dessa grave e paralisante situação”. (Grifo no original) (MÉSZÁROS, 2015, p. 45). Dessa forma, contrariando essa concepção estreita de “educação e da vida intelectual” Gramsci há muito argumentou:

Não há nenhuma atividade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o *Homo faber* não pode ser separado do *Homo sapiens*. Além disso, fora do trabalho todo homem desenvolve alguma atividade intelectual; ele é, em outras palavras, um “filósofo”, um artista, um

homem com sensibilidade; ele partilha uma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, e portanto *contribui para manter ou mudar a concepção do mundo*, isto é, para estimular novas formas de pensamento. (GRAMSCI apud MÉSZÁROS, 2015, p. 49, grifo original).

Nessa toada, seria necessária uma atividade de “contrainternalização”, que não poderia se esgotar na negação. Mézáros resgata a mensagem de Renato Constantino, historiador filipino que apresentou o ensaio: *Neo-Colonial Identity and Counter-Consciousness* [A identidade neocolonial e a contraconsciência]. O autor filipino:

ciente do impacto escravizador da internalização da consciência colonial no seu país, Constantino tentou sempre dar ênfase à tarefa histórica de produzir um sistema de educação alternativo e duradouro, completamente à disposição do povo, muito além do âmbito educacional formal.

Desde seu início, a colonização espanhola operava mais através da religião do que pela força, afetando, portanto, profundamente, a consciência. [...] A modelagem de consciências no interesse do controle colonial seria repetida noutro plano pelos americanos, que após uma década de dura repressão operavam de modo similar através da consciência, usando dessa vez a educação e outras instituições culturais. (CONSTANTINO apud MESZÁROS, 2015, p. 56-57).

A constituição de uma “contraconsciência” teria que envolver diretamente a massa popular no que chamou de “empreendimento crítico”.

Em si, ela é algo em desenvolvimento, dependendo do aumento da conscientização. (...) Não é contemplativa, é ativa e dinâmica e abrange a situação objetiva, assim como a reação subjetiva das pessoas envolvidas. Não pode ser uma tarefa de um grupo selecionado, mesmo que esse grupo se veja motivado pelos melhores interesses do povo. Precisa da participação da ‘espinha dorsal da nação’. (CONSTANTINO apud MÉSZÁROS, 2015, p.57).

Tal abordagem educacional deveria ter como norte a “totalidade das práticas político-educacional-culturais” e uma “contraconsciência” constituída como alternativa à internalização dominada colonialmente. Desse modo, como se percebe, para Constantino o papel dos educadores, na acepção de Freire, ou do intelectual, pensado por Gramsci, são importantes na sociedade.

Em *A tolice da Inteligência Brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite*, o sociólogo Jessé Souza demonstra a importância dos intelectuais na cultura moderna, em que para que os privilégios injustos possam se reproduzir no tempo é necessário convencimento, ou seja, é preciso uma “violência simbólica”, não uma “violência física”, com o consentimento mudo dos excluídos de privilégios. Nessa perspectiva, o autor argumenta que,

“os privilegiados são donos dos jornais, das editoras, das universidades, das TVs e do que se decide nos tribunais e nos partidos políticos” (SOUZA, 2015, p. 10).

No primeiro capítulo do livro, intitulado “*A falsa ciência*”, o autor explica que os seres humanos recorrem a formas específicas de interpretar e compreender a vida. Essas interpretações foram obras de profetas religiosos no passado e, nos últimos duzentos anos, esse guiar, o dizer o mundo e como agir nele, tornaram-se obras de intelectuais seculares. Os intelectuais com maiores prestígio e influência no Ocidente foram Karl Marx, com a economia política, e o sociólogo alemão Max Weber. Deste último o ocidente moderno usou as suas categorias para se auto interpretar e legitimar. Assim, para Jessé Souza, não existe no mundo tema que seja discutido que não envolva a “palavra do especialista”, a ciência herda o prestígio que pertencia à religião no contexto pré-moderno.

Princípios e categorias universalistas e anti-aristocráticos, abstratos e genéricos, que orientavam o intelectual moderno tinham por objetivo garantir a comunicação num mundo – moderno e democrático – caracterizado pela presença de grupos sociais tão distintos quanto diversos no espaço público. “A necessidade de abstração e análise não é imposta pelas coisas; sua origem é social; (...) é mais provável que relações abstratas sejam descobertas em sociedades democráticas do que aristocráticas” (MANNHEIM, 1974, p.156). Neste contexto, “(...) fator que favorece a consciência de grupo é a moderna prática de educar uma pessoa numa atmosfera socialmente neutra cuja inexistência no tipo tradicional de educação inibia o surgimento de uma orientação grupal nova e independente” (MANNHEIM, 1974, p.76). Para o autor de *Sociologia da Cultura*, não sendo a ausência absoluta de interesses de classe, é a presença da educação na formação do indivíduo que constitui o critério sociológico mais importante para a investigação da formação do novo intelectual. Tanto em Gramsci quanto em Freire, o processo de conscientização – do indivíduo ou do grupo – é sempre processo de “educação” de pessoas numa “realidade” – e em relação a uma “realidade” – que não é nunca “neutra”, e sim histórica e materialmente determinadas. Como visto através dos relatos de Orlando Costa, o problema do formalismo do organizador não está tanto referido ao problema de comunicação com os “conscientizados”, e sim à ausência da consciência crítica do “conscientizador” que não se transforma no próprio processo de conscientização e que não percebe que não é a distinção entre “nós” e “eles” neste processo que constitui o “conscientizado” como sujeito político, de ação e de transformação.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve em sua gênese a história da Ocupação Chiquinha Gonzaga, ou o discurso que constitui a história desta Ocupação. Orlando Costa é o sujeito do discurso na história da Chiquinha Gonzaga. Com trabalho formal e moradia formal, ele morou três anos na Ocupação e desempenhou a função de “organizador” quanto aos momentos da formação e consolidação da Chiquinha Gonzaga.

A narrativa de Orlando Costa revela a existência de problemas reais (político-jurídicos, socioeconômicos) na história da Ocupação Chiquinha Gonzaga. No entanto, foi a linguagem da narrativa deste organizador que revelou problemas de outra ordem na história da Ocupação. A expressão mais significativa deste problema foi identificada com a afirmação da existência de um “método de trabalho” que tinha a função de “conscientizar” os ocupantes. Possuindo duas etapas distintas, porém complementares, este método foi adotado nos dois momentos históricos da Ocupação referidos por Orlando Costa: as “reuniões” que preparavam a “formação” da Ocupação e as “assembleias” que se destinavam à consolidação da Chiquinha Gonzaga.

O caráter problemático das etapas do método foi reconhecido através da linguagem que traduzia oposição mecânica entre os “organizadores” e os “ocupantes” enquanto expressão de relação formal que opunha “nós que sabemos” a “eles que não sabem”. A natureza antidialética desta linguagem foi considerada como a materialidade capaz de definir a história da Ocupação segundo situações específicas em momentos determinados na vida da Chiquinha Gonzaga: na formação, a ausência “massiva” das pessoas, e na consolidação, a presença “significativa” dos conflitos.

Descrito o problema deste trabalho nos termos de como foi percebida a articulação entre “conscientizador” e “conscientizado”, isto é, como relação capaz de explicar a produção do sujeito político como sujeito da transformação social, as categorias teórico-práticas “educador” e “intelectual” foram mobilizadas com o objetivo operacional de compreender o problema tal como ele foi construído em sua relação com elementos históricos de sua realidade, que apareceram na narrativa de Orlando Costa. O modo como o problema existe no pensamento de Freire e de Gramsci e o modo como ele foi articulado com categorias e problemas de outros pensadores (Mannheim, Lukács, Mészáros) não possuíram assim como objetivo a construção de instrumento de análise teórica voltado para o “enquadramento” da realidade histórica definida pelo discurso de um morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

Ao permitir pensar a existência de momentos, níveis e tipos de consciência como condição do pensamento sobre a produção do sujeito político e do ato político, o problema definido neste trabalho, com base na linguagem do discurso do “oprimido” que desempenha função “organizativa” do “movimento” capaz de produzir antagonismo às estruturas capitalistas e burguesas e engajamento de seus membros na luta cotidiana por reivindicações, supõe seu confronto com outros discursos de Orlando Costa e/ou de outros organizadores e moradores como condição de compreensão de outros sentidos e de conhecimento de outros fatos que fazem parte da história da Chiquinha Gonzaga. Daí a importância do conhecimento da dinâmica das reuniões e das assembleias conduzidas pelos organizadores da referida Ocupação.

O resgate das falas de João Barbosa, um dos moradores mais antigos da Ocupação Chiquinha Gonzaga, tendo participado de todo o processo de organização do coletivo. Ele explicou que o seu envolvimento na Ocupação começou com a extinta FLP, onde descobriu as ideias sobre Ocupações de prédios públicos abandonados. João Barbosa relatou a primeira tentativa de ocupação do prédio foi feita no ano de 2003, mas restou infrutífera, pois as cerca de quinhentas pessoas que se dirigiram ao local teriam sido expulsas pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Apenas no ano seguinte, em julho de 2004, a ação finalmente foi concretizada, muito embora com um número bastante reduzido de famílias.

As falas até então não me permitem descobrir se através das reuniões os moradores eram ouvidos pelos organizadores e as opiniões deles eram levadas em conta. Ainda, faltou saber se os recentes problemas na Ocupação relatados por João e noticiados pela mídia se devem a uma desarticulação com grupos externos que contribuíram com os moradores. Essas questões não puderam ser perguntadas novamente ao senhor João Barbosa para esta pesquisa.

Gabriel Rolemberg, uma das lideranças das Brigadas Populares, e organizador de duas Ocupações no Rio de Janeiro – Povo Sem Medo e São Januário – foi entrevistado como forma de complementar as falas de Orlando Costa, uma vez que não foi possível fazer-lhe novas perguntas, como explicado no primeiro capítulo. Através do que chamou de “método de atuação” pode se constatar uma preocupação com construção de espaços coletivos de convivência entre moradores e organizadores, as “comunas”, onde os organizadores buscam conscientizar os ocupantes sobre a necessidade de participação das tarefas coletivas da Ocupação. Mais uma vez não foi possível conhecer e descrever as dinâmicas das reuniões e assembleias conduzidas pelos organizadores. No entanto, nas falas de Gabriel Rolemberg constatou-se que as experiências dos moradores foram aproveitadas para a manutenção dos espaços físicos. No que chamei de lideranças “externas” e lideranças “internas” não foi

possível conhecer essas “experiências” e se são aproveitadas nas estratégias políticas para a permanência da Ocupação.

Assim, as falas tanto de Orlando Costa como de Gabriel Rolemberg permitem pensar que há uma expectativa “frustrada” de um movimento social quando um número elevado de indivíduos se fazia presente nas reuniões de preparação da Ocupação. Uma vez iniciado o processo de ocupar, poucos se comprometem a efetivamente participar da ação e somente quando consolidada o número de pessoas interessadas aumentava. A fala de Orlando Costa deixa evidente essa situação. A própria preocupação por parte das lideranças das Ocupações demonstra que os indivíduos que ocupam não teriam uma consciência social já consolidada, daí a necessidade de se manter reuniões constantes com o objetivo de conscientizar. O que posso inferir dos discursos aqui apresentados é que muitas vezes o social parece não estar “dentro da cabeça”, do “coração”, do “corpo” do sujeito que ocupava, e, dessa forma, para que o movimento social possa ser exitoso em seu objetivo de ocupar e permanecer no espaço escolhido há a necessidade da criação de “métodos de atuação” e de espaços coletivos. Como explicou Gabriel, nos espaços coletivos haveria reuniões que podem revelar a necessidade de forjar uma consciência crítica dos indivíduos. Daí a necessidade de se conhecer a dinâmica das reuniões nas Ocupações.

O ponto de partida neste trabalho foi de uma reflexão: O que explica a formação de uma Ocupação enquanto movimento social, tal qual a Chiquinha Gonzaga? Quais processos e que fatores contribuíram para a sua constituição? Fui à história da Chiquinha Gonzaga para compreender dentro desse processo quais são esses fatores. Entre algumas variáveis que poderiam explicar o processo de formação da Ocupação Chiquinha Gonzaga busquei privilegiar o elemento processo de conscientização e sua relação entre educando e educador, como Paulo Freire; ou que todos são intelectuais, mas não são intelectuais da mesma maneira, como Antonio Gramsci.

Partindo das entrevistas a preocupação foi em saber como os futuros ocupantes – nas praças públicas – e os já ocupantes – nas assembleias da Ocupação – tomam parte efetivamente de uma relação em que eles possam se expressar. Assim, nas entrevistas realizadas com Orlando Costa e Gabriel Rolemberg, busquei saber se os futuros ocupantes são ouvidos nas suas experiências ou se eles são “catequizados” para funcionar como uma espécie de massa que venha apoiar aquilo que está na “cabeça” e no “coração” dos organizadores.

No método de pesquisa que utilizei nesse trabalho os organizadores tomam a vez de um intelectual que se caracteriza por ser tradicional e, portanto, o outro na sua expressão passaria por uma espécie de “doutrinação”. Isso mostraria uma dificuldade de se reconhecer o

social nos indivíduos. Se o número de pessoas nas praças públicas é grande e, quando da Ocupação, o número é menor, isso pode ser explicado não necessariamente pelo fato da relação entre educando e educador ser de uma tabula rasa. Pode haver outra explicação para o fato de uma vez a Ocupação tenha sido realizada as assembleias sejam constantes.

Há outra variável que não foi levada em conta nesta pesquisa e seria possível inferir. Vivemos num mundo marcado por instabilidades, esgarçamento do tecido social, rupturas dentro do social. Aquilo que antes parecia mais estável é conflituoso. A questão é saber se em contexto de grandes instabilidades, de mais fragilidades quanto às práticas mais rotineiras, o que poderia garantir uma postura com uma tomada de posição que favoreça a união e solidariedade entre os ocupantes. O fato de viver num mundo marcado pela desesperança e instabilidade, o processo de conscientização produziria união, associação, solidariedade para que pudesse haver Ocupação. Dessa forma, seria explicada a necessidade de reuniões frequentes que pode traduzir um quadro de instabilidade em que unir-se e se associar-se torna mais problemático ou difícil de ser realizado. Assim, essas pessoas podem estar mais preocupadas com aquilo que diz respeito as suas necessidades mais imediatas. Dessa forma a participação no movimento seria pensando mais em um problema que poderia ser tratado na chave da redistribuição. No direito social que é a própria moradia como habitação.

Essa variável referida a um contexto mais amplo não fora levada em conta durante a pesquisa. Chegando a essas linhas finais, portanto, talvez ela pudesse melhor explicar a dificuldade de reunir pessoas para ocuparem e a necessidade de serem feitas reuniões sistemáticas e correntes. O que importaria dizer a razão da necessidade de uma postura mais tradicional dos organizadores.

REFERÊNCIAS

- BELLO, Enzo. **A cidadania na luta política dos movimentos sociais urbanos**. Caxias do Sul: Educs, 2013.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2006.
- CLICHEVSKY, Nora. **Mercado de tierras y sector inmobiliario en el Area Metropolitana de Buenos Aires**, Informe de Investigación CONICET, Buenos Aires, 2000.
- ELIAS, Norbert. **Compromisso y Distanciamiento: ensayos de sociologia del conocimiento**. Barcelona: Ediciones Península, 1990.
- FALBO, Ricardo Nery; BELLO, Enzo. **Questões etnometodológicas para pensar o Direito: um estudo empírico das ocupações dos movimentos sociais de luta pela moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Quaestio Iuris, v. 07, p. 683-709, 2014.
- _____. **Urbanização e movimentos sociais, direitos humanos e defensoria pública: para pensar a gestão democrática da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, mimeo, 2010, 27 p.
- _____. **Pensamento crítico, pesquisa empírica e emancipação teórica do direito**. Revista Direito e Práxis, vol. 7, núm. 14, 2016, pp. 259-290.
- _____. In: BELLO, Enzo; ENGELMANN, Wilson. (org.). **Metodologia da pesquisa em direito**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- _____. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra; 1997.
- _____. **Pedagogia da Tolerância**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- _____. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. **A Questão Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v 1.
- _____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v 2 [caderno 12, §1, pp20-21].
- _____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3 [caderno 6, § 137, pp254-255].

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 4

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 5.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 6

_____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAZIA, Grazia de. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio (org.) **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

GUSTIN, Miracy; DIAS, Maria. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005 (Coleção Geografia e Adjacências).

JODELET, Denise. **As Representações Sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2001.

LÉFÈBVRE, Henri. Espaço y política: **El derecho a la ciudad, II**. Barcelona: Ediciones península, 1972.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano 1926-1937**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUKÁCS, György. **A Teoria do Romance**. São Paulo: Editora 34/Duas Cidades, 2000.

_____. **História e Consciência de Classe; estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2003.

MANNHEIM, Karl. **Diagnóstico de Nosso Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1961.

_____. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCOS, Francisco Martins. **Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?** Campinas: Autores Associados, 2008.

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARX, Karl. **Introdução à crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** 3°. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MATHEUS, André; Natalia Pinheiro; FALBO, R. **Chiquinha Gonzaga: o direito à moradia como luta e não como direito humano.** In: IV Congresso Internacional de Estudos das Américas, 2014, Rio de Janeiro. IV Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas. Rio de Janeiro: UERJ, 2014. v. 1. p. 5-300.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura Social e Formas de Consciência.** São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O Conceito de Dialética em Lukács.** São Paulo: Boitempo, 2013.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à Vista; discurso do confronto: velho e novo mundo.** São Paulo: Cortez Editora, 1990.

OUTHWAITE, et al. **Dicionário do Pensamento social do Século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos Cortiços aos Condomínios Fechados; as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, IPPUR/UFRJ/FASE, 1997.

RIBEIRO. Luiz Cesar de Queiroz. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: ____ (org). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2009. págs.63 a 96.

SANCHEZ, Fernanda; MOURA, Rosa. **“Cidades-modelo; espelhos de virtude ou reprodução do mesmo?”** in Cadernos IPPUR, no 02, Ano XIII, ago-dez, 1999.

SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva. **“Planejamento urbano: para quê e para quem?”** in **REVISTA DE DIREITO DA CIDADE**, vol. 1, no 1, Rio de Janeiro: Faculdade de direito da Uerj, maio 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **“Transição em resumo: do passado recente ao futuro imediato”** in Revista Brasileira de Ciências Sociais, número 1, 1986.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____. **Cities in a world economy.** Califórnia: Pine Forge Press, 2000.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite.** São Paulo: LeYa, 2015.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria; notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano.** Anais do VIII Encontro Nacional da ANPUR. Porto Alegre: PROPUR/UFRS, maio 1999.

Portais acessado na internet:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-02/policia-militar-estuda-reduzir-numero-de-upps-no-rio-de-janeiro>

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Alemao-e-muito-mais-complexo/4/30889>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>

<http://construcaomercado17.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/127/o-efeito-upp-a-pacificacao-de-favelas-no-rio-282612-1.aspx>

<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2742-deficit-habitacional-no-brasil-3>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/anthony-william-matheus-de-oliveira>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosangela-barros-assed-matheus-de-oliveira>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sergio-de-oliveira-cabral-santos-filho>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcelo-nunes-de-alencar>

<http://www.olavodecarvalho.org/semana/06082002globo.htm>

[http://www.portomaravilhario.com.br/media/legisla%C3%A7%C3%A3o/2010/06/LC101 - 23112009.pdf](http://www.portomaravilhario.com.br/media/legisla%C3%A7%C3%A3o/2010/06/LC101%20-%2023112009.pdf)

<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/2093>

<http://www.upprj.com>

<http://rioonwatch.org.br/?p=5042>

APÊNDICE A – Transcrição da entrevista de Orlando Costa



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Entrevista realizada com Orlando Costa.

Data: 08 de dezembro de 2017.

Local: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Pesquisadores presentes: Professor Ricardo Falbo e André Matheus.

Orlando Costa permitiu que seu nome aparecesse nesse trabalho bem como a transcrição dessa entrevista.

Obs.: Os trechos com “(...)” são por interrupção da fala ou por partes inaudíveis na gravação.

Ricardo Falbo: Essa sua experiência, não conseguimos muito isso na outra André, como se organiza uma ocupação, como se deu aquela ocupação lá?

Orlando Costa: *Bom, a gente tinha um método de trabalho que era bem assim (...) tem influência pessoal assim, autonomista, que tinha um foco muito grande na organização de base... na conscientização. Ali foi um processo em que tinha muito militante envolvido, era um pouco diferente do MTST das coisas lá de São Paulo que é um negócio massivo, muita gente, geralmente um terreno, ali era uma ocupação menorzinha.*

Ricardo Falbo: Ela surgiu quando mesmo, foi em 2000 ?

Orlando Costa: *Acho que foi em 2003, posso confundir eventualmente as datas que minha memoriazinha, mas acho que, morei lá de 2003 (...) quando eu entrei pra Petrobras que eu saí de lá, quando eu fiz o concurso tava morando lá.*

Ricardo Falbo: Você morou três anos lá?

Orlando Costa: *É.*

Ricardo Falbo: Você chegou como ocupante inicial, né?

Orlando Costa: *É, eu participei da entrada, né. Teve polícia, polícia botou pistola na cara ameaçou pra sair, aí teve um período que a gente ficou preparando pra resistir se viesse ter desocupação o pessoal tava preparando resistência mesmo.*

Ricardo Falbo: Uma coisa que eu estava falando com o André, como é que se dá a ocupação? Como se decide qual é o local que vai ocupar?

Orlando Costa: *Tem uma comissão que tem alguma influência técnica, tipo, não só eu, tinha mais pessoa ligado ao direito que faz uma avaliação, na verdade a gente faz uma avaliação política também. O que aconteceu, na época você tava com o governo federal com o Lula, o governo estadual acho que era o Garotinho senão me engano e o governo da prefeitura era o César Maia. Um não falava com o outro, esse é um negócio que a gente observou e ainda teve um negocio que o Ministério das Cidades transferiu a posse de uma certa quantidade de prédios públicos abandonados no Brasil todo o município ia transferir para a prefeitura. Então naquele momento exato o prédio ficou em um limbozinho jurídico porque ele tava em transferência então isso a gente usou porque confundiu na hora do processo porque ninguém sabia quem assumiu não tava muito por dentro e quem tava largando, já tava largando então ninguém.*

Ricardo Falbo: Então vocês já sabiam a natureza jurídica, para quem ia?

Orlando Costa: *Não, a gente sabia que era confuso, né, entendeu? Na verdade a gente usou a malandragem, a gente usou esse momento como uma tática jurídica também. Aí, realmente quando a gente entrou foi uma confusão tremenda, a ação foi pra um, depois foi pra outro, entendeu?*

Ricardo Falbo: Vocês fizeram os levantamentos dos prédios?

Orlando Costa: *Fizemos.*

Ricardo Falbo: Como vocês escolhiam, sim ou não, no centro, haviam vários prédios...

Orlando Costa: *No centro era uma orientação assim, no centro da cidade, um local que tava muito abandonado e aí a gente queria (...) e assim para a pessoa que tá numa situação meio precária morar perto do centro é uma grande ajuda, né.*

Ricardo Falbo: Quando você diz assim uma orientação, é uma orientação local, do Estado?

Orlando Costa: *Isso é (...) quem organizou lá foi a FLP, a FLP foi a que fez aquele primeiro rolezinho no shopping.*

Ricardo Falbo: Significa o quê?

Orlando Costa: *Frente de luta popular, e a gente fez movimentos contra...ligados a chacina de Vigário Geral, tinha dia de luta do povo contra a violência ligado a violência contra as favelas. É assim, algumas pessoas que você poderia conhecer que participava tem uma defensora pública, Maria Lucia.*

Ricardo Falbo: Maria Lucia.

Orlando Costa: *Ela era bem próxima. (...) Foi uma que participou bem, ela conhece bem o processo por dentro, ela era casada com o Maurício.*

Ricardo Falbo: Ela deu alguma orientação a vocês?

Orlando Costa: *Ela tinha um negócio que ela tá num cargo público, né. Às vezes certas coisas ela não entrava tanto, mas assim, alguma coisa que tava dentro da alçada dela ajudar.*

Ricardo Falbo: Ela ajudava.

Orlando Costa: *Aham. Bom, e tinha uma outra entidade envolvida que era CMP, Central de Movimentos Populares, que era o Marcelo Edmundo, é um militante antigo que tá no PT até hoje.*

Ricardo Falbo: Então são essas organizações que orientavam, digamos assim, a localidade de prédio.

Orlando: *É.*

Ricardo Falbo: Porque é interessante saber como se chega a definir o prédio, o local, o dia da ocupação, por exemplo.

Orlando Costa: *Aí o dia é assim, a gente tinha o método que a galera faz a coisa mais aberta assim. O MTST, lá em São Paulo, eles fazem um negócio tipo ataque Soviético mesmo, eles tomam a região aí panfletam para as pessoas falando “quem tá precisando fala e tal”, aí eles ocupam com uma galerinha e depois a galera vem, entendeu? O nosso não. O nosso era mais assim, a gente fazia reuniões em lugares públicos, assim, várias antes da ocupação e bem combinadinha.*

Ricardo Falbo: Por exemplo, em que lugares mais ou menos faziam essas reuniões?

Orlando Costa: *A maioria das reuniões foi na região do centro mesmo (...) é teve assim um grupo de organização original foi foram os camelos ali do Largo do Machado. Eles morava já em uma casa que era ocupada que era um casarão, assim, umas dez pessoas mais ou menos, e aí.*

Ricardo Falbo: No Largo do Machado mesmo?

Orlando Costa: *Não. Era lá pra o lado acho do Catete o casarão onde eles moravam aí eles foram expulsos e foi essa galera tipo um nuclezinho, entendeu.*

Ricardo Falbo: Núcleo inicial.

Orlando Costa: *É*

Ricardo Falbo: E eles foram para o Centro? Vocês foram a eles?

Orlando Costa: *Não. (...) E depois a gente entrou e também teve muita gente que entrou depois, né. A gente foi entrando e era um prédio, essa entrada que é um negócio bem interessante, era um prédio completamente, tem foto sobre isso, tinha samambaias crescendo no chão, tinha Urubu morando (...)*

Ricardo Falbo: **Tava abandonado há quanto tempo?**

Orlando Costa: *Abandonada há mais de 10 anos. Aí no início a gente ocupava e ficava no térreo dormindo tipo num alojamento coletivo.*

Ricardo Falbo: **Quantos foram mais ou menos que tomaram?**

Orlando Costa: *Ah, umas trinta pessoas. Essa menina que trabalha aqui, a Deinha, ela tava também desde o início.*

André Matheus: **Você não tem mais o contato dela?**

Orlando Costa: *Tenho, tenho.*

André Matheus: **Você consegue conversar com ela?**

Orlando: *Ela é uma boa pessoa pra conversar.*

Ricardo Falbo: **Então, assim, reuniões feitas em logradouros públicos na região do centro pra sensibilizar as pessoas a participarem (...)**

Orlando Costa: *É.*

Ricardo Falbo: **Como vocês falavam? Vocês chegavam (...)**

Orlando Costa: *Ah, é aquela (...) não tem uma...no meio das discussões procurava também dá uma conscientizada, na verdade a meta era que a gente queria fazer um movimento mais consistente então a gente procurava conscientizar as pessoas, fala de capitalismo falava isso tudo assim e falava as coisas mais práticas, né, como a gente planejava, falava coisas também pra as pessoas terem segurança que não era uma coisas assim...não era uma aventura fazia pra demonstrar que a gente sabia o que tava fazendo.*

Ricardo Falbo: **E a repercussão era boa, eles perguntavam, estavam com medo, como era?**

Orlando Costa: *É muita gente iam nas reuniões e depois não teve coragem de ir, né.*

Ricardo Falbo: **Deve assustar, né ?**

Orlando Costa: *É.*

Ricardo Falbo: **Uma proposta dessa de ocupação alguém à frente, discursando, falando. Eles entendiam, assim, suas palavras capitalismo, exploração?**

Orlando Costa: *A gente também vai desenvolvendo todo um método de falar essas coisas numa linguagem popular, né? Óbvio que a gente evita usar categorias que (...) é tem*

toda uma tradução às vezes coisa que o cara fala na academia a gente bola um jeito de falar aqui no popular, né.

Ricardo Falbo: Tem algum exemplo assim pra dá? Isso é bom pra sala de aula também.

Orlando Costa: *O nosso jornal, por exemplo, é jornal de movimento é geralmente “a verdade operária”, o nosso era “papo reto” nada mais é que a verdade em linguagem popular, né.*

Ricardo Falbo: **Tinha um jornalzinho (...).**

Orlando Costa: *Tinha, tinha era esse jornal Papo Reto. Tinha muito estudante da UERJ envolvido no processo, teve até outros estudantes daqui que moraram lá.*

Ricardo Falbo: **Com certeza não era da Faculdade de Direito.**

Orlando Costa: *Não, do direito só eu. Mas tinha uma galera que foi visitar lá o pessoal, do DPQ.*

Ricardo Falbo: **Deixa eu te perguntar uma coisa, você fez direito até que período?**

Orlando Costa: *Ah, eu fiquei uns 6 anos aqui eu fiz mais ou menos metade da faculdade, um pouquinho mais até.*

Ricardo Falbo: **Haja estômago! Esse pessoal do Direito. Desculpa, André.**

Orlando Costa: *O Daniel foi lá visitar uma vez, acho que o Quiroga também.*

André Matheus: **O Danielzinho?**

Ricardo Falbo: **Qual Daniel?**

André Matheus: **O que trabalha comigo.**

Ricardo Falbo: **Ah, sim. Eu conheço ele, o Ricardo também conheço.**

Orlando Costa: *Ah, deve ter ido mais gente. O Carlos Henrique foi lá alguma uma vez também.*

André Matheus: **O prédio era do INCRA, né?**

Orlando Costa: *É.*

Ricardo Falbo: **No início tava tudo (...) bom, eu conheci esse prédio era molecote por outros motivos e agora quando voltei pra visitar todas as salas ocupadas. Você disse que no início então tinha Urubu, vegetação.**

Orlando Costa: *Urubu morando lá na cobertura.*

André Matheus: **Aí fizeram um mutirão pra (...).**

Orlando Costa: *Aí limpamos (...).*

Ricardo Falbo: **Aí no início vocês foram e viram já sabiam das condições (...) prédio abandonado há 10 anos (...) tinha eletricidade ou não?**

Orlando Costa: *Não. Aí fizemos um gato e pedimos pra fazer uma reforma no sistema hidráulico do prédio todo, vieram comissões de trabalho que ficavam (...).*

Ricardo Falbo: **Vocês contavam com alguma ajuda?**

Orlando Costa: *Um sindicato deu algum dinheiro, mas era pouca coisa. Teve doação de estudante de comida.*

Ricardo Falbo: **Então você foi um dos primeiros, no dia da ocupação estava lá?**

Orlando Costa: *No dia da ocupação tava lá. Tava no front line total.*

Ricardo Falbo: **Era você e uns trinta, é isso?**

Orlando Costa: *É.*

Ricardo Falbo: **Mas assim (...).**

Orlando Costa: *O policial quando me botou a pistola foi na minha cara, no caso (...). Não foi o primeiro e não foi a última.*

Ricardo Falbo: **Como você tinha alguém mais, com essa experiência que foi na frente organizando, panfletando, tinha outras pessoas?**

Orlando Costa: *Tinha, tinha algumas (...).*

Ricardo Falbo: **Eram quantos?**

Orlando Costa: *Tinham algumas pessoas (...) então tinham bastante, tinham bem uns 15 militantes ali.*

Ricardo Falbo: **15 militantes, né, já com experiência né? E os demais, os outros 15, eram pessoas que se juntavam (...).**

Orlando Costa: *Eram pessoas que tava na condição mesmo de demanda por moradia, mas depois no total o prédio então (...) é que é assim, são 12 andares, com 6 apartamentos e são 62 e, acho que 62 apartamentos, então no total dá umas duzentas pessoas.*

Ricardo Falbo: **Você ficou 3 anos lá?**

Orlando Costa: *3 anos lá.*

Ricardo Falbo: **E a ocupação se deu como assim? Várias etapas?**

Orlando Costa: *O pessoal ia subindo, montando os quartos e depois ia (...) primeiro ainda ficava em quartos coletivos só que menores aí o pessoal juntava assim os grupos, né, a galera que era original do Largo do Machado ficava no segundo andar, aí a galera que chegou não sei quando era no terceiro, aí a gente ia limpando, reformando e ocupando.*

Ricardo Falbo: **Era em razão da chegada?**

Orlando Costa: *É. Era assim tinha vários critérios (...) aí depois teve uma distribuição dos andares em respeito assim as pessoas idosas que não tinha elevador, né, aí nos andares baixos, na distribuição final, as pessoas idosas, famílias ficavam nos andares mais baixos e lá pra cima eram muitos solteiros, pessoa mais jovem. Eu no caso eu morei na cobertura.*

André Matheus: **Aí tinha que subir todas as escadas.**

Orlando Costa: *Uma vez eu tive que levar um saco de cimento lá pra cima, 13 andares foi terrível.*

Ricardo Falbo: **E a organização (...).**

Orlando Costa: *Então era muita assembleia direta, principalmente no início, tinha assembleia, no início, na ocupação que tinha aquela tensão de resistência e obra tinha assembleia duas vezes por dia e durante bem uns meses ficou assim.*

Ricardo Falbo: **Vocês pensaram em resistir primeiro. Como se deu a resistência? Com o uso do corpo de vocês?**

Orlando Costa: *Não. Tinha uma tática que foi aprovada no final seria o método da tartaruga, essa ideia de fechar mesmo na casquinha a gente devia fazer assim coisa pra impedir, cimentar porta coisa assim pra não ter como entrar. Nós chegamos a ter lá, juntar assim umas quantidades de comida maior pra (...).*

Ricardo Falbo: **Vocês não tinha água, uma resistência com poder desigual, né. Sobretudo a polícia e tudo mais pra lá, né, como é que vocês tão poucos, com 30, conseguiram resistir?**

Orlando Costa: *Não. É 30 pra entrada, né, depois foi juntando.*

Ricardo Falbo: **Foi rápido.**

Orlando Costa: *Foi, foi. No final da primeira semana deveria ter umas 100 pessoas.*

Ricardo Falbo: **Agora o dia que vocês escolheram o dia de uma semana que vocês sabiam que politicamente (...)**

Orlando Costa: *Agora sabe que o dia não lembro assim (...).*

Ricardo Falbo: **Tinha alguma coisa pra desviar a atenção?**

Orlando Costa: *Não, porque essa primeira, a primeira (...) não tinha ninguém prestando atenção, entendeu, foi mais (...) as outras ocupações que teve umas manobras (...).*

Ricardo Falbo: **Essa foi uma das primeiras?**

Orlando Costa: *Bom, dessa série ela foi a primeira, né. Ela foi a mãe das ocupações que teve no centro e hoje em dia a maioria caiu, né.*

Ricardo Falbo: **Você diz série, porque essa foi a do centro?**

Orlando Costa: *É, foi a Chiquinha Gonzaga, depois Zumbi dos Palmares, Quilombo das Guerreiras, Machado de Assis, tá faltando alguma, tem mais uma (...) é tá faltando uma. E aí essas outras a gente já usa já, fazia a organização lá na Chiquinha, entendeu. Esse rol da Chiquinha tinha as assembleias e também era o local da organização das outras, entendeu. Mas outras ocupações já foi bem mais difícil porque aí já tinha alguma polícia civil acompanhando o movimento então a Zumbi dos Palmares, na primeira vez que a gente tentou já tava cheio de polícia no local e a gente não sabe até hoje como é que eles descobriram, né. Aí nós fizemos uma operação lá militar pra conseguir entrar da segunda vez. Nós juntamos a galera em vários grupos, vieram tipo assim, a gente fazia, começou uma época que a gente fazia reunião todo dia e aí combinou com o pessoal, “o, vai ser num dia aleatório” tem uma comissão fechada que vai decidir o dia e então você tem que vir todo dia pra essa reunião preparado que pode ser a ocupação naquele dia”. E ficou isso mais de uma semana, aí no dia a gente tinha feito assim, a gente bolou cinco caminhos diferentes, entre a ocupação e o objetivo da Chiquinha e o lugar onde ia ser a ocupação aí foram pessoas andando e contaram o tempo que demorava pra fazer aí no dia a gente dividiu em cinco grupos e subtraiu da hora marcada o tempo, aí tipo, quando dava um tempo sai o primeiro grupo faz por aquele caminho de forma que quando chegou todo mundo no local chegou todo mundo de cada lado assim essa cena foi fantástica.*

Ricardo Falbo: **E essa ocupação qual foi?**

Orlando Costa: *Foi a Zumbi dos Palmares que é lá na frente da Polícia Federal.*

Ricardo Falbo: **Sim, sim.**

Orlando Costa: *Até essa ocupação foi legal saiu na primeira página de todos os jornais no dia seguinte.*

Ricardo Falbo: **Zumbi dos Palmares foi no prédio do INSS?**

Orlando Costa: *Não, ali era o hospital dos estivadores.*

Ricardo Falbo: **É se imaginar, em frente a Polícia Federal.**

Orlando Costa: *É perto da Polícia Federal também, mas é ali na Venezuela, aquela ali foi ousada.*

Ricardo Falbo: **Nós tivemos em todas elas (...).**

Orlando Costa: *Essa aí nós tivemos que arrombar a porta mesmo foi marretada na porta.*

Ricardo Falbo: **Então foi assim, tomaram de assalto, ninguém estava esperando vocês (...).**

Orlando Costa: *É, essa foi uma ação bem, foi difícil mesmo de fazer porque foi uma açãozinha (...).*

Ricardo Falbo: E o grupo foi grande?

Orlando Costa: *O grupo foi grande, esse aí tinha mais de 50 pessoas também de organizador tinha mais de 20 pessoas.*

Ricardo Falbo: Tem muita gente com experiência (...).

Orlando Costa: *Tinha que ter muita gente de confiança, né, pra gente fazer isso tudo nossa coisa era fazer sem vazar né, então a gente tinha formas objetivas de controlar isso, então envolve ter um número de pessoas de confiança e mais ou menos disciplinado, né. Nesse dia, por exemplo, da ocupação no dia a gente falou “não, a ocupação vai ser hoje” e aí teve gente “hoje não vai dá pra mim, não”, aí esse cara levou um carcerzinho privado durante bem uma meia hora ali, “infelizmente hoje você não vai poder sair, não”. “Dá um dez aí. Tu não quer ir, beleza, então tu fica aqui” e não deixamos sair.*

André Matheus: Pra não vazar informação?

Orlando Costa: *É, porque digamos, pô, se tivesse um P2 é justamente o que ele faria, né, “ah, vai ser hoje” ele “não”. Porque todo mundo com celular desligado tal, então o cara não ia ter como avisar ele ia ter que fazer justamente isso “ah, não vou poder” e ia ter que sair fora, então justamente o cara que fez isso a gente, (...). Mas é assim, não foi nada violento, a gente sentava e conversava “Pensa assim, se fosse P2 que tivesse aqui ele ia tá fazendo isso”, então a gente confia em você, mas (...).*

André Matheus: Esse grupo ainda existe?

Orlando Costa: *A FLP acabou, né, até o final é (...) é porque a galera começou, teve uma galera a querer ocupar de qualquer jeito sem ter aquela mesma elaboração de preparação, de saber o que estava fazendo.*

Orlando Costa: *É principalmente uma galera mais de cunho anarquista, assim, então aí eles fizeram várias tentativas fracassadas e ao mesmo tempo abandonaram um pouco a organização de base (...).*

Ricardo Falbo: A Chiquinha, inicialmente, do ponto de vista assim político, tinha alguma filiação?

Orlando Costa: *Então, era o que tinha mais forte lá era FLP, a gente não tipo o MTST que chegava e botava a bandeira nossa cada ocupação tinha sua autonomia, né, mas era basicamente a FLP, tinha um bocado de marxista e um bocado de anarquista.*

Ricardo Falbo: E gente com leitura, que estudou (...).

Orlando Costa: *É tinha uma boa quantidade de quadros teóricos assim.*

Ricardo Falbo: Queria saber como é que foi essa tradução dessa experiência prática, dessa leitura mais teórica desses autores a tradução para as pessoas das pessoas que vocês ouviram, gostei desse nome do jornal (...).

Orlando Costa: *É o Papo Reto. É, você imagina, eu discutia coisa de (...), por exemplo, crítica ao punitivismo jurídico que era o negócio que no início a ocupação teve uma polêmica forte disso aí.*

Ricardo Falbo: Ah, é?

Orlando Costa: *Tinha uma galera que queria expulsar pessoal que fazia qualquer besteirinha o cara já queria expulsar, né, então quer dizer, reproduzia um pouco a coisa na estrutura de exclusão, né, e aí a gente (...) até eu tive, têm alguns casos que algumas vezes têm que expulsar mesmo, né, mas eu fazia uma (...).*

Ricardo Falbo: Quais eram esses casos de expulsão, eram assim besteirinhas?

Orlando Costa: *Besteirinhas tipo, um que fumava maconha, outro que não trabalhava nesses mutirões, o cara não trabalhava muito (...) teve uma que (risos) os quartos eram coletivo teve uma que fez sexo com um cara lá e eles queriam expulsar, e olha só que interessante, não queriam expulsar o cara, não, só a mulher.*

Ricardo Falbo: Ah, é, barbaridade. Reproduz uma série de preconceitos do nosso mundo.

Orlando Costa: *E tinha uma galera que era meio, nessa época, os anarquistass que são super libertários nessa parada da punição eles se empolgavam também, entendeu, queriam expulsar também numa assim “já que a base tá defendendo então também temos que defender” aí eu dava um combate nesse negócio aí, no final só foi três cara expulso, realmente, a gente mapiou que eles tavam querendo, tipo, tomar o controle da ocupação pra vender quarto, entendeu?*

Ricardo Falbo: E foi isso, senão me engano, quando estive lá na Zumbi dos Palmares, na Rua Venezuela, qual o nome dele? Esqueci o nome dele e ele me disse isso que havia umas pessoas lá que um dos pontos de crise na ocupação (...) que alguns vendiam os quartos.

Orlando Costa: *É isso é um negócio bem difícil (...).*

Ricardo Falbo: E da Chiquinha teve isso?

Orlando Costa: *Não porque a gente cortou bem depois até teve, mas foi pouca coisa assim, mas foi assim até meio, digamos assim o cara tá lá, mora lá, entendeu, aí o cara foi morar em Minas aí o cara vendeu a posse dele não chega a ser assim uma (...) o lance que não pode é assim, o cara digamos (...).*

Ricardo Falbo: Mas ele vendeu a posse, mas quando ele ocupou, ele não pagou nada pra ocupar?

Orlando Costa: *É, mas aí ele tem a posse (...) a gente era contra, mas teve alguns casos que passou, né, mas digamos outros caras queria lucrar com isso, entendeu (...) vamos supor (...) porque quando entra não tá todas as pessoas pra ocupar todos os locais ainda aí tinha uma lógica da distribuição, a lógica da distribuição era por assembleia, a pessoa pra entrar tinha que ser aprovada na assembleia, então isso impedia que alguém chegasse lá, inclusive até mesmo a gente, entendeu, porque eu tô na organização eu poderia chegar lá pedir um dinheiro pra decidir quem entra e quem não entra.*

Ricardo Falbo: No caso você tinha onde morar?

Orlando Costa: *É, eu tinha, eu tava lá só pra organizar, né.*

Ricardo Falbo: Vocês, de um modo geral, tinham onde morar na organização?

Orlando Costa: *Tinham algumas pessoas que eram militantes e estavam sem teto também, que inclusive mora lá até hoje, tipo o João.*

Ricardo Falbo: João que é o contato que eu mantive.

Orlando Costa: *Eu quando saí devolvi o quarto para o coletivo (...) foi dedicado para outra família lá no final.*

Ricardo Falbo: Mas no início, nas primeiras assembleias para decidir acerca dos futuros moradores (...).

Orlando Costa: *Tinha lá, 30 né, aí abriu 42, ia abrindo quarto (...) a pessoa que queria entrar ela ia lá e se apresentava, várias pessoas se apresentavam, e a assembleia decidia, entendeu.*

Ricardo Falbo: Entendi. Tinha assim, qual era o critério pra decidir assim se seriam aceitos ou não?

Orlando Costa: *A gente foca muito assim, a mãe com vários filhos, ter filhos, ser mulher também, hipossuficiência, a pessoa tem problema de saúde coisas assim (...).*

Ricardo Falbo: Sem moradia (...).

Orlando Costa: *É, e sem moradia.*

Ricardo Falbo: Claro que eles não tinham moradia, né? Ou estavam pra serem despejados ou estavam na rua...

Orlando Costa: *É, o sem teto é um povo (...) normalmente muita pessoa que ela morava em algum lugar e de alguma forma (...) tem todas as formas, tem gente que teve lá, a Sonia ela veio de chuva e enchente no, enchente não, deslizamento no Borel, aí tinha gente que simplesmente... pessoa jovem aí que morava com a família aí chega já com 25 anos o*

cara casa, mas não tem dinheiro pra (...) aí tá morando com mais cinco irmãos e a esposa e filho e um barraquinho na casa da mãe, entendeu? E têm vários casos assim, tem muito despejado, gente despejada. Vocês já viram O atrás da porta, não viram?

Ricardo Falbo: Vi.

Orlando Costa: O documentário?

André Matheus: Não.

Orlando Costa: Aquela abertura dele é legal (risos). Eu até apareço ali.

Ricardo Costa: Você aparece ali?

Orlando Costa: O primeiro de costa.

Ricardo Falbo: Já viu, André?

André Matheus: Não, não. Vou ver. Tem no Youtube?

Orlando Costa: Só dá pra ver porque a filmagem foi feita pra não dá pra ver, né.

André Matheus: Tá no Youtube.

Orlando Costa: Como que é o nome, tem um.

Ricardo Falbo: Agora, a relação de vocês no cotidiano, como é que funcionava?

Bom, vocês tinham comissões, dirigentes, mas tinha essa relação assim base e liderança?

Orlando Costa: Tinha liderança, mas não tinha, mas não tinha assim direção, né (...).

André Matheus: É você esse aqui? (Referente ao documentário citado).

Orlando Costa: Não. Eu vou ser o que vai entrar depois...esse aqui é na Machado de Assis (...).

Ricardo Falbo: Na marreta, é esse?

Orlando Costa: É marreta, Pé-de-Cabra, aí o, o maluco que vai entrar com suprimentos sou eu.

Ricardo Falbo: Quem que filmou?

Orlando Costa: Acho que foi o Vladimir.

André Matheus: Não sabia que tinha esse vídeo, não.

Orlando Costa: Aí o segurança estava dentro do prédio.

André Matheus: E aí?

Orlando Costa: Aí aqui tá filmado toda a manobra como, digamos que a gente rendia ele aí tinha tudo isso, aí era foderação aí tinha toda uma manobra dissuasiva, tipo, ficava uma galera se fazendo de muito radical (...) ah lá o segurança tá lá dentro (referente ao vídeo), entendeu? Então a gente dava uma assustada nele aí fica tipo um good cop e bad cop, né, e eu era o good cop aí eu chegava “não, não! Libera o cara, o cara é trabalhador”,

aí eu carregava ele pra fora fazendo como se tivesse protegendo mas ao mesmo tempo empurrando (...).

André Matheus: O cara não fica armado?

Orlando Costa: *Fica armado. Dependendo da capacidade psicológica de tu fazer a ação o cara mesmo com um maior poder de fogo o cara leva prejuízo, né.*

Ricardo Falbo: A Chiquinha Gonzaga que inaugurou uma série de (...) teve alguma participação de São Paulo, de outro movimento?

Orlando Costa: *Ah, teve pessoas que vieram aí visitar.*

Ricardo Falbo: Vieram depois?

Orlando Costa: *Mas participação no momento não, nessa época não tinha.*

Ricardo Falbo: E por quanto tempo vocês se organizaram e ocuparam entre o dia vocês começaram a se reunir convenceram ?

Orlando Costa: *Ah demora uns 3 meses.*

Ricardo Falbo: 3 meses.

Orlando Costa: *Assim depois que a gente fez logo as duas a gente poderia até fazer em menos tempo, mas a gente dava às vezes até uma segurada também porque dava pra ter organizado melhor, assim, como a gente fez na Chiquinha você vê que ela não caiu.*

Ricardo Falbo: Não.

Orlando Costa: *Porque você tinha uma organização ali ela até, depois de muito tempo, ela caiu pra o tráfico assim, mas o caiu é relativo na verdade o tráfico entrou (...).*

Ricardo Falbo: O tempo que você estava lá (...).

Orlando Costa: *Não tinha inclusive alguns anos depois.*

Ricardo Falbo: Mas tentavam entrar?

Orlando Costa: *Às vezes tentavam (...).*

Ricardo Falbo: Como tentavam e como é que vocês impediam que entrasse?

Orlando Costa: *Então, era (...) a gente basicamente era o seguinte a gente cuidava das pessoas que são de dentro não, digamos, se tivesse alguém que tivesse se posicionando a favor de entrar eventualmente essa pessoa poderia ser expulsa, então é (...) e a gente chegou às vezes a ter comissão teve um (...)chegou um probleminha assim de ameaça, tentativa assim de traficante passar por dentro do prédio, entendeu? E aí a gente ia lá e na condição de morador e ia falar com o cara lá “o, nós não queremos que passe aqui no prédio não e tal” falava com o dono da boca lá e os caras respeitavam.*

Ricardo Falbo: Respeitavam?

Orlando Costa: *É. Até assim, o lance é que chegou um momento que lá ficou muito (...) hoje em dia já não tem mais ninguém (...) a parada é muito caótica, entendeu? Então eles acabaram entrando lá mesmo porque tá muito assim precário, a situação toda né, a população de rua tá muito maior, a capacidade econômica das pessoas tá muito mais baixa, então a demanda pelo tráfico (...) então aí a violência tá maior aí acaba conseguindo entrar.*

Ricardo Falbo: Você saiu por motivos pessoais, trabalho?

Orlando Costa: *Eu meio que concluí minha missão ali em determinado momento minha meta não era ficar morando lá mesmo, né.*

Ricardo Falbo: Mesmo assim 3 anos.

Orlando Costa: *É eu fiquei um bom tempo.*

Ricardo Falbo: E a organização era fácil de organizar assim de limpeza, segurança, cozinha de se organizar?

Orlando Costa: *É, tinha as comissões. Tinha comissão hidráulica, eu era da hidráulica, tinha elétrica, tinha marcenaria, tinha limpeza, tinha cozinha acho que não tinha (...) ah, tinha portaria.*

Ricardo Falbo: Tinha atividade recreativa pra crianças?

Orlando Costa: *Tinha, tinha.*

Ricardo Falbo: Geralmente quem estava à frente era pessoas que trabalhavam com isso, eram moradores, eram vocês que estavam (...).

Orlando Costa: *Os próprios moradores faziam pouco, mas tinham muito assim um negócio que chama os apoios, né, os apoios eram a entidades (...)*

Ricardo Falbo: Eram externos?

Orlando Costa: *Eram externos. Eram estudante, pessoal de movimento social que iam lá dá uma aula de alguma coisa “eu quero fazer uma oficina de discussão de gênero” e a galera ia lá e fazia assim.*

Ricardo Falbo: E funcionava?

Orlando Costa: *Funcionava. Tinha às vezes umas meninas que ia só pra cuidar das crianças, “a mãe tem que trabalhar eu vou ficar aí” a menina ficava lá brincando com as crianças.*

Ricardo Falbo: Durante esse período a questão da universidade, das universidades se interessavam? Pesquisador, pesquisa?

Orlando Costa: *Teve alguns pesquisadores que foram lá, até tinha uma boa quantidade, é porque eu morava na cobertura e de vez em quando tocava lá “ah, fulano de tal” a visita clássica a pessoa entrava lá subia até o 13º, aí olhava lá a vista que é legal tal*

tomava café e ia embora e vinha gringo lá que a galera conhecia então era um ponto turístico lá.

Ricardo Falbo: Num outro encontro com você, o que a gente vai querer saber é como era a relação de vocês, da Chiquinha Gonzaga, com a política, com a polícia, durante esses três anos.

Orlando Costa: *A gente tinha uma política lá assim (...) política, não entra polícia também, não entra (...), mas a gente não era completamente absoluto (...) quando tinha um homicídio (...).*

Ricardo Falbo: Mas, enquanto você esteve lá, não houve homicídio, lesões corporais (...) estas coisas.

Orlando Costa: *Houve lesão corporal leve (...), mas a gente jogava tudo na mediação (...) quando a gente via que tava dando início a um problema (...) a gente já levava para a assembleia (...).*

Ricardo Falbo: Tudo vocês tinham que conhecer e decidir. Eles aceitavam essas decisões da assembleia? Porque não se não aceitassem (...).

Orlando Costa: *Aceitavam. O risco era a expulsão (...) na verdade, não era assim uma ameaça (...) a formação dos consensos (...). Era a própria base, entendeu? A gente não chegava de fora (...) com alguma estrutura extra contra a base. Eventualmente, algumas vezes, a gente fazia isto contra o tráfico (...) agente montava um grupo e ia lá (...), por exemplo, uma vez foi lá na Zumbi dos Palmares, havia um cara que a galera estava acusando de querer fazer movimento de comércio lá dentro e juntou uma galera (...) e quando o cara viu a gente já estava no quarto dele (...). Esse cara era de um outro morro (...) ele chegou lá (...).*

Ricardo Falbo: Na Chiquinha Gonzaga também era assim, com gente dos morros locais?

Orlando Costa: (...) *O problema era mais com a juventude, entendeu? (...) O jovem podia ser eventualmente usuário... mas o fato de ele estar jogado naquela situação (...) sem grandes acessos à educação, sem grandes acessos ao meio cultural.*

Ricardo Falbo: Este é um trabalho grande?

Orlando Costa: *É um trabalho de base! Esta é a parte mais difícil. Muitos acabam entrando em contato com o tráfico, num momento posterior, mas a gente conseguiu o seguinte, ele não fazer tráfico ali dentro. Inaudível.*

Ricardo Falbo: E os encontros que vocês faziam, eram diários, semanais? Era para a conscientização, dá para chamar assim?

Orlando Costa: *A assembleia era direto! Ela ficou muito tempo que era todo dia e depois durante muito tempo que era toda semana (...) enquanto eu tava lá eu não me lembro de ter passado um mês sem ter assembleia.*

Ricardo Falbo: **No início era todo dia, era permanente?**

Orlando Costa: *No início, foi bem uns 15 dias, tinha uma de manhã e uma de noite. De manhã, não tinha muita gente, né, (...) reuníamos as comissões e víamos o que tinha para fazer, decidíamos o que tínhamos de decidir, a galera saía para trabalhar e de noite tinha uma comissão que fazia um balanço e uma programação do dia seguinte (...) era um staff (...) era um imersão total. A assembleia era com todo o mundo.*

Ricardo Falbo: **Tinha muita gente desempregada?**

Orlando Costa: *Tinha muito camelô. Alguns até desempregados (...) ou procurando emprego (...) empregado com emprego bem precário.*

APÊNDICE B – Transcrição da primeira entrevista de Gabriel Rolemberg



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Entrevista realizada com Gabriel liderança das Brigadas Populares.

Data: 27 de novembro de 2018.

Local: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Pesquisadores presentes: Professor Ricardo Falbo e André Matheus.

Gabriel Rolemberg permitiu que seu nome aparecesse nesse trabalho bem como a transcrição dessa entrevista.

Obs.: Os trechos com “(...)” são por interrupção da fala ou por partes inaudíveis na gravação.

Ricardo Falbo: Você participa também, organizar, instrumentaliza?

Gabriel: *Eu não moro na Ocupação, eu ajudo na organização. As Brigadas atuam muito assim: quando a gente não organiza o próprio movimento de ocupar, a gente presta apoio, né, na parte de realizar as assembleias, de organizar o povo pra ir pras lutas, pras audiências, pra o que precisar, entendeu?*

Ricardo Falbo: Nós estamos, escrevemos um artigo, passa pra ele depois, embora não tenha sido publicado ainda deve sair agora em dezembro, mas passa pra ele pra você ver o que estamos falando, como estamos fazendo. Surgiu um ponto, que acho que é interessante tanto do ponto de vista prático quanto teórico, passou a ser um problema de pesquisa para o André avançar e eu também que é essa ideia de conscientização, de mobilização, o que nos interessa é saber com se dar essas reuniões, quem toma a palavra, como é que o outro fala. Nós estamos trabalhando com o pensamento gramsciano, com o pensamento do Paulo Freire, a questão da educação e conscientização, ou seja, o outro é visto como tabula rasa, o organizador que tá chegando e o outro tem que fazer isso e aquilo. Porque na verdade na Chiquinha Gonzaga nos vimos o seguinte, pra você ter uma ideia, uma perplexidade de um dos

organizadores, Orlando Costa, que dizia assim pra gente: “Ah, Falbo, nos fizemos muitas reuniões públicas, em praças públicas e tudo mais e num primeiro momento, da Ocupação, e tinha sempre muita gente e quando da Ocupação, para surpresa, sempre um número pequeno” Aí aquilo já, o que aconteceu para que as pessoas que fossem ouvir, ouvissem e não tenham aderido, aí depois de vários encontros nós vimos que muito das pessoas que participaram dessas reuniões públicas já haviam tomado parte de outras Ocupações, ou já tinham sido expulso de outras Ocupações, pessoas que tinha história. Então nosso questionamento era mais ou menos esse. Uma relação entre o organizador e o futuro ocupante então quando a preocupação de conscientizar o outro, mas o que se entende por conscientização, como que isso se dá, porque o outro tem uma experiência de vida, o outro passou por uma Ocupação e tem uma consciência. Então consciência de um lado formada por uma experiência e o outro querendo conscientizar numa reunião falando isso e aquilo, bom, como isso se dá, né, aí no segundo momento era a consolidação (...) Ocupação feita, consolida a Ocupação, a Chiquinha Gonzaga tem mais de 10 anos, a reunião quase todo dia (...) como se dá isso para essas pessoas possam aderir a uma causa, “essa causa é minha”, não estou ali pra ocupar e depois vender o quarto, alugar, estou ali porque me identifico com aquilo. Então uma preocupação nossa é saber como se dar essa relação entre o organizar, ou organizadores, e aqueles que futuramente vão ocupar, sobretudo quando a ideia é essa, tem que mobilizar, tem que conscientizar como isso é feito? Então nossa preocupação é ver como esse processo se dá, tem diálogo, tem interação (...).

Gabriel: *Essa preocupação é assim, na prática é uma preocupação constante, além do fato de mobilizar as pessoas, quer dizer, fazer das assembleias sempre cheias a gente tem que fazer com que as pessoas sejam sujeitos participantes e decidam sobre o futuro da Ocupação e não adianta a gente chegar com a postura que sabemos das coisas e eles não.*

Ricardo Falbo: **Isso, Isso. E eles participam, pedem a palavra e falam?**

Gabriel: *O que acontece, as Brigadas ela tem um método de atuação que a gente aplicou em várias Ocupações no Brasil, em outros estados também, né? Que é o seguinte: a ideia por trás do nosso trabalho popular é fazer com que por meio do nosso acesso as demandas materiais e imediata da população, que pode ser o caso da moradia, a gente consiga acessar aí uma dimensão política maior e que aquilo sirva como instrumento para que gere uma consciência política nesse sentido, né, e aí nas nossas Ocupações a gente trabalha muito com a ideia da comuna. Toda ocupação das Brigadas possui comunas, aqui no Rio tá em construção, são espaços, centros comunitários e a ideia é que a gente reúna as*

peças ali para exatamente fazer atividades que tenha haver com essas e demandas mediadas delas (...).

Ricardo Falbo: Isso antes da ocupação?

Gabriel: Não.

Ricardo Falbo: Eu sei que a Ocupação é um processo.

Gabriel: Claro. Geralmente depois, né, primeiro a gente ocupa e constrói esse espaço (...) é uma maneira de (...).

Ricardo Falbo: Vocês têm retorno, assim, por exemplo, tem uma assembleia antes da Ocupação, vocês falam se dirigem, como vocês conseguem avaliar uma certa compreensão, uma certa aceitação ou isso vocês só vão saber no dia da ocupação mesmo quando (...) ou depois.

Gabriel: Na nossa experiência aqui no Rio, antes da Ocupação, a gente conseguiu uma adesão muito boa das pessoas, né, no dia da Ocupação não foi tão grande assim foram menos pessoas que ocuparam só que isso é regra, sempre que a gente consegue fazer a Ocupação dar certo, na primeira semana, são menos pessoas que ocupam (...).

Ricardo Falbo: Do que aquelas que estiveram presentes nas reuniões (...).

Gabriel: Mas assim que ela se consolida você vê uma avalanche de gente aparecendo para ocupar.

Ricardo Falbo: Aí vocês fazem recrutamento, eles se oferecem (...).

Gabriel: É a gente sempre tenta abarcar as pessoas e explicando pra elas como é que funciona, que para ficar na ocupação das Brigadas não basta só ir lá e construir a casa, tem que participar das assembleias, tem que participar dos trabalhos coletivos a gente sempre coloca isso para as pessoas. É uma maneira que a gente tem de fazer gerar esse movimento e as pessoas assumirem uma responsabilidade coletiva, quer dizer, ali não adianta cada um ir por si, não é uma demanda individual. Então a gente sempre coloca essas questões e tenta (...).

Ricardo Falbo: Essa que você tá falando, a qual já participou, no Rio de Janeiro onde é?

Gabriel: Na Pavuna.

Ricardo Falbo: Ela ainda existe, essa ocupação?

Gabriel: Existe.

André Matheus: É a Povo Sem Medo ainda me lembro. E como vocês escolhem? Eles escolhem o local e mandam pra vocês?

Gabriel: Eles que chegam com a demanda.

André Matheus: Eles que chegaram com a demanda para ocupar o prédio do Povo Sem Medo?

Gabriel: *Isso. Era um prédio e terreno que tava abandonado há mais de 30 anos, antigamente funcionava uma fábrica de tecido lá. Aí com o abandono já tinha acontecido várias tentativas com ocupação espontânea e depois que a última fracassou uma das organizados conhecia o trabalho das Brigadas Populares, em Minas Gerais, é onde a gente tem mais (...).*

André Matheus: É mais forte.

Gabriel: *Isso, aí por meio de conhecer nas redes sociais, o facebook, aí ela entrou em contato com uma das organizadoras de lá, que é a Bela Gonçalves, aí ela fez essa ponte onde (...) aí depois que ficou sabendo disso tivemos várias reuniões junto com a associação de moradores, da Pavuna, então a associação dava sempre acolhida, muito parceira nossa, nós fazíamos a reunião lá dentro da associação com os moradores com três meses de preparação. Nós nos apresentamos, explicamos o que era as Brigadas, como a gente trabalha, como ia fazer a ocupação, como a gente ia organizar o espaço e aí as pessoas também participando, sempre (...) e tudo era aprovado, né, na assembleia. Até o dia que a gente marcou a ocupação e aí foi isso.*

Ricardo Falbo: Você tem uma experiência grande, você acha que existe padrão nas ocupações mesmo em relação às Brigadas, *modus operandi*, pessoas que procuram com as demandas, tem as reuniões de conscientização depois tem consolidação atividades comunitárias realizadas, você acha de um modo geral que as ocupações têm, assim, existe um padrão?

Gabriel: *Nas Brigadas existe, o que vai mudar muitas vezes é o prazo, o tempo de preparação. Mas, assim, existem outras organizações que atuam de forma diferente, por exemplo, o MTST atua de uma forma diferente, o MTST ele costuma ocupar espaço não como forma de garantir a moradia como forma definitiva das pessoas ali, mas uma forma de reivindicar, de pressionar pra ser construída habitação, aí já é um outro método de atuação. Aí vai variar de organização pra organização e a gente tá nessa.*

Ricardo Falbo: E de vocês é pra permanecer?

Gabriel: *Isso.*

APÊNDICE C – Transcrição da segunda entrevista de Gabriel Rolemberg



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Entrevista realizada com Gabriel liderança das Brigadas Populares.

Data: 09 de janeiro de 2019.

Local: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Pesquisadores presentes: André Matheus.

Gabriel Rolemberg permitiu que seu nome aparecesse nesse trabalho bem como a transcrição dessa entrevista.

Obs.: Os trechos com “(...)” são por interrupção da fala ou por partes inaudíveis na gravação.

André Matheus: Nas ocupações, quem fica mais de frente nessas ocupações, são os moradores, são vocês, quem organiza mais nesse dia a dia?

Gabriel: *Depende, porque a gente busca tentar envolver as lideranças (...) a liderança principalmente, a coordenação da ocupação, no máximo de tarefas possíveis, né, só que existe algumas questões que a gente não consegue fazer isso com tanta velocidade. Então, por exemplo, aquelas questões que envolvem mais o dia a dia da ocupação trabalho de você ver como tá a estrutura do local, vê se tá precisando de alguma coisa isso a gente já tenta colocar a coordenação da ocupação, a coordenação são moradores, né, que são lideranças de lá.*

André Matheus: Pessoas que se destacam na liderança, né? Moradores que se destacam e querem ficar de frente?

Gabriel: *Toda ocupação nossa tem uma coordenação (...) geralmente são mulheres de meia idade (...).*

André Matheus: Ah é, a maioria são mulheres?

Gabriel: *Grande maioria são mulheres e assim, por volta dos 40 a 50 anos.*

André Matheus: **Elas tiveram alguma experiência antes, formação? Ou uma questão mais prática, vocês explicam pra elas ou essas pessoas entendem sobre ou vocês identificam que elas entendem sobre capitalismo, exploração, desigualdade?**

Gabriel: *A gente tem os cursos de formação, né, que a gente faz em toda ocupação e a gente bate nessa questão mais política e teórica e as questões mais práticas também (...) como organizar uma ocupação, como fazer uma assembleia, só que é uma outra metodologia, né.*

André Matheus: **Claro.**

Gabriel: *Vamos aplicar aqui no Rio, não aplicamos ainda, mas aplicamos em outros lugares, chama “Como funciona a sociedade”.*

André Matheus: **Importante, na Chiquinha Gonzaga eles tinham o jornal o Papo Reto, eles explicavam no dia a dia pra as pessoas.**

Gabriel: *Aqui no Rio a gente não conseguiu ainda avançar tanto nesse sentido, como pode avançar? Como esse ano a gente ficou no esforço de consolidar as ocupações a gente acabou focando mais nisso. Fez o curso de formação, mas esse ano a gente vai conseguir estabelecer nossa comuna, é um espaço físico que a gente tem todos os trabalhos base que a gente faz, que é um lugar em que as pessoas fazem atividades (...) uma cozinha comunitária com eles, fazer uma horta comunitária (...).*

André Matheus: **Iam fazer uma aqui na 28, né?**

Gabriel: *Isso aqui seria um lugar que a gente iria (...) ia ser um ponto comercial a gente ia pegar a produção da galera de horta, assim, e vender aqui, entendeu.*

André Matheus: **Eu imagino que pra vocês explicarem pra eles, falar sobre desigualdade usa uma linguagem própria, né? Como você explicou da teoria, não pode explicar como a gente aprende na sala de aula.**

Gabriel: *É usar o método certo, dá pra fazer e dá pra fazer bem feito. Esse curso a gente ficou de aplicar aqui esse como funciona a sociedade vamos fazer tudo esse ano, né, a gente pode construir o comuna e trabalhar nessa área, nessa linha dos projetos por trás da luta por moradia, né, envolve ampliar essa luta é isso. Esse ano a gente focou muito na questão da moradia que é isso que é nossa entrada, mas a ideia é que a gente use essa luta como instrumento político pra trazer discursões, trazer mobilizações maiores, né. Em alguma medida a gente fez isso um pouco por conta das eleições também, a gente foi lá levar a galera no comício do Boulos fomos lá e tal, não deu pra dar essa perspectiva mais ampla, né, mas esse ano a gente vai dar também pra focar mais.*

André Matheus: O bom também é que tem outra eleição que é a de Prefeito, né, a questão habitacional é muito grande. O ocupante não é uma tabula rasa que você tem que jogar os conceitos pra eles como se não aproveitasse também o que ele sabe, né, da vida, ele tem uma experiência prática, vocês usam o conhecimento deles para alguma coisa na ocupação, levam em consideração as opiniões deles no dia a dia, durante a ocupação, de organizar ou eles não tem muito?

Gabriel: *Aproveita muito (...) tem conhecimento que você não acessa pelos livros e no dia-a-dia da ocupação no Rio de Janeiro isso acontece muito, porque (...) vou dá um exemplo, as ocupações aqui feitas em favelas, né, como as que a gente fez, a gente não sabe se relacionar com o espaço, entendeu, a favela no Rio de Janeiro, são controladas (...) controle armado, né, o tráfico, facção, operação policial frequente.*

André Matheus: **Criminalização deles (...).**

Gabriel: *É criminalização completa, risco muito dessas operações, enfim, prejudicar a existência da ocupação e aí nesse sentido, cara, quando a gente vai (...), por exemplo, quando a gente entrou lá na Pavuna pra fazer nosso trabalho a gente entrou por meio da associação de moradores e são pessoas que são liderança dali a muito tempo e que sabem dizer, tem sabedoria pra entender esses conflitos, a maneira como a gente pode entrar ali muito melhor que a gente. E ajudam muito a gente, um exemplo, de conhecimento (...) e outras coisas também, cara, a questão de estrutura da ocupação (...).*

André Matheus: **São eles?**

Gabriel: *A galera às vezes é muito mais ágil que a gente (...) a gente aqui tem um grupo de engenheiros lá da UFRJ que ajuda a gente, um coletivo de engenharia, mas assim, a gente até brinca com os moleques que estão muito atrás deles.*

André Matheus: **Eles sabem a prática.**

Gabriel: *Acontece (...). Lá na São Januário, em São Cristóvão, o que rolou? A galera que mora lá trabalhava num consórcio ali na Brasil, naquele consórcio de obra lá então a galera já tem um conhecimento da prática, entendeu? Tinha vários (...) pessoal que trabalhava em obra mesmo vários operários lá que foram pra ocupação, cara, quando a gente chegou com pouco, passou dois meses já tinha aumentado as casas, já tinha botado o cano de esgoto, fizeram tudo, uma agilidade (...) a gente chegou a falar, ó vocês da engenharia tem que pegar estágio com o cara lá. Muito conhecimento, você aprende vendo.*

André Matheus: **Mas fica alguém no dia-a-dia assim, por exemplo, alguém da ocupação, das Brigadas vai pra lá todo dia? Existem reuniões todos os dias lá?**

Gabriel: *Não. No início das ocupações a gente se reunia.*

André Matheus: Agora não? Já consolidada não precisa?

Gabriel: *Consolidada não, mas tem reuniões semanais geralmente e quem fica responsável pelo dia-a-dia é a coordenação da ocupação que são dos moradores de lá.*

André Matheus: Então uma ocupação consolidada não precisa de vocês todos os dias lá.

Gabriel: *As questões mais urgentes são superada, né?*

André Matheus: Nenhum militante das Brigadas moram lá?

Gabriel: *Aqui no Rio não. Atualmente não, em outros estados sim. Agora, nenhum militante que era das Brigadas antes, porque em todas nossas ocupações as pessoas que são da coordenação da ocupação a gente convida pra fazer parte das Brigadas, então hoje entre nossa militância tem vários moradores, temos essa preocupação, entendeu? Nenhum era das Brigadas antes, né, só se tornou depois. Na Pavuna nós temos três pessoas que são brigadistas, São Januário tem duas, na ocupação do centro a gente tem uma pessoa é isso.*

André Matheus: São quantas ocupações que vocês trabalham? Povo Sem Medo, São Januário, né?

Gabriel: *São quatro.*

André Matheus: Ah, é?

Gabriel: *Tem a Povo Sem Medo, a Povo Sem Medo a gente ocupou, São Januário a gente não ocupou, prestou um apoio e do Centro e a da Grigolândia, que também é na Pavuna, também são apoio que a gente presta, entendeu? Mas é um trabalho cotidiano também.*